

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TRABALHO E FORMAÇÃO NA FRONTEIRA:
O CASO DA ESCOLA DA AJOPAM – JUINA - MT

ELISEU RISCAROLLI

SÃO CARLOS – SP
2007

**TRABALHO E FORMAÇÃO NA FRONTEIRA:
O CASO DA ESCOLA DA AJOPAM – JUINA - MT**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TRABALHO E FORMAÇÃO NA FRONTEIRA:
O CASO DA ESCOLA DA AJOPAM – JUINA - MT

ELISEU RISCAROLLI

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração Fundamentos da Educação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de doutor, sob orientação do prof. Dr. João dos Reis Silva Junior.

SÃO CARLOS – SP
2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

R595f

Riscarolli, Eliseu.

Trabalho e formação na fronteira : o caso da escola da
AJOPAM – Juina - MT / Eliseu Riscarolli. -- São Carlos :
UFSCar, 2007.

173 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2007.

1. Educação. 2. Trabalho. 3. Formação profissional. I.
Título.

CDD: 370 (20ª)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João dos Reis Silva Junior

Profª Drª Sonia Landini

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

Prof. Dr. Carlos Roberto Ferrari

Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano Gonzalez







In Memoriam de:

José Vieira, homem de olhar sereno e ação firme que incansavelmente lutou pela organização e formação dos trabalhadores na fronteira. Vítima de acidente vascular cerebral.

Faustina Paulino, negra obstinada por melhores condições de saúde das mulheres trabalhadoras rurais e incansável lutadora pelo fim das diferentes formas de violência contra as mulheres. Vítima de câncer.

Agradecimentos

A realização do presente trabalho só foi possível porque recebi a contribuição de várias pessoas e entidades a quem dirijo meus sinceros agradecimentos;

aos funcionários da Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua que disponibilizaram o material de consulta e pesquisa;

aos ex alunos da Escola de Agricultores Técnicos pela disponibilidade de tempo para as nossas entrevistas;

À Toninha, ao Altir e a Iremar pela presteza e agilidade nas informações a eles solicitadas;

Ao Instituto Educacional Portal do Saber, Secretaria Municipal de Educação de Juína pelas informações partilhadas;

À Universidade Federal do Tocantins pela concessão da bolsa de demanda social, a partir de setembro de 2004;

Aos colegas de colegiado de curso e aos alunos da Universidade Federal do Tocantins pela compreensão durante o processo de doutoramento;

A João dos Reis que aceitou o desafio da orientação no meio do percurso. Pela sua firmeza e serenidade durante o tempo de realização deste trabalho.

RESUMO

A vida na fronteira se desenrola independente das ações do Estado, todavia, sua presença é fundamental para garantir certas condições básicas dos trabalhadores que, voluntariamente ou incentivados pelos programas oficiais de colonização, vão desvendando a floresta e afirmando, "*inconscientemente*", a condição da nação brasileira. O presente trabalho tem como objeto de estudo as ações empreendidas pela Associação Organizada de Ajuda Mutua – AJOPAM - no noroeste de Mato Grosso, no que tange ao processo organizativo e pedagógico desenvolvido a partir de 1986, mais especificamente, o que se aglutinou em torno da formação/qualificação dos trabalhadores rurais, configurado na Escola de Agricultores Técnicos, cujos trabalhos, se iniciaram no ano de 1997, objetivando, pela formação, instalar uma nova concepção e relação do homem com a natureza, principalmente quando este transforma a paisagem, imaginando que os recursos naturais seriam inesgotáveis. Passados menos de vinte anos da ocupação incentivada pelo Estado na região, o descaso das políticas públicas, sobretudo as relacionadas ao meio ambiente, obrigando-nos a incorporar uma outra pedagogia da terra, não por força dos modismos pós-modernos, mas como possibilidade de as gerações futuras terem condições de sobrevivência. Desse modo, as lutas dos trabalhadores, rurais ou não, mulheres ou homens, são lutas estabelecidas na contradição das formas de trabalho que lá estão estabelecidas e que são frutos das ações dos poderes constituídos ou dos movimentos sociais que, como a AJOPAM, vão edificando novas perspectivas de trabalho em corpos marcados por sonhos, utopias, frustrações e desejos de verem, num futuro breve, melhores condições de educação, cultura, saúde, transporte e previdência social.

Palavras chaves: educação, formação, trabalho, fronteira.

SUMMARY

The life follows on by the frontier independently from the actions of the State, however its presence is merely to guarantee certain basic conditions of the workers who, voluptuaries or stimulated by the official programs of settling, use to go disclosing the forest and affirming, "unconsciously" the condition of the Brazilian State. The Present work has as object to study the actions undertaken by the Organized Association for Mutual Aid - AJOPAM - in the northwest of Mato Grosso according to what refers to the developed organizational and pedagogical process from 1986, more specifically around those that agglutinated the formation and professional qualification of the agricultural workers, configured as the School of Agriculturists Technician that started working in the 1997. Giving more importance for the professional preparation of the workers, installing some new conceptions and relation between the men and the nature, after all when they transform the landscape imagining that the natural resources will be forever abundant. It has passed less than twenty years of the occupation that was stimulated by the State in the region and what we see is the indifference of the public politics, principally related to the environment which makes us to incorporate it in a different pedagogy of the land, not because of the tendencies of the moment, that could be pos modern, but as a possibility for the future generations to have survival conditions. In this way, the fights of the agricultural workers, women or men, are not established in the contradiction of the way of working but on the forms that it is organized there and that they are results of the workers actions and their social movements like the AJOPAM that shows their new perspectives of working, dreaming, utopias, frustrations and desires to see, in a brief future, better conditions of education, culture, health, transport and social providence.

Key-words: education,

SOMMARIO

La vita nel bordo se uncurls l'indipendente dalle azioni del dichiarare, comunque la relativa presenza è di base garantire determinati stati di base degli operai che, il volontariamente o stimolato per i programmi ufficiali di sedimentazione, va unmasking la foresta ed affermare, "unconsciously,, il termine della nazione brasiliana. Il lavoro attuale ha mentre l'oggetto di azione di studio intrapreso per l'associazione organizzata del sussidio presta - AJOPAM - nel nord-ovest di Mato Grosso, in quanto si riferisce a a ha sviluppato il organizzativo ed il processo pedagogico da 1986, più specificamente a quello se agglutinasse intorno al formação/qualificação degli operai agricoli, configurato nella scuola del tecnico degli agricoltori di cui gli impianti avevano iniziato durante i 1997 anni del objetivando per la formazione, per installare una nuovi concezione e rapporto dell'uomo con la natura, sopra tutti quando questo trasforma il paesaggio che immagina che le risorse naturali sarebbero inesauribili. Passato meno di venti anni dell'occupazione stimolata per il dichiarare nella regione, l'indifferenza della politica pubblica, sopra tutto il relativo all'ambiente che li costringe a comprenderlo altro un pedagogia della terra, non per forza dei modismos dopo moderno, ma come possibilità delle generazioni future per avere la sopravvivenza condiziona. In questo modo, le lotte degli operai, le agricole o, delle donne o degli uomini, non sono lotte stabilite nella contraddizione delle forme del lavoro che sono stabilite là e che sono frutte delle azioni di potere costituito loro o dei movimenti sociali che, come i AJOPAM vanno costruire le nuove prospettive con lavoro nei corpi contrassegnati affinché i sogni, i utopias, le frustrazioni ed i desideri vedano, nei brevi stati di formazione, in una coltura, in una salute, in un trasporto ed in un providence futuri e migliori.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AJOPAM** - Associação Juinense Organizada para Ajuda Mutua.
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CEB'S - Comunidades Eclesiais de Base.
CESE - Centro Ecumênico de Serviços.
CPT - Comissão Pastoral da Terra.
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.
CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso.
EAT - Escola de Agricultores Técnicos.
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Mato Grosso.
FUNAI - Fundação Nacional do Índio.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso.
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
ONU - Organização das Nações Unidas.
PACA - Projeto Agro-florestal em Consorcio Adensado.
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PRODEAGRO - Projeto de Desenvolvimento Agro-ambiental de Mato Grosso.
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia.
POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.
POLAMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia.
PRO AMBIENTE -
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Oeste
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste.
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar.
PROBOR - Programa de Incentivo a produção da Borracha vegetal.
PT - Partido dos Trabalhadores.
RECA - Projeto de Reflorestamento em Consorcio Adensado.
SENAI - Serviço Nacional da Indústria.
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais.
SPVEA - Superintendência do Plano de valorização da Amazônia.
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso.
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso.
ISA - Instituto Sócio Ambiental.
CELAM - Conferência Episcopal Latino Americana

Lista de figuras e fotos

Identificação	página
Etapa de formação da Escola de Agricultores Técnicos	14
Mapa da região noroeste de Mato Grosso	19
Unidades de conservação e Terras Indígenas na Amazônia	30
Área dos municípios da região Noroeste	37
Fórum de desenvolvimento sustentável realizado em 2002	42
Mapa dos Pólos Pioneiros de Desenvolvimento Sustentável – Ministério do Meio Ambiente -MMA	60
Vista parcial da cidade de Juína – Mato Grosso	68
Sede da Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua	83
Projeto Agroflorestal em Consorcio Adensado (PACA) desenvolvido pela Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua	97
Etapa de formação da Escola de Agricultores Técnicos	101
Aula de campo – Escola de Agricultores Técnicos	104
Alunos da Escola de Agricultores Técnicos	108
Organograma do Projeto Rural	115
Etapa de formação – Escola de Agricultores Técnicos	118
Fase 02 do processo de formação	129

Sumário

Introdução	14
Iniciando a conversa	16
Capítulo I	
1.1 Amazônia: da fronteira vazia ao espaço de trabalho	31
1.2 Terra e meio Ambiente: farinha pouca... meu pirão primeiro	38
1.3 Homens da Amazônia: o mesmo dilema, olhares diferentes	42
1.4 No processo de colonização: quem e o que foi colonizado?	49
1.5 Um projeto nacional via integração: contrastes e desafios	57
1.6 Programas de desenvolvimento para a Amazônia	61
Capítulo II	
2.1 A colonização e os reflexos na qualidade de vida da população	67
2.2 Juína – rainha da floresta	68
2.3 Questões sanitárias e de saúde	73
2.4 Questões educacionais	74
2.5 Organização sindical na fronteira	82
2.6 AJOPAM – a formação do trabalhador/a e a relação com o ambiente na Amazônia	83
2.7 As escolas de formação da diocese	90
2.8 Entendendo o processo	92
2.9 A criação do Projeto PACA	97

2.10 A Escola de Agricultores Técnicos – EAT	101
2.11 Currículo e formação: desafios e perspectivas	104
2.12 Implementação da escola	108
2.13 O projeto rural	115
Capítulo III	
3.1 A formação do trabalhador na fronteira	119
3.2 Questões pedagógicas da escola	120
3.3 A questão de gênero na AJOPAM e na EAT	122
3.4 Dificuldades durante a implantação do projeto	125
3.5 Além disso ...	128
3.6 Estruturação da Fase dois da EAT	129
Considerações finais	132
Referências Bibliográficas	136
Anexos	144

INTRODUÇÃO



Fonte: etapa de estudo EAT. Arquivo da AJOPAM – 1998.

“... a integração das mulheres da Amazônia brasileira no processo de desenvolvimento é uma questão conhecida desde os tempos pré-colombianos, porém, há que se problematizar o modo como se dá a participação delas nos programas de desenvolvimento, pois os avanços detectados nas atividades que realizam são ainda muito limitados.”

Simonian (2001)

A condição humana de cada homem, único e individual, é socialmente produzida e somente a ação humana socialmente organizada é capaz de criar e transformar as condições materiais necessárias para que, com base em sua natureza físico-biológica, o homem, como indivíduo e como espécie, consiga seu desenvolvimento histórico (Gamboa. 2002). Nessa perspectiva, é certo que a mulher tenha sido, inúmeras vezes, comparada à terra, em razão de sua condição de reprodução, nesse exercício de analogia em que o poder da linguagem transforma a mulher em algo e dá vida a uma coisa que, por si só, não passa de mais um elemento da natureza, embora fundamental à existência humana.

O fato é que nem a mulher pode ser “coisificada”, nem os objetos da existência, humanizados. Todavia, não se pode também agora não fazer poesia, nem escrever letras de músicas apenas adequando o bordão de que “se fala mal das mulheres”. Poesia e música são essencialmente, manifestações ricas de nossa cultura, logo, não podemos negar sua condição de arte para somente satisfazer à questão filosófica de que por si só, já é arte. De toda forma, é sempre bom estarmos armados para perceber os preconceitos e as discriminações, que por ventura, apareçam, sendo duros, sem perder a ternura jamais, como diria Che, ou, se preferirmos, Pessoa com “tudo vale a pena se a alma não for pequena”.

Embora a mulher não seja o tema de exclusividade no texto, insistimos em fazer um trabalho com uma leve abordagem na questão de gênero, pois entendemos que a contribuição da figura feminina no processo de produção, tornado invisível, propositadamente ou não, nos remete à reflexão sobre como tem sido o processo educativo das gerações futuras. Processo, por vezes,

conduzido e direcionado pelas próprias mulheres, já que a educação na família, e aquela chamada de escola básica, tem sido um espaço de trabalho prioritariamente ocupado pelas mulheres, seja porque é uma atividade com crianças e isso remete ao processo de cuidado, mesmo assim e contraditoriamente, elas estão, cada vez mais, inseridas no processo produtivo. Desse modo, nem um nem outro argumento exige a figura masculina das responsabilidades que tal tarefa exige e, assim, delineia como entendemos e definimos, que concepção de homem queremos imprimir no processo de formação dos novos trabalhadores.

Na questão específica do campo, a mulher foi sendo constituída como “alguém que ajuda” o marido, o pai ou o patrão, e não como uma produtora/trabalhadora em atividades quer seja de reprodução do capital, quer seja de manutenção da subsistência da família. Assim como Pena (1981) Scott (1990), Simonian (2001) entre outras, entendemos que a invisibilidade do trabalho da mulher foi algo construído e que só terá seu reconhecimento a partir do reconhecimento e afirmação da sua função social, independente da classe, da idade ou de outra classificação que valorize este em detrimento daquele.

INICIANDO A CONVERSA

Os termos, trabalhador, agricultor e camponês serão entendidos, neste texto, como um indivíduo o que trabalha. A diferença está no fato de que o agricultor e o camponês têm seu trabalho mais diretamente ligado ao campo, as atividades de produzir a sua subsistência e, quando possível algo, a mais para que ele possa, por meio da venda do excedente, adquirir outros bens industrializados. Como nosso objetivo é analisar o processo educativo-formativo de homens e mulheres que, por vezes, residem na cidade, vila ou distrito mesmo tendo suas atividades laborais

localizadas no campo, o uso de um ou de outro termo não implicaria num confronto de termos de natureza teórica, porém reconhecemos que elas, no momento atual, não comportam a rigidez sociológica dos anos de 1950, 1960, 1970, ou mesmo 1980, do século passado; também temos certa dúvida se respondem às preocupações do tempo em que foram concebidas e classificadas. Assim, pensamos que o uso do termo *trabalhador* ou *camponês* atende não só às necessidades da tese, como também, as do próprio momento histórico em que vivemos no Brasil.

O cenário mais amplo deste trabalho é a fronteira (Martins, 1997) espaço no qual o capital se faz presente de inúmeras formas: nos grandes latifúndios; nos projetos que receberam(em) toda sorte de incentivos fiscais legais dos governos; na escravização dos homens nas fazendas; no desmatamento acelerado da floresta; nos confrontos entre indígenas, madeireiras e agricultores migrantes de outros estados/regiões e também nos assassinatos cometidos contra os trabalhadores, 'sem eira nem beira'; nos assentamentos que surgem da incansável luta entre os que chegam com aqueles que lá residiam, sejam eles índios ou não, e vão, pelo trabalho, se constituindo em sujeitos e estabelecendo uma relação sujeito-objeto, que, por meio do processo educativo, mesmo que informal, evolui e modifica aquela relação primária fundada no trabalho.

De forma geral, o capital alega que foi para a fronteira para desenvolver o país, inclusive apoiado pelas políticas de Estado e dos órgãos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Com sua política de ajuste estrutural e reformas, um dos pontos centrais do banco foi a meta pró-mercado de terras com o objetivo de minimizar a questão agrícola e agrária para alívio da pobreza rural (Banco Mundial *apud* Teixeira. 2005).

Os trabalhadores, homens ou mulheres, brancos, negros, analfabetos, migrantes dentro de seu próprio país, também alegam

sua chegada na fronteira ou pela propaganda do governo em colonizar a região, mediante a oferta de terras baratas, ou pela expulsão do sul/sudeste e a procura de melhores condições de vida para si e sua família.

Independente da justificativa alegada, os dados mostram que a colonização da fronteira tem resultado em contradições de toda ordem:

- política dúbia sobre a questão ambiental – de um lado leis que proíbem a desmatamento e mineração; do outro, conforme Hargreaves¹ (2002) o descumprimento do estabelecido legalmente “*A lei 6001/73 proíbe a atividade minerária em TI's mas, e apesar disso, o DNPM protocolou, autorizou e concedeu cerca de 479 requerimento minerários incidentes em todo ou em parte somente nas TI's Cinta Larga*”².

- falta de política agrícola definida a médio e longo prazo, embora as entidades de trabalhadores reconheçam que nos últimos 03 anos o incremento de recursos para a agricultura familiar passou de R\$ 2,4 bilhões em 2002 para R\$ 5,6 bilhões em 2004 e perspectiva de aplicar R\$ 9 bilhões em 2006 através do PRONAF³ (MDA – Secretaria de Agricultura Familiar, 2005).

- falta de proposta governamental para a agricultura familiar, em parte resolvida com a assinatura da lei N. 11.326/06 que

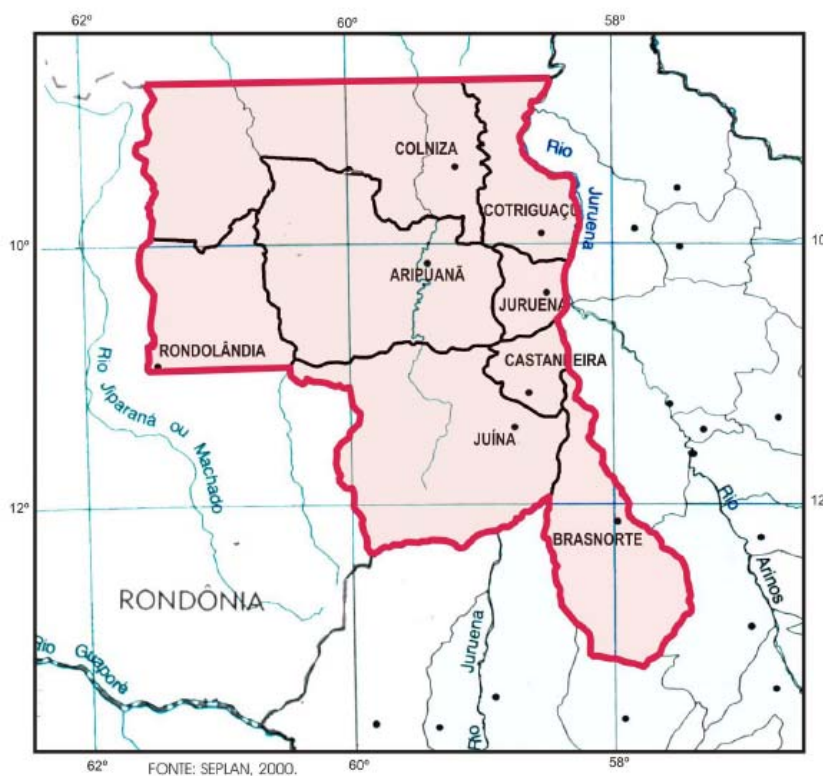
¹ Maria Inês Hargreaves, indigenista que atuou em RO e MT, assessorando a FUNAI no estabelecimento dos marcos de áreas indígenas. Entrevista concedida ao Jornal Diário da Amazônia, em 03/06/2002. Porto Velho – RO.

² Povo que habita terras no Mato Grosso e Rondônia. Se autodenominam Panderej, que quer dizer ‘nós somos gente’. São conhecidos por sua capacidade guerreira. Seu território têm sido frequentemente invadido por garimpeiros e madeireiros, resultando em mortes tanto de brancos quanto de indígenas, desde 1999 quando se inicia o período de freqüentes invasões da área indígena Roosevelt, em RO. Foi nesta área que, em 2004, os indígenas emboscaram um grupo de garimpeiros que haviam invadido a reserva, resultando em 24 mortes e a intervenção da policia federal semanas depois, para conter novas emboscadas.

³ Programa Nacional de Agricultura Familiar, criado em 1996.

estabelece as diretrizes da Política Nacional para a Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. (anexo 05)

Estas preocupações dos agricultores queremos trazer presente no objeto deste estudo, o processo de formação/qualificação de homens e mulheres no interior de Mato Grosso, aqui chamado de *Escola de Agricultores Técnicos - EAT* - se constitui numa experiência desenvolvida no noroeste de Mato Grosso, município de Juína, conforme mapa região noroeste de MT,



surge 'isoladamente' sem grandes pretensões e com a finalidade de ser uma ação para fazer frente às dificuldades cotidianas dos camponeses e suas preocupações em aumentar a renda da família, possibilitar uma maior qualificação para o trabalho e pensar alternativas para as preocupações relacionadas à degradação ambiental provocada pela ação garimpeira, no município, entre os anos de 1985 a 1995.

Nesta ou em outras regiões de fronteira, a qualificação do trabalhador ou as questões relacionadas à educação ambiental dificilmente estão na agenda, salvo casos esporádicos, como foi o trabalho de Chico Mendes, no Acre; das quebradeiras de coco babaçu no Tocantins/Maranhão/Piauí/Pará; além de outras iniciativas encontradas no país. De forma geral, as proposições são razoavelmente novas. Também são novas as políticas que concebem as mulheres como sujeitos de direitos na aquisição da posse dos lotes, em projetos de assentamento, direito que antes era apenas garantido ao sujeito masculino.

Aos poucos, o projeto vai tomando forma e chega a ser considerado uma das 20 melhores experiências de trabalho, com enfoque na relação homem-natureza, do Ministério do Meio Ambiente (anexo 08).

A idéia inicial de todo esse processo parte de uma ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR - que começou a organizar pequenas associações nas linhas rurais, cujos objetivos eram: construir um mecanismo de luta dos trabalhadores; oferecer uma formação mais politizada e pensar formas alternativas que melhorassem a condição de vida dos agricultores.

As primeiras mobilizações com objetivo de organizar os trabalhadores do campo, em Juína, ocorreram em 1985, quando um grupo de camponeses ligados à Igreja Católica e à Comissão Pastoral da Terra - CPT, elaboraram um pequeno projeto para o Centro Ecumênico de Serviços (CESE) e receberam uma parcela de recursos para desenvolver oficinas de sensibilização e organização dos agricultores. Este foi o processo inicial de organização no município. Mais tarde, o impulso maior irá ocorrer com a implementação do projeto denominado Pe. Ezequiel, proposto pela diocese de Ji-Paraná. Recebe o nome de *Projeto Padre Ezequiel* em homenagem ao missionário italiano, assassinado em 1985, numa emboscada, quando

voltava de uma das comunidades rurais de Cacoal – RO, após realizar reuniões com os trabalhadores.

Assim, as lutas dos trabalhadores do campo para assegurar um espaço de trabalho se configuram como algo que nada teriam em comum com as lutas de classe, pois seriam lutas isoladas e não representariam a maioria dos trabalhadores, sobretudo na fronteira. Na verdade, a luta pela terra tem sido a forma mais explícita de luta entre a burguesia e os despossuídos dos meios de produção. Ela tem se configurado na expulsão dos pequenos proprietários do Sul e Sudeste pelos grandes fazendeiros e o destino da maioria são as novas frentes de colonização no Norte – RO, PA, TO e também para o MT, onde, mais tarde, serão vítimas de novos embates, tão logo tenha sido realizado o desmatamento e o Estado supra as necessidades de energia elétrica, asfaltamento, telefonia, etc.

Cerca de três anos depois da criação das primeiras associações, e percebendo que o trabalho isolado em pequenas comunidades não traria grandes resultados, nem para vencer as barreiras mais freqüentes entre pequenos produtores e as questões burocráticas do sistema, nem para qualificar a ação coletiva nas reivindicações da vida política, um grupo de agricultores resolve, a partir de reuniões preliminares, constituir uma organização maior que congregasse todas as pequenas iniciativas dos agricultores que tivessem objetivos comuns. Cada uma realizava seu trabalho de forma desconexa e isolada. Assim, em 1991, um grupo de pequenos agricultores, oriundos das pequenas associações criadas pela iniciativa do projeto Pe Ezequiel, reunidos em assembléia geral, no dia 17 de junho criou a Associação Juinense Organizada para Ajuda Mutua – **AJOPAM** (anexo 02).

Segundo Altir Peruzzo – um dos idealizadores do projeto juntamente com José Vieira - essa iniciativa foi necessária para criar uma personalidade jurídica, sem a qual muitas iniciativas não teriam sucesso, já que as associações eram constituídas apenas de uma ata

e uma diretoria, faltava-lhes o reconhecimento jurídico. Isto poderia ser feito individualmente pelas 22 associações, todavia foi necessário convencer os agricultores de que a união de todos fortaleceria o movimento de organização dos trabalhadores.

Assim, a AJOPAM foi criada com os seguintes objetivos (anexo 07).

- 1- Fortalecer e capacitar as associações e agricultores filiados, através de cursos, seminários, intercâmbio e acompanhamento técnico;
- 2- Atuar no beneficiamento e comercialização da produção familiar, principalmente aquela produzida de forma sustentável pelos associados ou famílias que participam dos projetos da AJOPAM;
- 3- Buscar alternativas de produção sustentável para a agricultura familiar local, com ênfase na diversificação de culturas perenes.

À medida que os agricultores começam a manifestar maior interesse pela organização e pelas ações que dela decorrem, surge a idéia da criação de uma central (AJOPAM) que congregue as pequenas associações das linhas rurais. Como todo processo de organização, em alguns momentos os agricultores demonstram mais entusiasmo pela organização e pelas atividades por ela desenvolvidas, em outros, são tomados pelo descrédito de que toda essa organização, mesmo sendo fundamental, depois de algum tempo, se tornam coisa comum e já não conseguem manter a euforia inicial, como revela o depoimento:

"estou na AJOPAM desde o inicio; o objetivo era organizar o povo, começou muito bem, depois a gente ficou muito acostumado aos projetos e nem sempre tem dinheiro... daí o pessoal fica meio que desacreditando, mas foi uma das

melhores coisas que surgiu no município” (Valdecir J. Carpeggiani, ex-aluno da Escola de Agricultores Técnicos).

Via de regra, os agricultores familiares se sentem alijados dos ganhos do processo produtivo, seja pela falta de recursos destinados a esse grupo de trabalhadores, ou porque criaram uma dependência dos recursos advindos de projetos a fundo perdido, conforme o depoimento acima. Isso tem provocado certo desânimo em dados momentos, pois as macro-políticas mudam, a depender das transformações que ocorrem na sociedade (Denardi, 2001; Becker, 2005; Pereira, 2005).

Todavia, ao capacitar os agricultores, o projeto também foi oferecendo ao seu público uma formação mais politizada, a exemplo de um dos objetivos da escola no esboço de seu projeto, que diz: *“despertar no agricultor seu lado crítico na vida política e socioeconômica e sua importância nas organizações”*. Questões não somente relacionadas à agricultura e à política agrícola, mas também, sobre as políticas públicas para a educação, saúde, crédito, além da representatividade dos trabalhadores nas diferentes instâncias da política – cargos eletivos e de representação, seja nos sindicatos e associações, seja nos partidos políticos, conforme nos esclarece o entrevistado:

“a AJOPAM foi criada para ser um espaço permanente de discussão, promover a integração dos produtores, descobrir e formar novas lideranças e também contribuir com o processo de transformação social e político em curso” (Altir Peruzzo ex secretário de agricultura).

Essa formação de que o entrevistado fala tem sua gênese no trabalho que a Igreja Católica desenvolveu na região, desde o início dos anos 1980, época em que a diocese de Ji-Paraná, sob a

coordenação de Dom Antonio Possamai, implementa sua forma de trabalho, cujos fundamentos se encontram, sobretudo, nas resoluções das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), documentos da igreja em que a instituição adota a chamada “opção preferencial pelos pobres” que adotou o método ‘*ver, julgar e agir*’. Segundo o documento de Puebla:

(...) A dimensão política, constitutiva do homem, representa um aspecto relevante da convivência humana. Possui um aspecto englobante, porque tem como fim o bem comum da sociedade. Mas nem por isso esgota a gama das relações sociais. (CELAM. Doc. 20. 2004)

Para Dom Tomás Balduino (2001)⁴, “*até Medellín a igreja entre nós reproduzia e refletia simplesmente o modelo da igreja européia, a igreja aqui não tinha identidade própria, apenas fazia adaptações do era decidido no centro da catolicidade*”.

Dessa forma, a incorporação do método ‘*ver, julgar e agir*’ passa a fazer parte do cotidiano das reuniões de formação, tanto nas atividades da Igreja quanto nos movimentos sociais. A criação da central de pequenas associações foi a alternativa encontrada para vencer obstáculos no jogo de relação de forças com as instituições burguesas da sociedade capitalista, especialmente aquelas do campo financeiro e das agências de fomento. Assim, o termo ‘isoladamente’ utilizado há pouco, ganha uma nova interpretação, uma vez que a qualificação técnica dos trabalhadores não se configura como a única do processo; quer-se, também, qualificar politicamente as ações da entidade e dos indivíduos, reforçando a compreensão de que toda ação educativa parte de um pressuposto filosófico-ideológico.

⁴ Bispo e frei dominicano, co-fundador da CPT e do CIMI. In: A ação da igreja católica e o desenvolvimento rural. Estudos Avançados v. 15 N. 43 2001.

Outra função da associação era fazer com que o produto do agricultor chegasse à cidade, sem passar pelas mãos daqueles que cotidianamente são chamados de “atravessadores” ou “picaretas”, que lucravam mais do que o produtor, inflacionando o preço do produto no final da cadeia produtiva. Este tem sido um dos problemas dos projetos de colonização, afastados dos grandes centros de comercialização e onde os agricultores enfrentam maiores dificuldades no escoamento da produção, oriunda da agricultura familiar. Além dos problemas como falta de preço mínimo assegurado pelo governo, rodovias pavimentadas, acesso a linhas de crédito, os agricultores que vivem na fronteira ainda precisam criar estratégias para produzir com melhor qualidade e com preço que lhe dê condições de competição no mercado (Brumer. 2004; Campos. 2001).

A forma de coleta de dados do presente trabalho tem se constituído num desafio uma vez que a instituição não tem privilegiado a organização das informações relativas à sua história e aos projetos que vêm desenvolvendo nos anos de sua existência. Isso se deve, não por falta de compreensão da importância da memória da entidade, mas por falta recursos humanos, já que a instituição se mantém somente com recursos oriundos de projetos que, por vezes, não prevêem rubricas para tal fim.

Dessa forma, os dados que servem de subsídio para as reflexões aqui desenvolvidas podem ser agrupados em três blocos: o primeiro resulta de um conjunto de alguns documentos escritos em poder da **AJOPAM** e **Escola de Agricultores Técnicos - EAT** – projeto de criação da central, projeto curricular da escola, atas, textos usados pelos assessores/as durante as etapas de estudo desenvolvidas nos três anos de formação, conforme anexos. Creemos que seja neste material que podemos descobrir os princípios que norteiam o trabalho da entidade e sua concepção de sociedade, de trabalho, formação, entre outros.

O segundo bloco de informações é resultado de um conjunto de dez entrevistas realizadas com ex-alunos; três professores e três idealizadores do projeto. Estas entrevistas foram realizadas em diferentes momentos nos anos de 2003 e 2005. A principal fonte idealizadora do projeto – José Vieira – sofreu um AVC em 2004, vindo a falecer em 2005, sem que tivéssemos conseguido realizar um novo conjunto de entrevistas, (apenas uma a entrevista de 1997, por ocasião da elaboração da dissertação de mestrado e um depoimento em vídeo, realizado em 2001).

Finalmente, um conjunto de informações teóricas e dados estatísticos acerca da educação, saúde, colonização e meio ambiente da região noroeste de Mato Grosso para facilitar a compreensão do que nos anos de 1970/80 foi chamado de “eldorado agrícola”. Tais dados podem ser acessados nos impressos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria de Planejamento do Estado; Ministério do Meio Ambiente; Relatório das Nações Unidas entre outros órgãos governamentais, a depender da área de interesse.

Por questões estruturais e metodológicas, os personagens entrevistados pertenceram, na condição de alunos/as ou professores/as, à primeira turma da Escola de Agricultores Técnicos, cujo tempo de formação se enquadra nos anos de 1996 a 1999.

Pensamos, desta forma, que o projeto piloto atende `as condições de análise sobre sua viabilidade reflexiva na condição de uma proposta concreta de ação no meio social. Essa mobilização sindical e associativa provocou em nós um questionamento: qual é a função da **AJOPAM** neste cenário agrícola intermediário entre a floresta amazônica e o cerrado, que se caracteriza, sobretudo, como uma região de fronteira?⁵. Nesse processo de organização, educação,

⁵ Com base em Martins (1994) e (1997), a fronteira é uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, base da violência que a caracteriza. Ela se revela como território de morte, lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos

qual o foco principal: educação politécnica ou educação para a cidadania? Inicialmente pensamos que uma não exclui a outra, considerando a proposta da AJOPAM, mas seria presunçoso apontar agora se há essa simbiose ou não, queremos fazê-lo mais a frente. Todavia, a politecnicidade a qual nos referimos é àquela proposta por Gramsci nas suas reflexões sobre escola e cultura, *“uma escola intelectual e manual tem a vantagem de colocar a criança em contato com a história humana da coisa, já que o industrialismo é uma vitória contínua sobre a animalidade (Gramsci apud Manacorda, 1990. p.136ss)*. Se a escola da AJOPAM não é puramente, não o é apenas de formação cidadã.

Além de congregar os trabalhadores para viabilizar sua permanência com melhor qualidade de vida no campo, que outros objetivos podem ser identificados na proposta da AJOPAM? O que a formação da EAT produziu nos alunos depois de participarem desta experiência? Esperamos apresentar, ao longo do trabalho, algumas respostas possíveis a estas inquietações.

Desta forma, o trabalho se organiza em três capítulos, indo do geral ao particular, tentando fazer as correlações entre as categorias como trabalho, fronteira, formação, educação, organização e como subcategoria, a questão de gênero.

No capítulo inicial, a reflexão se focaliza sobre os temas usados na tese, sobretudo trabalho, formação e fronteira. A intenção é buscar uma compreensão de como os trabalhadores e as instituições constroem e vivem as relações entre si e deles com a sociedade envolvente, tendo como pano de fundo as

mais desumanizados, ela é o contrário do que proclama seu imaginário. Assim, é ilusório pensar que na fronteira o homem estaria menos sujeito aos constrangimentos da lei e do estado e mais sujeito à sua própria iniciativa na defesa da família e dos seus bens. É aqui que a grande propriedade se torna um enclave sujeito a critérios próprios de direito, embora ilegais, lugar do reino do arbítrio do senhor de terras, que se torna, por isso mesmo, ainda hoje, senhor das consciências e das pessoas (compilação do autor).

intenções/inquietações sobre o trabalho organizativo-pedagógico dos movimentos sociais como elemento explicativo de uma lógica às vezes não tão lógica, mas necessária aos trabalhadores e suas formas de compreender o mundo.

No segundo capítulo, o objetivo é apresentar o espaço da pesquisa, qual seja o espaço onde foi construída a proposta da AJOPAM e o projeto da Escola de Agricultores Técnicos, objeto desta reflexão. Para isso retomamos, em linhas gerais, o processo colonizador do Mato Grosso, sobretudo da região noroeste onde se situa o município de Juína. Aqui, apresentamos alguns dados sobre a questão indígena, ainda problemática na região, sob o ponto de vista do “*desenvolvimento*” uma vez que se concebeu a idéia, que não é nova, de que os “*índios*” impedem o progresso, sobretudo no período em que o país ficou sob o regime ditatorial de 1964-1985, cuja educação pregava em alto e bom som o “*progresso e o desenvolvimento*”.

No terceiro capítulo, discutiremos o processo de organização, criação, implantação e avaliação da **AJOPAM** e da Escola de Agricultores Técnicos. Questões curriculares, tese basilar da formação oferecida aos agricultores, limitações e proposições de um projeto que, oficioso, representou o revigoramento do sonho quase despedaçado de alguns milhares de camponeses que nos anos de 1970/1980 acreditaram na possibilidade de um novo eldorado de onde se avistava a imensa floresta até então conhecida como pulmão do mundo, sonho retratado ligeiramente nas observações da ata da aula inaugural da EAT:

"viemos em busca de terra, de melhores condições de vida... viemos porque o governo militar incentivou a migração, dentro da idéia da Operação Amazônia, eles levantavam a esperança dos agricultores com a propaganda da terra barata. O problema é que aqui não tinha estrada, falta de política agrícola entre outras coisas,

assim, foi preciso, sobretudo acreditar na força da organização e cuidar da terra como parte de seu corpo” (ata de 29/07/97)

Busca direcionada para o Mato Grosso, Rondônia, Pará, de forma proposital pelo governo, busca de terras, de condições mais dignas de vida. Muitos já haviam migrado, outras vezes, mas a estrutura fundiária, o ‘gato’, a falta de documentos foram alguns dos motivos que forçaram as idas e vindas de mulheres e homens, na corrida pela procura de um espaço para, no fim da vida, descansar o corpo embrutecido e cheio de marcas dos “anos dourados”, que de ‘dourado’ só tinha a cor do sol abrasante dos meses de verão.

Mesmo assim, após uma longa batalha, muitos se consideram vitoriosos, podiam apresentar o “título” de propriedade de uns poucos hectares que, na maioria dos casos não chegava a 100 ha. Mesmo não tendo acesso a novas formas de trabalhar a terra, em 2006, a maioria dos entrevistados usa a enxada e a moto serra como ferramentas principais, quando elas não cedem lugar ao herbicida ou ao fogo. O pouco que conseguiram de “tecnologia”, na maioria das vezes, é fruto de sua própria organização, mesmo que ainda pacata, se comparada aos avanços tecnológicos atuais. Tal tecnologia se corporifica em um celular a cartão que serve para algumas ligações, quando o indivíduo vai à cidade para suas transações comerciais, uma moto-serra; uma motocicleta ou carro, geralmente usado e cujas condições de uso nada lembra as recomendações do DETRAN.

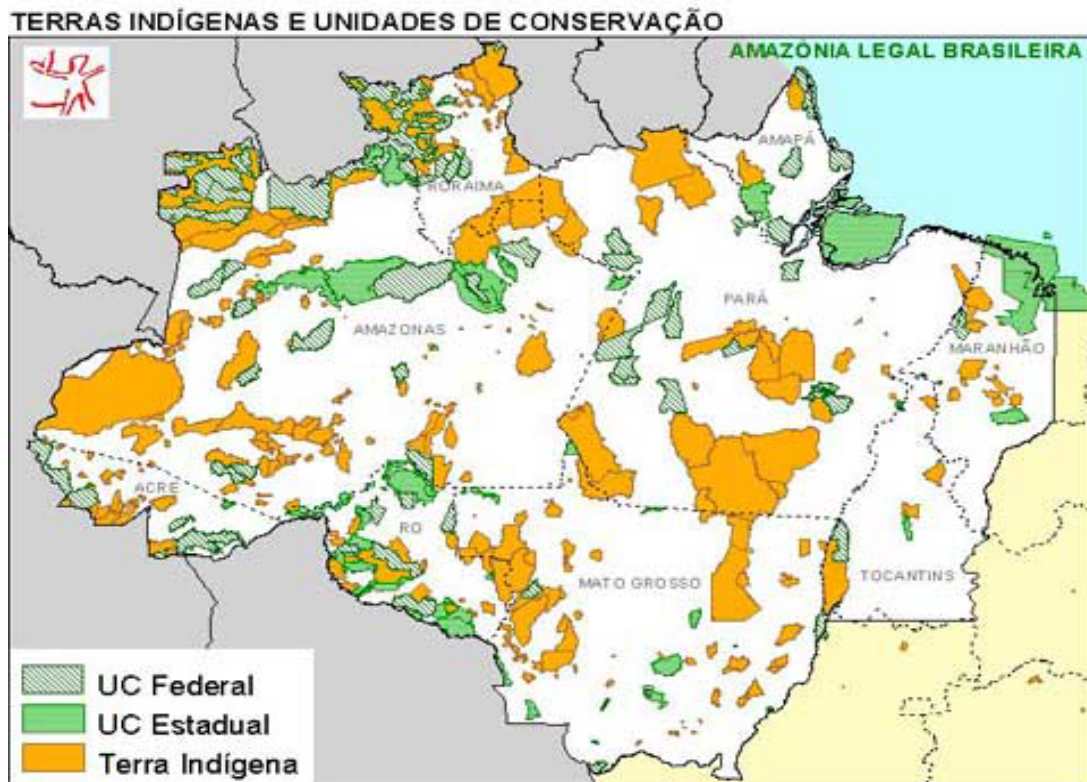
Na fronteira onde os camponeses são os “amansadores da floresta⁶” (Martins. 1997; Phul. 2003), a tecnologia ainda é um artigo de luxo para eles, pois aqui a colonização acaba reproduzindo os

⁶ O termo amansar pode ter dois significados diferentes na fronteira: um no sentido de derrubar a mata, fazer a coivara e preparar o terreno para o trabalho agrícola. Outro como sinônimo de domesticar os índios nas regiões onde o capital decide estabelecer suas bases de ‘progresso’ e desenvolvimento. (Martins. 1997).

mesmos modelos que devastaram outras regiões do Brasil; são raros os casos em que o meio ambiente e as populações que nele vivem são considerados como elemento fundamental que não seja mais acumulação e exploração da força de trabalho, desafio que também a AJOPAM pôs em evidência e na ordem do dia de seu trabalho. Por certo, essa relação homem-meio encontra em Gramsci (1995) algum alento quando ele discutiu *o que é o homem?* Sua relação com a natureza e o uso da técnica, como forma de criar cultura, de estabelecer uma nova compreensão deste sujeito na sua condição ser social, mas isto tentaremos retomar mais adiante.

De toda forma, o outro, na fronteira, pode ser o pequeno camponês, o índio ou o grande fazendeiro, o fato é que tanto de um lado quanto do outro da fronteira, o *outro*, é a recusa da alteridade ou ao menos a manifestação em graus diferentes dessa recusa (Martins. 1997).

CAPITULO I



Fonte: ISA. Unidades de conservação e terras indígenas na Amazônia. 2004.

“Só os homens que constantemente provam ser os melhores são realmente humanos; os outros satisfeitos com prazeres que a natureza lhes oferece vivem e morrem como animais.”

Hannah Arendt (2001)

AMAZÔNIA – da fronteira “vazia” ao espaço de trabalho

Ao amanhecer do dia, milhares de pássaros cantam no meio da floresta que, aos poucos, vai despertando do breu noturno. O sol com seus raios, vai clareando por entre os ipês (*Tabebuia sp*), cerejeiras (*Touresia acreana*), perobas (*Aspidosperma sp*), mognos (*Swietenia macrophylla King*) – a cobiça das áreas indígenas - paus-ferro (*Caesalpinia férrea*), castanheiras (*Bertholletia excelsa H.B.K.*), seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e uma outra infinidade de árvores e plantas menores que povoam a floresta. Os Raimundos, as Marias e Joaquins já estão despertos, desde as quatro ou cinco horas da madrugada. Começa mais uma jornada de trabalho. Ordenhar vacas, alimentar suínos e aves, preparar o almoço e ir para o roçado domar a floresta têm se constituído no cotidiano de alguns milhares de brasileiros no Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso.

Em Juína não é diferente; Uma pacata cidade a 442m² do nível do mar; latitude 11° 37' 83" e longitude 58° 74' 11", idealizada por meia dúzia de pessoas – Garcia Neto, Frederico Muller, Hilton de Campos, nascidas entre as décadas de 1930 a 1950, homens educados durante a ditadura de 1964 a 1985, incumbidos de povoar uma região que, para eles, era desabitada, por meio da criação de cidades que brotavam instantaneamente, no meio da floresta, entre elas Juína, cujo acesso se fazia pela AR 01, ligando Vilhena a Aripuanã, num total de 500km. Era a terra sem homens para os homens sem terra. Mal sabiam os índios – cintas largas, enawene-nawe, araras, irantxe, zorós, suruis, nanbikuara que ali habitavam - que seu destino estava sendo traçado em salas climatizadas de Cuiabá e Brasília, conforme observações de Levi-Strauss (1996), Da Matta (1997).

E, neste cenário de fronteira, que estamos a fronteira é, segundo Martins:

(...) fronteira é um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, um lugar da elaboração de uma residual concepção de Esperança; é nela que mais facilmente observamos a disputa pela definição da linha que separa a Cultura da Natureza, o homem do animal... é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam se desorganizam ou se reproduzem (1997. p. 11 ss).

A fronteira pode assumir significados diferentes, a depender do momento histórico. Se, na colônia, ela foi um elemento importante para constituir os limites entre as posses do Brasil e as relações com os demais estados; na república, serviu para legitimar a implementação de uma concepção autoritária, se tomarmos como referencia a ditadura de 1964 a 1985, ali a fronteira desempenhou um papel importante, ao mesmo tempo que admitia uma violência, deixava vislumbrar uma possibilidade de esperança, do novo, das relações e concepções, sendo readaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas (Martins. 1997).

Embora a esperança insista em se fazer presente, é a morte o elemento mais visível na fronteira, inclusive a morte da própria esperança, em muitos casos. Morte de homens em regime de escravidão, morte de mulheres nas zonas de prostituição, morte nos garimpos, que contraditoriamente é o espaço onde a esperança mais valseia por entre corpos que, desesperadamente, procuram as pepitas de ouro ou diamante, morte do meio ambiente e morte de indígenas, pois eles "atrapalham o progresso" e a sua eliminação foram a forma mais sutil encontrada pelos não índios para "limparem" o caminho das máquinas que foram seguidas pelas gentes.

É dessa forma que se fez a apropriação a qualquer custo, da propriedade privada da terra. No Brasil, este tem sido o processo

pelo qual o capital foi sendo produzido, por outras palavras, a acumulação primitiva do capital continua sendo feita através da tomada, mesmo que pela força, das terras públicas, devolutas ou não (Oliveira. 2006) ou pela expulsão de posseiros e índios.

Se Hesíodo cantava a terra, na disputa com seu irmão Perses, hoje, na fronteira, choramos mais os assassinatos. A terra é, ainda hoje, o motivo de tantos cantos e lamentos de homens e mulheres do pampa gaúcho aos descampados de Roraima - a última fronteira da soja, do arroz, e por conseqüência, dos armazéns da Bunge, Cargil, Monsanto⁷ - nos últimos anos, da disputa pela propriedade entre grandes fazendeiros - como forma de reprodução do capital - e o governo para tentar manter o controle sobre o processo colonizador de um lado; e os pequenos agricultores na sua incansável luta pela sobrevivência, de outro.

Contraditoriamente praticas de tempos diferentes se encontram no presente, num espaço no qual, supostamente seria o lugar onde o indivíduo, na forja da matéria, construiria uma nova possibilidade a partir do trabalho. E, mesmo que a pequena produção se tecnifique, não consegue se capitalizar. Assim, a pequena produção que consegue sobreviver é obrigada a organizar-se em novas bases, muitas vezes, se especializando numa cultura ditada pelo mercado ou pela agroindústria (Tedesco. 2001).

Porém, a luta no MT não é nova. Os primeiros contatos remontam ao séc. XVIII com a chegada de Pascoal Moreira Cabral em terras às margens do rio Cuiabá, no arraial Forquilha, mas, para os governantes do século XX e muitos ainda hoje em pleno século XXI era/é uma terra sem homens, e falamos, literalmente, de homens porque antes dos anos sessenta do século passado, tanto na

⁷ Empresas multinacionais produtoras de sementes, defensivos agrícolas e ou insumos tido como necessários para o desenvolvimento do agro negócio pelos agro-pecuaristas.

sociologia quanto na história, não era comum dar voz e vez às mulheres como sujeitos capazes de fazer história, mesmo que elas tenham estado lá e desenvolvido seu papel.

De que homens especificamente estamos falando? Daqueles que há muitos anos vivem daquilo que a natureza lhes oferece, que não acumulam posses, que não domesticam o corpo, em virtude de uma moral religiosa. Sim, estamos falando destes homens e mulheres que, num momento específico, decidimos que seriam 'índios'. Em nossa ignorância, denominamos índios todos aqueles que viviam na floresta, desconhecendo que, entre eles, há inúmeras diferenças, a começar pela língua. Se tomarmos os relatos dos séc. XVII ou XVIII, podemos encontrar referências a eles como bárbaros⁸. É neste espaço fronteiriço que a política econômica pensada para a Amazônia e imposta pela ditadura militar, via o índio como um inaceitável obstáculo ao desenvolvimento (Balduino. 2001).

Mas estamos falando também de homens e mulheres que construíram outra forma de organizar suas vidas, é bem verdade que a maioria 'apenas' vive, estão alheios aos acontecimentos da vida, não têm muita clareza sobre os acordos políticos, votam apenas para cumprir um dever e menos pelo exercício da cidadania; estamos falando de homens e mulheres que se separam em classes, dividem a terra, escravizam corpos, exploram a floresta e vendem soja (*Glycine Max*) e bois para a Europa; vez por outra, matam seu semelhante porque a terra "é pouca" (Schneider. 2000; Nepstad & Almeida. 2004).

Homens que exploram o trabalho de mulheres e crianças e, na Amazônia, ainda se encontra naqueles que, vez por outra, arrebanham outros homens no Nordeste e os levam para sua fazendas e os tratam como escravos, só que agora eles têm pele

⁸ Conforme comissão designada pelo então presidente de província de Goiás, no relatório de 15 de maio de 1832, ao referir-se sobre os índios que estavam invadindo as vilas do norte de Goiás. In: Pela História de Goiás. Americano do Brasil. UFG. 1980. p. 104.

branca e não ficam acorrentados. Nesta nova forma, a corrente assume o formato de uma cartucheira e quem a impunha é outro homem que, ao ocupar o posto de fiscalizador, incorpora o papel do explorador, ao segurar uma arma impede as fugas. Segundo dados da CPT (2006), no ano de 2005 foram 4.585 pessoas libertadas da situação de escravidão nas fazendas do Acre ao Rio Grande do Sul. Destacam-se entre os estados que mais apresentaram trabalhadores escravos, o MT (1.494 casos) e o PA (1.266 casos). (Relatório da CPT. 2006).

Estamos no portal da Amazônia. Você conhece a Amazônia⁹? Qual delas? O que da Amazônia você conhece? Na análise de Schneider (2000), a Amazônia precisa ser entendida como uma região que se subdivide em três zonas de chuvas: aquela que recebe até 1.800mm (seca); a que recebe de 1.800 a 2.200mm (de transição) e aquela que recebe mais de 2.200mm (úmida). O mapa da página 30 nos dá uma idéia desse espaço e nos aponta que o vazio não estava tão vazio assim (ver mapa da p. 30).

Na última metade do século XX, com a chegada dos governos militares ao poder, novas orientações foram definidas no sentido de reorientar as políticas de ocupação, manuseio do solo, a posse das terras e da riqueza, sob o pretexto de ocupar as fronteiras dos espaços vazios (Martins, 1995). Mais tarde, expandiu-se a política de preservar as riquezas naturais por meio de criação e implantação de Unidades de Conservação – UC, embora, na prática, isso não tenha sido totalmente garantido (Simonian, 2001). Em

⁹ O termo Amazônia que estaremos usando se refere à região que compreende os estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e Maranhão a oeste do meridiano 44°. Popularmente conhecida como Amazônia brasileira tem uma área de 5.217.423 km². Tal contorno foi dado pela Lei Nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Já para Saint-Clair Jr. o termo Amazônia é uma invenção que não é capaz de explicar muita coisa, pois o espaço não é discutido como dimensão social e seus habitantes são muito genéricos. Assim, a fronteira na Amazônia é vista pelo autor como um espaço recente de expansão e projetos das relações capitalistas de produção.

parte, essa política tem estado relacionada à pressão dos países ricos que, contraditoriamente, devastaram suas reservas – o que por certo não devem servir de exemplo –, porém se reservam ao direito de decidir sobre a vida dos habitantes da floresta, sejam eles indígenas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores, entre outros.

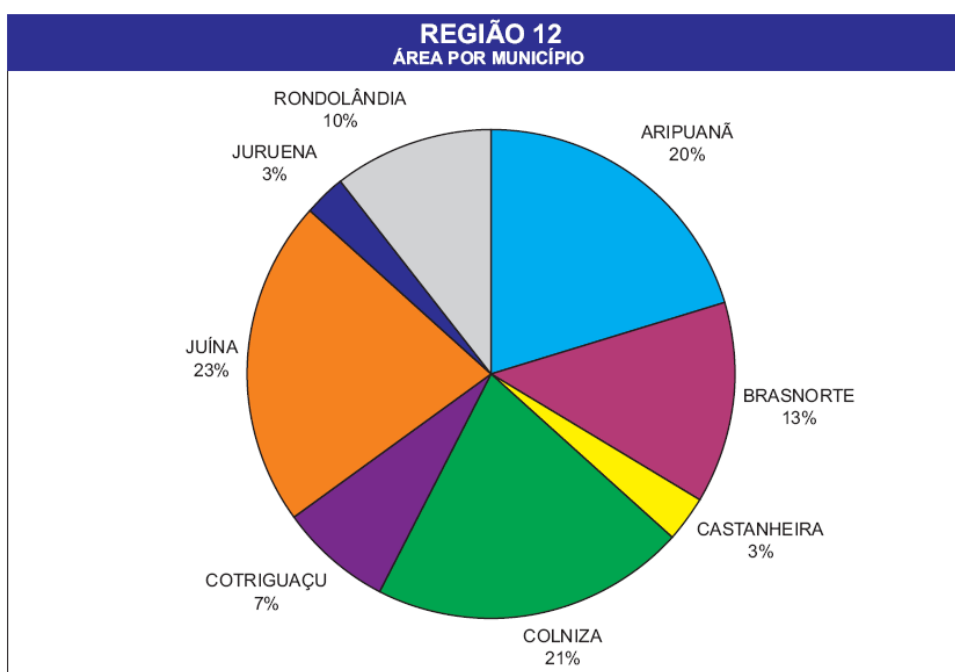
Mesmo assim, os movimentos sociais, no Brasil, participaram ativamente no período pré-Constituição de 1988, como lembra Simonian (2004, informação verbal/i. v.) sobretudo os indígenas, remanescentes de quilombos (Riscarolli. 2005).

Tentar conhecer um pouco deste espaço geográfico e seus contornos sócio-político, econômico-cultural, assim como o processo de ocupação, será o passo inicial para compreender a ocupação da terra, dos massacres aos povos indígenas, e da luta pela sobrevivência de brasileiros/as que, no final dos anos 1970, início de 1980, foram a-“traídos” para o Mato Grosso e Rondônia, entre outros estados, por empresas de colonização privada (Colonizadoras Sinop, Cotriguaçu) ou pelo próprio estado. No caso do Mato Grosso, a responsável pela oferta das terras, abertura de estradas, organização de compra e venda foi a CODEMAT (Cardoso. 1989). Assim, os homens e mulheres vieram na esperança de fazer riqueza. Riqueza compreendida como melhores condições para criar seus filhos/as, dar-lhes estudo, uma pequena porção de terra ou uma casa. Outros ainda queriam mesmo enriquecer, na acepção mais mesquinha do termo. Uns “inocentes” em relação à forma como o Capital e o Estado iam lhes tratar, daí por diante, outros, já vacinados de empreitadas anteriores, estavam receosos da bonança que o ‘céu de brigadeiro’ anunciava. Mesmo assim, algumas milhares de famílias atenderam o apelo, primeiro, do desejo próprio de ser proprietário; depois, em admitir o papel do estado em garantir aos seus cidadãos as condições básicas de vida, condições, na maioria das vezes, esquecidas depois que as famílias já estavam no interior da floresta (Ferreira. 1986).

Este é o contexto que consideramos importante resgatar, já que ele é o cenário, para depois nos ocuparmos do processo de organização dos camponeses e das tentativas de superação da propaganda do governo para o novo eldorado do noroeste do MT.

A colonização, na região Noroeste, tem início por volta de 1930, na região do Aripuanã. Elevado a condição de cidade em 1943, todavia as condições locais - falta de infra-estrutura, meio de transporte, distância da metrópole - foram motivos para que seus administradores residissem em Cuiabá até 1966 (Siqueira. 2002). De sua área original foram criados os municípios de: Alta Floresta, Apiacás, Nova Bandeirante, Castanheira, Cotriguaçu, Juína, Juruena, Nova Monte Verde, Paranaíta, Rondolândia e Colniza.

Extrativismo, pecuária e agricultura de subsistência são a base da economia dos municípios da região. Entretanto, o turismo tem estado na pauta das políticas dos governos locais, nos últimos anos (Siqueira. 2002).



Fonte: relatório do fórum de desenvolvimento sustentável – Juína. Abril- 2002.

TRABALHO E MEIO AMBIENTE – farinha pouca... meu pirão primeiro.

Trabalhar tem sido o dilema de homens e mulheres. Trabalho manual ou intelectual se constitui na forma básica do exercício de uma atividade que rende, ao final de um período, certo prazer ou 'gratificação' que pode ser dinheiro ou algum outro bem utilizável no cotidiano. É bem verdade que alguns homens ilustres como Napoleão¹⁰ defendeu o trabalho sem trégua, todos os dias inclusive aos domingos, ressaltando apenas certo tempo para os ofícios.

Também encontraremos, na linguagem cotidiana, outros significados para o termo, às vezes, carregada de emoção, dor, tortura, suor ou fadiga, em todas, se manifesta a ação do homem vislumbrando a sobrevivência seja de cunho mais corporal, seja aquela mais voltada para as questões do espírito (Albornoz. 2004).

Apesar dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento da Ciência, o trabalho escravo¹¹ ainda se faz presente nas carvoarias do Nordeste, sobretudo Maranhão, e no Tocantins; nas fazendas do Mato Grosso, Pará entre outros. São as novas manifestações do racismo

¹⁰ Texto de 5 de maio de 1807. In: Direito à preguiça. Paul Lafargue. Trad: Otto Lamy de Correa. Claridade. 2003.

¹¹ Vou tomar emprestado uma fala de Martins (1999), quando diz que, quem pede conceito, pede clareza, mas que a ciência que se limita ao conceito permanece aprisionada nos limites do preconceito. Assim, essa escravidão se manifesta no trabalho submetido a modos violento de controle; vigilância dos trabalhadores por pistoleiros armados; falta de registro em carteira por parte do contratante; negação do direito de ir e vir das carvoarias, fazendas, canaviais; assassinato de trabalhadores que decidiam fugir de tais condições e locais de trabalho; nas próprias palavras de Martins "a escravidão contemporânea, justamente porque é forma extralegal de cativo, é atravessada em sua definição pela subjetividade dos circunstâncias, não só do próprio escravo, mas também de quem denuncia a escravidão (p. 157)."

brasileiro, no tempo presente. Nestes rincões, os trabalhadores, exclusivamente homens, são iludidos com promessas de salários, carteira assinada, passagem para voltar depois de certo tempo. É a reprodução do capital que se concretiza na fronteira no qual o braço do Estado e da Justiça dificilmente chegam. E suas mulheres? Elas ficaram na cidade de origem para cuidar dos filhos e esperar que o marido, irmão, pai ou filho maior mande o dinheiro para que a família sobreviva. Abandonados no meio da floresta ou do cerrado, como voltar? O "gato"¹² desapareceu e, em seu lugar, estão homens armados vigiando os trabalhadores, conforme nos alerta o relatório da Comissão Pastoral da Terra, de 2006 (CPT. 2006). É a escravidão moderna quando as correntes foram substituídas pelas armas de fogo e a cor dos trabalhadores é aquela do desesperado que se submete a uma situação humilhante de super exploração de suas forças físicas.

Com êxodo do campo para as cidades¹³ em formação, com o surgimento da máquina, da eletricidade, automação do processo produtivo as relações de trabalho sofreram profundas transformações. Estas e outras condições, como acumulação de riquezas do período das grandes navegações propiciaram a organização daquilo que se convencionou chamar de capitalismo, um modo de produção em que os meios de produção estão nas mãos de uns poucos e a grande maioria entra com a força de trabalho, fato que foi objeto de ampla reflexão e estudo de Marx/Engels¹⁴ e outros

¹² O termo "gato", nas regiões norte/centro oeste é usado para designar aquele sujeito que arregimenta trabalhadores nas cidades, sobretudo do nordeste, a pedido de fazendeiros e encaminha-os para as fazendas, canaviais, carvoarias e os entrega ao capataz que administra os trabalhos e trabalhadores na propriedade na ausência do patrão que, via de regra, tem seu domicílio numa metrópole em estados mais ricos e desenvolvidos do Brasil.

¹³ Segundo Balduino (2001), de 1995 a 1998, 400 mil pequenos e médios estabelecimento rurais foram extintos devido à falta de políticas direcionadas para esse grupo de trabalhadores e pelo avanço do agrobusiness e sua população se concentrou nas periferias das cidades.

¹⁴ Textos, v. 03, edições sociais, s/d; A origem do capital, global, 1989; Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Martin Claret, 2002.

marxistas. Mas, se o processo de trabalho foi organizado de forma a maximizar o poder, o controle dos capitalistas sobre os trabalhadores, o máximo de controle é uma pré-condição para o máximo de exploração e o máximo de exploração não o é para a maximização da produtividade física. Para este autor, não é o progresso técnico, no verdadeiro sentido da palavra, que torna (a fragmentação) necessária, mas a busca do máximo de exploração (Antunes. 1999).

Mesmo assim, a teoria do mercado dual não necessariamente explica a realidade, apenas ressaltá-la. Isso, de certa forma, se deve à consideração de que a divisão do mercado de trabalho é o resultado de uma estratégia política de divisão e controle da classe operária, sem estabelecer sua relação com o desenvolvimento das forças produtivas, com a organização do processo de trabalho. Não se trata apenas de dividir para melhor comandar. O controle e a expropriação do conhecimento são, de fato, conseqüências da hegemonia do capital, mas isso tem implicado confronto, luta e negociação (Pena. 1981).

Se Marx não pode compreender melhor a relação entre a produção e a família e do uso da força de trabalho feminina como recurso para expandir a mais-valia absoluta, fez o que as condições materiais daquele momento possibilitou, até porque as questões que mais o afligia em suas análises eram os embates entre as classes e a construção dos fundamentos do socialismo e sua crítica ao capitalismo. Mais tarde, outros marxistas aprofundaram as discussões sobre novas relações de trabalho (Pena. 1981; Antunes. 1999; Gramsci. 2001; Hirata. 2002) relações entre homens e mulheres (Priore. 1997; Simonian. 2001; Bruschini. 2001) além de outros autores. Claro que isso foi possível, ao menos em parte, pelas transformações ocorridas e que Marx não chegou a ver.

Se Marx pensou, prioritariamente, na situação que engajava os trabalhadores na produção social e não se deteve

detalhadamente sobre outras implicações do mundo do trabalho como o trabalho das mulheres, ou daquilo que hoje se chama de minorias, ou se por sua vez fixou sua reflexão nas questões do trabalho assalariado das fábricas, isso por certo se deu por estar refletindo acerca das condições de uma luta maior entre o capitalista e o trabalhador. O fato de que a propriedade masculina sobre os meios de produção originou a subordinação feminina exige sempre novas reflexões. E se o capitalismo não gerou o patriarcalismo, no entanto, ele o utiliza e reforça como parte de sua própria dinâmica no processo de submissão dos trabalhadores desprovidos de 'consciência de classe' sobretudo das mulheres, ao naturalizar o papel de mãe abnegada e obediente ao marido, esposo ou patrão. Todavia, a emancipação humana não se realiza senão quando o homem reconhece e organiza suas próprias forças como forças sociais e não mais separa de si a força social sob a forma de força política (Marx. 1990).

Dessa forma, ao amanhecer o dia, homens e mulheres tomam banho no rio caudaloso de águas límpidas e que serve como fonte de alimentos a estes que, diuturnamente, vivem e retiram da floresta e do rio tudo aquilo que é útil para o reino de suas necessidades, o pensamento se concretiza no real e vice versa, como uma operação contraditória e dialética. O rio pode ser o Juruena, o Juína, o Vermelho. Não importa. Um peixe assado e um pouco de beiju, raízes e frutas completam o cardápio. Mais tarde irá à mata pegar taquara, colher frutas, ver se em suas armadilhas há alguma presa. Cuidadosamente cortam varetas, moldam artesanalmente e, numa das extremidades colam algumas penas tiradas de papagaios (*Amazona amazônica*), araras vermelhas (*Ara chloroptera*), jacus (*Neomorphus geoffroyi geoffroy*) entre outros. Está pronta a flecha, algo que, no meio urbano convencionamos chamar de artesanato e

que muitos de nós não reconhecem que tal produto demanda trabalho, técnica e arte.

No trabalho deste homem, desde seus atos mais elementares, há a necessidade de observação, de “ouvir” a matéria e, sob o ritmo do trabalho, dosar os esforços para o domínio de seu próprio corpo, bem como da sobre o objeto de trabalho, qual seja, penas, taquara, madeira (Tassigny. s/d). Nessa ação do homem sobre a natureza, a observação deste sobre a matéria reforça a consciência de sí humana originado do sucesso na realização do trabalho. A partir disso, a observação passa a ter condições de se constituir como uma manifestação autônoma da relação prática utilitária que lhe dera origem.

Depois de ‘pequenas’ atividades e para não se tornarem escravos de seu próprio trabalho, deitam em redes, meticulosamente tecidas pelas anciãs do grupo, e descansam como deuses sob a sombra de folhas de alguma palmeira, enquanto crianças brincam com animais domesticados. É bem verdade que todas as tarefas são realizadas sem uma necessidade explícita de relacioná-la com esta ou aquela situação. Aqui, não aparece a contradição entre o real e o pensamento, porque a relação disso para o indígena acontece naturalmente. Ao fazer a flecha, o ancião explica ao jovem (ou curumim), com palavras, e pela ação, a maneira como fazê-lo. Talvez por instituírem uma outra relação com a natureza, esse processo transcorre de modo que não causa separação entre pensá-la e atuar nela como espaço de produção de sua existência (Silva. 2001).

A fabricação de um arco pelos homens ou a produção do beiju e cestos a cargo das mulheres estão obrigatoriamente vinculados ao aperfeiçoamento da técnica, que poderá ser testado numa caçada ou na preparação da comida para qualquer dia normal ou numa cerimônia de agradecimento da colheita, de nascimento, de morte, reservado o grau de importância de cada uma destas situações e do contexto em que ela se realiza, se há ou não

convidados externos, sejam eles outros indígenas ou não índios (Silva. 2001).

Homens na Amazônia: olhares diferentes para o mesmo dilema



Fonte: Fórum de Desenvolvimento Sustentável. Juína. Prefeitura municipal. 2002.

Estamos em terras dos povos Cinta Largas¹⁵, Rikbatsa¹⁶ e Enawenê-nawê¹⁷, nas proximidades do paralelo 11. Uma região do MT onde mais tarde se constituirá o cenário da colonização do PROJETO JUINA (anexo 04), área em que, nos anos 1970, aconteceu um massacre de índios, mais tarde transformado em filme “*Avaeté: a semente da vingança*”, do diretor Zelito Viana (1985), com participação de Hugo Carvana, Cláudio Mamberti, e Renata Sorrah. Nestes confins do Brasil, as águas do Juruena calmamente avançam para o interior da Amazônia, levam vida aos ribeirinhos, mas, também, escondem resquícios de práticas nada civilizadas dos tempos da ‘conquista’ e do ‘desbravamento’. Segundo informações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o massacre foi patrocinado pela empresa Arruda & Junqueira. De acordo com a entidade, no ano de 1972, os Cinta Larga eram cerca de cinco mil indivíduos, no senso de 2000 estavam reduzidos a 982; atualmente, são cerca de 1200

¹⁵ Denominação dada pelos não índios. Eles se autodenominam Panderej que significa “nós somos gente ou pessoas humanas”. Falam a língua pertencente ao tronco Tupi, da família lingüística Mondé. São cerca de 1200 pessoas. Este é o povo que sofreu dizimação de cerca de 3.550 pessoas no conhecido *massacre do paralelo 11*. Fonte: <http://www.funai.gov.br/home/campanhacintalarga.htm> acesso em 01/2006.

¹⁶ Povo que acredita na permutação de almas. Dividem-se em dois clãs, são exímios caçadores e para as festas principais cultivam roças de batata doce, inhame, feijão, banana e abóbora em roças cuja área varia de meia a dois hectares, feitas a cada dois anos. Entre os animais de caça, recusam comer jacaré, tamanduá bandeira e cobras. Ainda hoje, a castanha se constitui num importante alimento. Desde 1995, o povo vem desenvolvendo um projeto de manejo sustentável na extração e envasamento do palmito. Recebem assessoria da IPA, TROPICOS, FUNAI, CAIEMT e prefeitura de JUINA. O projeto é financiado pelo Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias – PADIC/PRODEAGRO-PGAI/PPG7. In: Arruda, R. S. V. www.socioambiental.org acesso em novembro de 2005 e fevereiro de 2006.

¹⁷ Povo que habita a região de transição entre o cerrado e a floresta equatorial localizada no vale do rio Juruena, com uma área de 740 mil ha. Alimenta-se predominantemente de peixe, mel, insetos, raízes e frutos silvestres. Seu mito conta que um casal vivia dentro de uma pedra que, com a ajuda de um pica-pau foi libertado e assim se origina o povo. In: Silva, M. *Tempo e espaço entre os enawene-nawe*. Rev. Antropologia. vol. 41 n.2 São Paulo 1998.

indivíduos; já os Enawenê-nawê, em 1974 eram apenas cem indivíduos (CIMI. 2000).

Na região estão presentes diferentes etnias, com línguas, costumes, tradições e práticas de trabalho e culturais que se diferenciam, todavia, comumente o não índio tende a classificá-los apenas como índios. Determinadas questões tem sido amenizadas com a criação de cursos de formação e a também com a chegada de alunos de diferentes etnias nos cursos universitários nas faculdades e universidades brasileiras.

QUADRO DOS POVOS INDIGENAS REGIÃO NOROESTE

Área indígena	Etnia	População	Situação legal	Área em km ²	Município
AI Arara Rio Branco	Arara	150	Demarcada	1.448	Aripuanã
AI Aripuanã	Cinta-Larga	105	Homologada	7.506	Aripuanã
P.I. Aripuanã	Cinta-Larga	198	Homologada	16.143	Aripuanã
AI Enawene-Nawe	Enawene-Nawe	300	Homologada	7.520	Sapezal/Juína/Comodoro
AI Erikbatsa	Erikbatsa	860	Homologada	799	Brasnorte
AI Escondido	Erikbatsa	45	Homologada	1.691	Cotriguaçu
AI Irantxe	Erikbatsa	250	Homologada	455	Brasnorte
AI Roosevelt	Cinta Larga, xavante, bororo	304	Homologada	2.308	MT e RO
AI Serra Morena	Cinta-Larga	157	Homologada	1.478	Aripuanã
AI Sete de	Surui	586	Homologada	2.481	MT e RO

setembro					
AI Zoró	Zoró	280	Homologada	3.526	MT e RO

Fonte: Quadro construído com base nos dados do anuário estatístico do MT – 2003; CIMI e FUNAI.

Da área total do município, 46% são de terras indígenas e da Estação Ecológica Iquê (200.000 ha), sobreposta à área indígena do povo Ena-wene-nawê (742.088 ha), conforme anuário estatístico de MT 2003.

A floresta exibe árvores exuberantes e uma infinidade de pássaros, mamíferos, répteis e insetos. Aos poucos, os homens brancos vieram e tomaram posse das matas, dos rios, dos animais e das próprias pessoas nativas. Aqui, faz sentido a observação de Caio Prado Jr. (2000) quando diz que *"a colonização não se aquieta, ocupa-se de novos territórios até então desertos e abandona-se outros já devassados"*. Concordamos com parte da afirmação do autor no que se refere ao que foi devassado, porém, nenhum território está deserto, no sentido pleno da palavra, seja porque estão parcialmente ocupados há décadas, por posseiros, coletores de sementes, seja porque estão ocupados por povos indígenas que habitam estas terras há algumas centenas ou milhares de anos. Ao ocuparem este espaço criaram uma cultura, fizeram guerras, domesticaram animais, plantaram e colheram, mas nada se assemelha ao voraz apetite do seu maior rival, o não índio.

Por certo, aqui é importante considerar que a migração e o deslocamento são as formas desesperadas pela melhoria de vida e como este conceito de melhoria é próprio dos civilizados, o índio tem se constituído num problema, tanto para o processo de expansão do capital, quanto às novas frentes de colonização. Neste processo de colonizar, no Brasil, o colonizador quis incorporar o índio, primeiro pela catequização, depois, pelo trabalho forçado. Como num e noutro

caso, o sucesso não foi o esperado, eles, os índios, foram classificados como preguiçosos, logo, não precisariam de uma extensão de terra tão grande, pois, afinal de contas, *não 'produzem' nada (grifo nosso)*. Então, a terra das áreas indígenas é motivo de cobiça, de mortes e de destruição por parte do não índio.

Ao amansar o índio, o civilizado tenta provar ao “*bom*” selvagem que este bem deve servir para uma causa nobre, na sociedade: produzir alimentos para a humanidade, promover o progresso e o desenvolvimento do país. Envoltos na atmosfera de conquista, o branco não percebe e, se percebe, não acredita que seu tempo de sujeito está configurado de cosmologias diferentes, assim, o ‘civilizado’ conceitua o outro como preguiçoso e entrave ao progresso e aquele, como um estranho em busca de riqueza (Silva. 2001), mas como alerta Martins (1994), a questão é saber quais as condições históricas que estabelecem o ritmo do progresso, nas diferentes sociedades.

Contraditoriamente, quanto mais aumentam as safras agrícolas, mais gente morre de fome no mundo. Quanto mais se povoa a Amazônia, mais a sociedade vê crescer os problemas que envolvem o cuidado com o meio ambiente.

A degradação ambiental pela ação do garimpo foi mais intensa em Juína e em cidades como Juruena, Poconé, Diamantino, Alto Paraguai. Ouro e diamantes extraídos destas terras, cobiça de milhares de mãos e desgraça de tantas outras. Nos anos 1980, a fiscalização muito precária facilitava o contrabando.

Mesmo recentemente, apesar de todas as discussões sobre os problemas que o garimpo traz à tona (assassinatos, drogas, prostituição, contrabando e sonegação do imposto sobre minérios), o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais – DNPM – tem autorizado inúmeras posses para a lavra de garimpo – Alvarás: N. 6385 de 25/05/2005 (Aripuanã – lavra de ouro); N. 6389 de 25/05/2005 (Diamantino – ouro e diamante industrial); N. 6402 de

25/05/2005 (Dom Aquino – diamante gema); N. 6544 de 02/06/2005 (Poconé – ouro) e N. 6555 de 02/06/2005 (Juína – ouro e diamante gema) – que, na maior parte das vezes, acontece sem a fiscalização dos órgãos responsáveis. Estes são alguns dos alvarás de 2005, expedidos, autorizando a lavra no Mato Grosso, inclusive no município de Juína, onde o garimpo foi fechado em 1992, numa ação do ministério público e polícia federal.

Assim, as cidades floresceram envoltas numa atmosfera de riqueza que na prática, não se concretizou em benefícios para a população. Apesar da riqueza extraída do solo, as cidades não receberam investimentos de infra-estrutura, nem se beneficiaram com o recolhimento do imposto pela extração dos minérios, pois, na maioria dos casos, ele é sonegado. Lucrou o comprador intermediário e os donos de lapidações no Oriente Médio e Europa; perderam o município e o garimpeiro, este, por não recolher o imposto, aquele, por estar fascinado com o pouco que lhe ofereciam pelo trabalho na draga ou no catriado¹⁸. Além do mais, dificilmente um garimpeiro passa pela atividade, sem trazer consigo e “socializar” com os familiares algumas malárias que ele contraiu lá na baixada/baixão, termo comum entre os garimpeiros, para se referirem ao local de trabalho. Após 5 anos de fechamento do garimpo, a secretaria de saúde do município ainda registrou mais de cinco mil caso da malária, em 2001.

Podemos observar isto no quadro comparativo abaixo, tendo como ponto comum, a extração mineral, ocorrida durante a formação da cidade. Os dados nos fornecem elementos comparativos entre Juína e os demais municípios onde a atividade garimpeira se

¹⁸ Conjunto de equipamentos composto de draga, motor e demais instrumentos utilizados para exploração e lavra no garimpo de diamantes. Geralmente este maquinário pertence a um fazendeiro, médio proprietário ou comerciante que contrata trabalhadores para execução do trabalho no baixão pagando estes em forma de porcentagem sobre o valor das pedras extraídas.

constituiu na principal atividade por mais de uma década, variando entre 1960 a 1990.

Se compararmos Juína e Diamantino – município com quase duzentos anos de fundação – as diferenças são favoráveis ao segundo haja vista que há alguns empreendimentos como duas faculdades privadas e um frigorífico, investimentos que facilitam agregação de renda e, conseqüentemente, aumenta a qualidade de vida e, por conseqüência, melhora a qualidade da educação. Já em relação à Juruena, que tem melhor IDH educação e melhor índice de esperança de vida, Juína apenas tem renda per capita melhor. Embora os dados não falem por si mesmos, lógica que nos faria pensar que uma maior renda resultaria em melhor educação e maior esperança de vida, isto nos mostra que nem sempre a realidade é tão aparente, e podemos observar, no caso de Juruena, onde a renda é menor do que em Juína, todavia o IDH-E e a esperança de vida são mais elevados.

Situação semelhante acontece com Alto Paraguai, que possui um IDH-E acima da media mato-grossense e, no entanto, tem uma renda per capita das mais baixas do estado, assim como o índice médio de vida da população. No quadro abaixo é possível comparar os dados entre os cinco municípios onde a atividade garimpeira exerceu grande importância no processo de colonização, mas também influenciou negativamente na qualidade de vida da população, uma vez que, em áreas de garimpo, a incidência de malária aumenta consideravelmente, além disso, não houve/há racionalização dos recursos naturais; falta zoneamento agro ambiental para disciplinar o uso e exploração do solo, água e recursos vegetais, o que provoca grandes desmantamentos, entre outras ameaças às populações e ao meio.

A falta de atenção do poder público e da iniciativa privada – no caso de MT várias cidades foram colonizadas/edificadas por empresas particulares com autorização do governo, caso de Sinop,

Cotriguaçu, Juruena, Alta Floresta, Canarana, entre outras – para com esse conjunto de elementos, além de políticas específicas, não criou condições para que a população usufruísse de melhores condições de vida como saneamento básico, energia elétrica, vagas e qualidade na educação municipal, além de usufruir de uma renda per capita inferior ao salário mínimo.

QUADRO COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS ONDE A ATIVIDADE GARIMPEIRA FOI UM ELEMENTO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO OU 'CRESCIMENTO' DA CIDADE.

Município	Renda per capita	IDH-E	Ranking MT	Ranking Nacional	Esperança de vida
Juruena	244,92	0,819	44º	1.844	69,3
Poconé	132,38	0,800	121º	3.311	63,9
Juína	284,60	0,799	47º	1.912	68,9
Diamantino	291,12	0,876	19º	850	71,1
Alto Paraguai	125,41	0,849	100º	2.928	66,0

Fonte: quadro construído com base nos dados do Anuário Estatístico de MT. 2003.

A riqueza extraída do solo não se materializou na vida cotidiana das pessoas, homens e mulheres que, trabalhando, sonhavam com condições mais dignas de vida, homens que incessantemente escavam o solo a procura de pepitas que poderiam tirá-los da condição de semi-escravos; e mulheres que vendiam os prazeres da carne ou os afazeres de cozinha nos garimpos incrustados as margens do rio Juruena, Juína, Paraguai, Teles Pires, Cuiabá. Mulheres que literalmente eram objetos de “*cama e mesa*”.

Na esperança que Martins (1997) ou Brandão (1999) falavam, uma leva de brasileiros migrou do Sul, do Nordeste e parte do Sudeste para o Mato Grosso, tendo, como horizonte, um novo campo de trabalho e, por meio, dele conquistar sua propriedade

territorial. Trabalho entendido como gerador de riqueza, de transformação da natureza e do próprio homem (Marx *apud* Silva Jr. & Gonzalez. 2001. p. 17). Muitos acabaram no garimpo e, lá suas forças de reprodução do capital, mais uma vez foram sugadas. Também foram sugadas pelas mulheres, seja no leito de amor de uma transa, seja no copo de algumas doses de uísque. Inconscientemente ambos faziam ou satisfaziam os desejos do capital que, na fronteira, está preocupado apenas com a sua reprodução e não com a qualidade de vida, nem com a esperança da propriedade, sonho acalentado por mulheres ou homens que vêem suas rugas a, cada ano, mais profundas.

NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO – o que e quem foi integrado?

Terra – este objeto tem sido o elemento da discórdia, há quase cinco séculos, na história do Brasil. Primeiro, na disputa entre os reinos da Espanha, Inglaterra, Holanda e Portugal. Mais tarde, entre brancos e índios e, finalmente, os negros apresentaram sua reivindicação pela posse de áreas, caracterizadas como remanescentes de quilombos. Hoje, essa configuração de luta não se concretiza somente entre brancos e índios, negros e brancos, entre classes e etnias diferentes. Ela está mais difusa, mais sutil e, com certeza, mais perversa. Se a melhor forma de luta é aquela que reivindica a posse e propriedade da terra, cada organização tem seus princípios, todavia, a não titularidade sobre a terra tem mostrado que os direitos de cidadania dos trabalhadores, frequentemente são usurpados, conforme mostra o relatório da CPT 2005 sobre os casos de expulsão de famílias das posses (4366 famílias); dos conflitos no campo (955 casos). Este objeto de disputa entre os homens e suas classes ganhou, em cada período, diferentes nuances. Ora a

tonalidade cristã como canudos¹⁹, ora a de tonalidade política como as ligas camponesas²⁰ e o contestado²¹, outras vezes, por interesses particulares de apropriação de terras devolutas no Bico do Papagaio, em Rondônia, no Mato Grosso ou, ainda, pelo colorido vermelho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra²².

Assim, a colonização deixa não apenas marcas físicas, mas, sobretudo, marcas em homens e mulheres que, raramente cicatrizam, marcas do analfabetismo, da inclusão socialmente anômala, das parcas políticas de saúde pública, da falta de infraestrutura de rodovias, política agrária, entre outras. Por outro lado, há de se reconhecer que a política social que mais beneficiou os agricultores foi a da previdência social rural (Denardi, 2001). Contraditoriamente, sempre houve política agrícola, muito embora tenha se destinado, na maioria das vezes, aos interesses dos

¹⁹ Movimento ocorrido na Bahia, com início em novembro de 1896, envolveu cerca de dez mil soldados nas 4 expedições militares enviadas para combater Antonio Conselheiro e seus seguidores que, inicialmente, apenas reivindicavam a madeira comprada para a construção de uma igreja. Estima-se que cerca de 25 mil pessoas tenham sido mortas no combates. Cf. Martins (1999); Villa (1993).

²⁰ Associações de trabalhadores rurais criadas sob a influencia do partido comunista do Brasil, inicialmente no estado de Pernambuco, depois se difundiram pela Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, exercendo intensas atividades entre os anos de 1955 a 1964. Seu principal representante foi Francisco Julião. O movimento começou no engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão, com cerca de 140 famílias e seu primeiro nome foi Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPP. www.cpdoc.fgv.br acesso em 22/07/2005.

²¹ Movimento surgido entre os estados do Paraná e Santa Catarina depois que uma empresa norte americana responsável pela construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, dispensou os funcionários, antigos camponeses nas terras desapropriadas para a ferrovia. Sob a liderança dos 'monges' João Maria e José Maria, os camponeses fundaram algumas vilas cuja resistência foi severamente combatida pelo exército – os peludos (forças do governo) contra os pelados (camponeses marginalizados). Os embates se estenderam de 1912 a 1916.

²² O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fez seu primeiro encontro em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR, onde afirmaram que a ocupação de terras seria uma ferramenta legítima dos trabalhadores. Todavia, o primeiro fato que marca o início da movimentação ocorre na Encruzilhada Natalino no RS, conforme relata Frei Sergio Gorgen em Uma Foice Longe da Terra. Vozes. Petrópolis. 1991.

empresários do “agrobusiness” e, “somente depois da década de 1990 passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de empregos e a preservação ambiental” (*idem*).

No MT, a posse da terra, sua distribuição e o fácil acesso prometido pelo PROTERRA não passou de mais algumas das promessas feitas aos trabalhadores, haja vista a desproporcionalidade entre o número de pequenas e grandes propriedades e o espaço ocupado pelos diferentes grupos de trabalhadores. O quadro a seguir nos apresenta a evolução dos números durante os anos de 1980 a 1996, cuja atenção especial recai sobre os dados do primeiro e do quarto grupo (menos de 10 há e 1000 a 10.000 há respectivamente).

ESTABELECIMENTOS RURAIS EM MT

Grupo (ha)	1980		1996	
	N. estabelecimentos	área	N. estabelecimentos	área
Menos de 10	23.902	108.338	9.801	46.163
De 10 a 100	21.633	791.354	37.076	1.588.678
100 a 1000	13.273	4.058.746	23.861	7.237.076
1000 a 10.000	3.867	11.703.546	7.243	20.328.694
+ 10.000	643	17.892.557	767	20.639.019

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico de MT. 2003.

Destes números, podemos perguntar: quantas mulheres são proprietárias dos estabelecimentos rurais no MT? Não há dados precisos sobre esta questão, pois, na maioria das vezes, a sociedade autorizou a posse para o homem. Apenas recentemente é que as lutas dos trabalhadores/as colocaram em pauta esta questão. Mas a questão da propriedade para a mulher precede uma reflexão maior que o gráfico acima nos mostra.

Se tomarmos como ponto de partida aquelas propriedades com menos de 10 há, veremos que, em dezesseis anos, 41% das propriedades pequenas desapareceram, no entanto, quase duplicaram as de 100 a 1000 ha. Um exemplo concreto disso pode ser observado *in loco* no município de Juína, na Linha Vicinal 02, uma estrada menor que liga duas importantes artérias do interior à cidade. Em 1980, este travessão que liga a L 04 à L 05, tinha uma extensão de cinco quilômetros (05 KM), compreendendo vinte e cinco (25) chácaras de 12ha cada uma. Eram vinte e cinco famílias com sua propriedade, seu espaço de trabalho, de produção de riqueza. Hoje, vinte cinco anos depois, são apenas 11 propriedades onde moram 10 famílias. O que aconteceu de errado? Onde estão as 14 famílias? Que fim levaram as 14 propriedades? É bem verdade que nem todas estas famílias eram proprietárias, isso é só uma faceta da questão. O trabalho, aquele que gera riqueza, realizado de sol a sol, por homens e mulheres, por si só, não foi elemento suficiente para garantir a propriedade porque o capital, no propósito de sua reprodução e acumulação, priva o homem de tal posse. Este ser de relações que encontra, na natureza, seu meio e objeto da atividade humana, é privado também, da formação necessária para compreender o valor que ele, o trabalho, adquire por meio do uso da técnica, fruto da cultura humana. Em outras palavras, lhe é negada a educação.

Alguns venderam e foram para a cidade, forçados pela inexistência de políticas governamentais para a agricultura; outros

migraram para Aripuanã, para Colniza, para o Acre. A maioria das chácaras foi comprada por advogados e médicos. Quem está com a vantagem? Quem lucrou com a colonização por certo não foram as famílias²³ Medrado, Caliare ou Bastos. Mas foram estas que “amansaram” a floresta para que, mais tarde, o capital pudesse decidir o que e como fazer a re-apropriação para que o círculo do lucro não se rompesse.

Se, de um lado, não foram muitos os atrativos para os pequenos agricultores nas ultimas décadas, por outro lado, como já mencionado, e, sobretudo para as mulheres, a ‘vantagem’, em relação aos demais trabalhadores, o camponês, mesmo não recolhendo contribuição ao INSS, poderá se aposentar, após 60 anos, se mulher e 65, se homem, mediante comprovação com notas de compra e venda de produtos relacionados à sua atividade agrícola. O valor do benefício, a partir de 1993, é de um salário mínimo e as mulheres começaram a gozar de tal direito.

Outra questão que não aparece nos dados é que, nos projetos de colonização, dificilmente aparece a categoria de 1.000 a 10.000 ha. A regra geral é de lotes de 10 a 500 ha. As propriedades acima dessa medida escamoteiam a distribuição da terra.

No MT, a luta pelo estabelecimento da posse pela terra tem início no séc. XVIII, quando Pascoal Moreira Cabral descobre ouro nas proximidades de Forquilha, nome primeiro do local que, mais tarde, daria origem à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (Siqueira. 2002).

Em 1748, é criada a capitania de MT cuja capital foi Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do Rio Guaporé. Nos primeiros tempos, as vilas que seguidamente aparecem nos relatos

²³ Famílias que residiam na linha LV 02 no início da década de 1980 e que, como muitas outras, já fizeram rastro migrando novamente na busca concretizar seu sonho, ter a terra; por certo estão em mais uma frente de fronteira, se é que ela ainda existe.

dos historiadores (Correa Filho. 1920; Povoas. 1977; Mendonça. 1982)²⁴ são : Corumbá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Cáceres e mais tarde, N. S. do Livramento, Poconé, Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger e Barra do Bugres, na margem direita do rio Paraguai.

Embora sejam as cidades mais antigas do estado, poderíamos indagar porque elas não se desenvolveram como Cáceres e Cuiabá. Faltou investimento público ou as condições regionais não foram suficientes para impulsionar o 'progresso' destas localidades? Uma hipótese seria a de que as metrópoles sempre usurparam as vilas e cidades, sob sua influência e, com isso, o desenvolvimento não acontecia. Outra, mais provável, é aquela em que as populações locais estão mais preocupadas em manter o *status*, mediante a posse da terra, presas a alguma forma ou estrutura de produção, conforme tese do prof. João Fragoso da UFRJ (2001). Daí, deriva uma forma de poder que os detentores não querem perder jamais.

No MT, isso se aglutina nos grupos Campos, Riva, Dante de Oliveira e, recentemente, no maior produtor individual de soja e atual governador, Blairo Maggi. As regiões mais próximas de Cuiabá, tradicionalmente mais influenciadas pelas famílias de "renome" e pelo desenvolvimento quase inexistente, são as que apresentam os piores índices de desempenho de qualidade de vida, econômico e social, conforme pode ser observado no quadro a seguir, comparando a data de fundação da cidade, o IDH-E a renda per capita e a posição de cada uma no ranking estadual.

²⁴ Estes autores são alguns entre os muitos apontadas por Siqueira 2002, conforme referência bibliográfica.

**MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES MAIS ANTIGOS
COM IDH E RENDA. QUADRO COMPARATIVO
EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO DE JUÍNA**

Cidade	Ano de fundação	IDH-E	Renda per capita (R\$)	Ranking MT (R\$)
Cuiabá (indústria e serviços)	1719	0,790	442,09	3
Vila Bela da S. Trindade*	1746	0,774	195,79	91
Diamantino (pecuária)	1820	0,876	291,12	19
Poconé (agricultura de subsistência)	1831	0,800	132,38	121
Cáceres (pecuária e turismo)	1859	0,851	218,71	58
N. S. do Livramento (agricultura de subsistência)	1883	0,656	120,51	125
Santo Antonio do Leverger (agricultura de subsistência)	1899	0,777	164,46	88
Barra do Bugres (pólo álcool-açucareiro)	1943	0,814	184,56	89
Juína (pecuária e madeira)	1982	0,799	284,60	47

Fonte: quadro construído com base nos dados do Anuário Estatístico do MT – 2003.

Em 1742, Leonardo de Oliveira, em viagem pelos rios Juruena e Juína, 'descobre' os *bipyri/kairi*²⁵. Então, temos o primeiro relato de pessoas não índias habitando a região. Mais tarde, de acordo com Ferreira e Silva (1994), os garimpeiros são atraídos para a região do rio Roosevelt, fazendo surgir o comércio e os barracões coletores de borracha. Começa, aí, a conquista e o cultivo das primeiras lavouras de subsistência.

²⁵ Designação dado pelos índios Rikbaktsa - índios do grupo lingüístico Macro-Jê - aos habitantes não índios da região.

A vida em terras mato-grossenses, no tocante à colonização, segue seu curso 'normal', até início do séc. XX.

Com a Comissão Rondon²⁶, acontecem os primeiros contatos com os Cinta-Larga, povo indígena do grupo Tupi-mondé. Com a inauguração da linha telegráfica, inúmeras vilas, núcleos, seringais vão ganhando visibilidade no cerrado ou na selva do MT e RO.

Oficialmente, a ocupação do noroeste de MT tem início em 1932, quando foi criado o distrito de paz de Aripuanã, vila às margens do rio de mesmo nome. Nessa época, os habitantes, em sua maioria, eram seringueiros. Em 1943, a vila de Aripuanã é elevada à categoria de município, mas seus prefeitos, nomeados, pelo governador, residiam em Cuiabá.

O interesse pela Amazônia começa a crescer em meados do século XX, e o governo inicia um processo de ocupação direcionado. Em 1953, o presidente Getulio Vargas cria a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia - **SPVEA** que, futuramente, em 1960, se transformaria na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - **SUDAM**, uma das entidades governamentais cujos objetivos era financiar, planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional, sob a chancela do Estado brasileiro. A visão de que a região só se desenvolveria se houvesse investimentos que transformassem a região num pólo exportador de produtos primários. Era mais uma forma de sedimentar a conquista da

²⁶ Dirigida pelo Marechal Cândido Rondon - (1865-1958) natural de Mimoso MT - a comissão tinha por objetivos: implantar linhas telegráficas em Rondônia e Mato Grosso, num total de 31 estações; pacificação dos índios e coleta de dados sobre a fauna e flora da região. Foi Rondon que sugeriu ao governo federal a criação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI que seria estendido também aos sertanejos e caipiras. Ficou no comando da comissão de 1900 a 1915. Depois de extinto o SPI, o governo cria, em 1967, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI - através da Lei Nº. 5.371/67.

fronteira. Minérios e energia constituem uma boa cesta de produtos para legitimar os investimentos públicos e os incentivos a empresas privadas (Fregapani. 2000).

Em 2001, sob denúncias de corrupção envolvendo senadores como Jader Barbalho, o ex-superintendente da Sudam, Jose A. Guedes Tourinho e o fazendeiro Jose O. Borges, o governo extingue a Sudam (folha. 16/02/2002). Para suprir a lacuna da agência, o governo federal cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, em maio de 2002.

De modo especial, nos anos 1960 e 1970, começa a se esboçar uma estrutura para a ocupação deste 'vazio demográfico', regiões com alguns milhares de hectares de terras que são classificadas como "terras devolutas" – aquelas que não pertencem a proprietários privados nem ao governo, embora houvesse certo reconhecimento de que o governo poderia dispor delas com certa facilidade, já que estas terras estariam sob a tutela do estado. Nesta concepção de ocupação do espaço, as iniciativas de colonização e o povoamento da fronteira não levam em consideração a existência de povos indígenas, seringueiros, posseiros, coletores de castanha, pescadores entre outros.

Para incentivar o desbravamento dessa região o governo federal cria diversos programas, a partir de 1970, com objetivo de ocupar um espaço do país que os técnicos vislumbravam como quase vazio e que poderia render dividendos e proporcionar um novo impulso econômico. Para isso, quem se propusesse a desbravar a região, recebia um pacote de incentivos fiscais e financiamento das agências do governo.

UM PROJETO NACIONAL VIA INTEGRAÇÃO: contrastes e desafios

Nos anos 1960, o governo de MT, acompanhando a política nacional, elabora um projeto que tinha por objetivo, incorporar as

terras devolutas do noroeste de MT a uma política de ocupação ordenada. Essa *'incorporação'* ofertava ao estado o poder de dispor sobre as terras de seu domínio. Essa declaração de propriedade do estado visava a dificultar a posse por parte dos posseiros, empresários, garimpeiros entre outros e, ao mesmo tempo, garantia o tal controle mais direto sobre a Amazônia, por parte do estado. Neste período, cria-se uma expedição que, durante três meses, percorreu a região. No seu relatório, delimita uma área de dois milhões de hectares para a implantação definitiva do município de Aripuanã, contendo cerca de 1/5 da área do estado de MT (Relatório, 1963.).

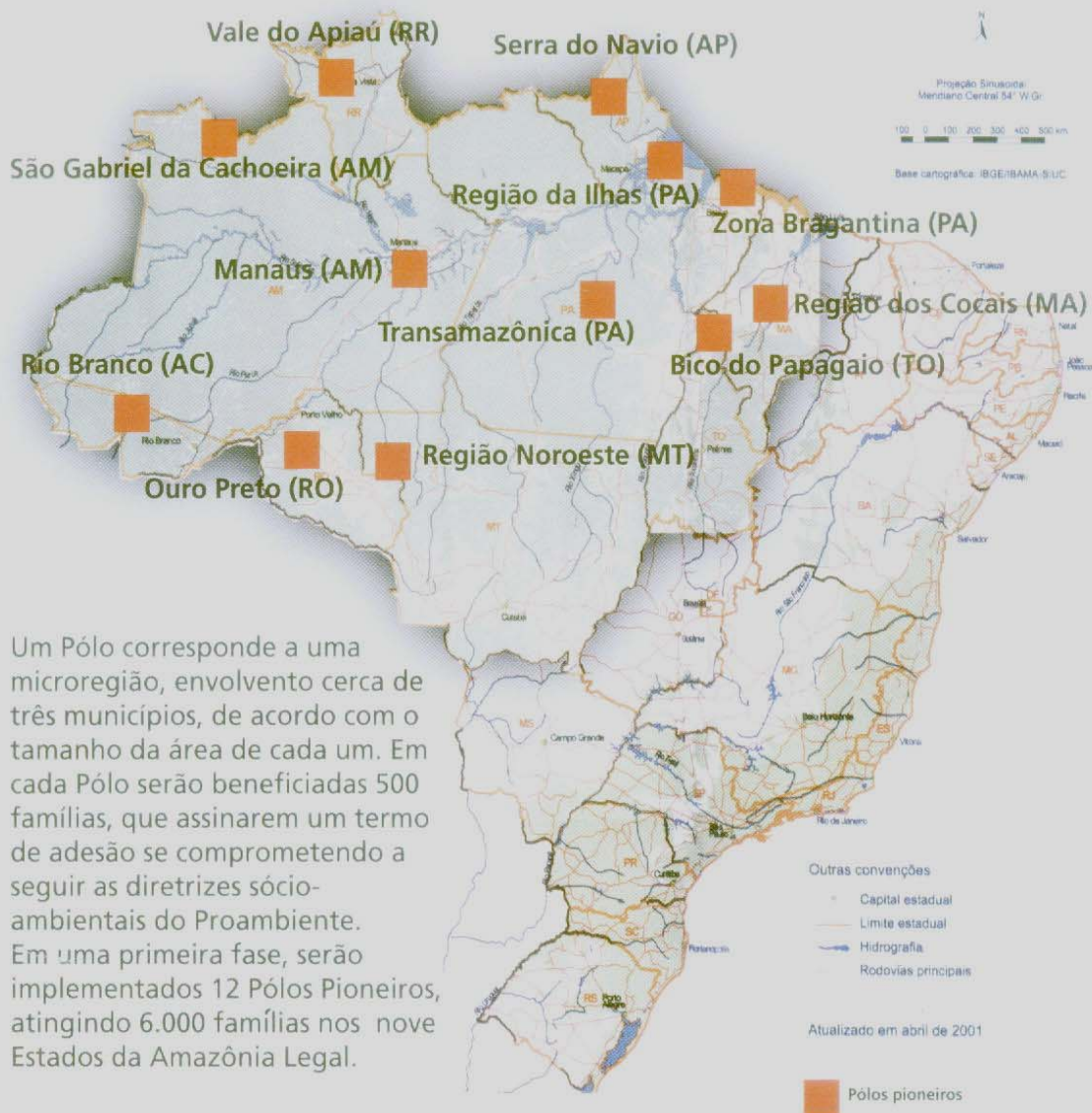
A partir destas ações, seria possível pensar a ocupação deste 'vazio' e direcioná-lo, tendo como princípios, o *"desenvolvimento e o progresso"*. Assim, nos anos 1970, os projetos de ocupação da Amazônia começavam a ganhar corpo, e as justificativas tinham quatro grandes pilares de sustentação, de acordo com o anexo 12 do Diagnóstico Rápido Participativo/Plano de Desenvolvimento Local e Sustentável, do pólo pioneiro do oeste de MT.

- 1- Nacional – visava integrar a Amazônia ao contexto nacional. Era um espaço do Brasil que os brasileiros não tinham acesso, era rico, inexplorado, desabitado e uma área potencial para "fazer o bolo crescer";
- 2- Internacional – corria entre os políticos brasileiros a idéia de que, por ser uma região desabitada, inexplorada e rica, ela poderia atrair interesses de estrangeiros, firma-se, a partir daí, a concepção de área de fronteira que devia ser ocupada, seja pela presença das forças armadas, seja através de projetos de colonização;

- 3- Econômico – essa grande quantidade de terras poderia, segundo os políticos da época, impulsionar o desenvolvimento da região; seus recursos minerais, hídricos, vegetais e animais seriam a alavanca para a implantação de grandes projetos agroflorestais e minerais;
- 4- Social – o problema da seca no Nordeste e a conseqüente migração de nordestinos para a região Sul e a 'escassez' de terras no sul, além do surgimento de conflitos entre posseiros e proprietários de fazendas, a crise da borracha brasileira suplantada pela produção na Malásia e a política do governo ditatorial, foram alguns dos motivos apontados para a implementação desta idéia de ocupação (p. 18).

Com base nas premissas acima expostas, o governo decide criar doze pólos pioneiros, conforme o mapa, tendo, como base política e fundamentação os pilares apresentados. Teoricamente, estes pólos têm mais chance de atingir os objetivos propostos uma vez que a sua criação teria a finalidade de atender aos trabalhadores que residem na região e que detêm mais informações sobre a floresta. Por outro lado, tem crescido a pressão internacional acerca de como vem sendo ocupado a floresta, tema recorrente nas agendas dos governos e das entidades cujas ações se destinam a estudar, preservar e ou ocupar o meio, de forma menos predatória (Diagnóstico Participativo 12; Plano de Desenvolvimento Local. 2002).

Distribuição Geográfica dos Pólos Pioneiros na Amazônia



O que temos



O que queremos



Fonte: Pólos pioneiros na Amazônia. MMA. 2001.

Estes quatro pilares são importantes, se pensados interdisciplinarmente, e poderiam fornecer dados interessantes para melhor compreendermos esta região, do ponto de vista de sua ocupação e das atividades que as comunidades desenvolvem. Desse modo, a fronteira seria *“um espaço social e político, não apenas como sinônimo de terras devolutas, mas potencial gerador de novas realidades, o espaço do tempo lento que nos faz reconhecer vivências, sociabilidades, identidades e resistências”* (Trindade Jr. s/d).

Dentro do pólo da Região Noroeste do MT, estão os municípios de Aripuanã, Castanheira, Colniza*, Cotriguaçu, Juína, Juruena, Rondolândia*²⁷. O pólo Noroeste vem, timidamente, aparecendo nas políticas do governo estadual e federal, a partir do zoneamento agroambiental do Prodeagro (1993). Os resultados preliminares dos dois projetos podem ser descritos como o fortalecimento das agencias estaduais que atuam na questão ambiental, monitoramento e controle da gestão, crescimento das populações indígenas em RO e demarcação de áreas, pouco interesse político na questão da legislação, maior participação da sociedade civil em RO, menor no MT, cadastro de 33 milhões de hectares em MT, entre outros (Diewald & Chaves. 2003).

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZONIA.

Na década de 1970, o governo federal cria os programas específicos para as regiões Norte e Nordeste com objetivos eram viabilizar a ocupação da Amazônia, além deslocar o capital privado para áreas mais inóspitas, mediante renúncia fiscal. Todos os programas, com exceção dos dois desdobramentos do Polonoroeste

* ²⁷ Municípios criados em 2003, desmembrados do município de Aripuanã.

(Prodeagro e Planafloro²⁸), foram pensados e implementados no período do regime militar (1964-1985) e visavam a sustentação à política da época, por meio da construção de grandes obras ou projetos de grande envergadura, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, como forma de “conquistar” adeptos para colonizar a “terra sem homens”.

A expansão da fronteira se constituía para o Estado num meio de garantir a posse do território e de controlar sua população. Assim, ao longo de toda a história do Brasil, o processo de colonização se deu por etapas que “obedeciam” um movimento de leste para oeste, impulsionado pela produção de matérias-primas voltadas para o mercado externo. Esse processo engloba fatores políticos, econômicos, ecológicos e sociais (Teixeira. 2003). Além disso:

... até 1930 a “Amazônia Matogrossense” estava na condição de “território de conquista”, ocupada por índios e sustentada por uma economia extrativista. Entre 1930 e 1960, chegam os posseiros, vindos da região Nordeste, sobretudo, que atravessavam o Rio Araguaia em busca de pastagens para o gado e de terras para roças (culturas) de subsistência. (...) Esta terra, como muita terra do interior do Brasil e da América Latina, era considerada terra de ninguém – espaços vazios, a serem ocupados, produzidos, valorizados. Na verdade, ela estava ocupada por índios e posseiros. (Passos apud Teixeira, 2003).

Desta forma, uma política mais organizada começa a se esboçar por meio de grandes programas/projetos. Entre os

²⁸ Somente implementados a partir de 1993, depois de transcorrida a década de 1980, que marca o fim da ocupação estimulada nos estados cf. Diewald &Chaves (2003). O Prodeagro no MT e o Planafloro em RO.

programas formulados e executados com intenção de colonizar a área compreendida como Amazônia pode destacar os seguintes:

**PROGRAMAS DE INCENTIVOS AO
DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA**

Programa	Ano de criação	Objetivos	Valor
Programa de Integração Nacional – PIN	Dec. Lei 1.160/1970	Construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá/Santarém; 1ª fase de irrigação do Nordeste.	Cr\$ 2 bilhões
Prodoeste	1971	Incentivar o desenvolvimento do Distrito Federal, sul de Goiás e Mato Grosso.	Valor ã encontrado
Proterra	Dec. Lei 1.179/1971	Promover o mais fácil acesso do homem à terra; criar melhores condições de vida nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.	Cr\$ 4 bilhões
Polamazonia	1974	Não encontrado	US\$ 3,14 b
Probor	1982	Incentivar o cultivo de borracha natural	Valor ã encontrado
Polonoroeste PLANAFLORO (RO) PRODEAGRO (MT)	1974 1992 1993	Proceder o zoneamento detalhado dos estados de MT e RO.	US\$ 149 milhões US\$ 178 milhões

Fonte: informações organizadas pelo autor mediante consulta nos sites www.mt.gov.br e www.ro.gov.br . Pagina do INCRA www.incra.gov.br acesso em 15/01/2006 e 20/01/2006 respectivamente.

Como sub-produto do **PLANAFLORO** e **PRODEAGRO**, surgiram os Projetos: Reflorestamento em Consorciamento Adensado (**RECA**) em RO que, mais tarde, serviu de modelo para o Projeto Agroflorestal em Consorciamento Adensado (**PACA**), em Juína. Vale salientar que os projetos **RECA**, em Rondônia, e **PACA**, no Mato Grosso, são iniciativas dos agricultores com financiamento governamental e internacional.

Tanto o **PLANAFLORO** quanto o **PRODEAGRO** realizaram um levantamento geral da fauna e flora nos dois estados. Apesar dos projetos, os indicadores de impacto mostram que houve apenas redução do desmatamento em certos períodos (Diewald & Chaves. 2003).

No contexto federal, o governo cria, em 1971, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e, no âmbito estadual, se cria o Instituto de Terras de Mato Grosso – **INTERMAT** (Cajango, 1992. Apud Passos, 2001). É o **INTERMAT** em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do mato Grosso - **CODEMAT** - que concebe e executa o projeto JUINA.

Nesta década, se concentra maior interação das políticas fundiárias dos governos federal e estadual. Grande parte das ‘terras devolutas’ são colocadas sob a tutela do estado, ou dadas pelo poder público a empresas, com objetivo de promoverem projetos de colonização. Entre os grandes projetos de colonização do estado podemos enumerar: o projeto Juína que deu origem à cidade de mesmo nome; o projeto que implantou a colonização na região de Alta Floresta, capitaneado por Ariosto da Riva; o projeto de colonização de Juruena e o projeto de colonização de Canarana (Cardoso. 1989).

Se de um lado, estes projetos, conseguiram aplicar as idéias da integração e colonização da Amazônia, por outro, apenas levaram as famílias aos mais distantes rincões e lá as deixaram à sua

própria sorte. Um exemplo disso é a transamazônica, a Br 163 do MT ao PA, entre outras.

Ultimamente, as investidas do grande capital têm se concentrado na ocupação dos espaços de fronteira, por meio das plantações de soja, algodão, cana-de-açúcar e o reforço na pecuária. Essa nova investida do capital em terras amazônicas resultou em altas taxas de desmatamento, sobretudo depois de 1997 (conforme relatório do MMA e Nepstad & Almeida 2004).

Embora os empresários rurais tenham reclamado das taxas de juros, da cotação do dólar no país e da falta de financiamentos, por outro lado, as mazelas desse modelo têm suas raízes nos projetos financiados pelo Estado brasileiro, nos confins da Amazônia, e que não resultaram em nenhum benefício, nem ao estado nem à população, a exemplo do projeto calha norte²⁹ e do projeto Jarí³⁰, um feudo com 32 mil Km² (Sautchuk. 1979).

²⁹ Criado em 1985 e alicerçado no binômio "Segurança e Desenvolvimento", o projeto Calha Norte foi resgatado pelo governo Sarney. Teve como objetivos ocupar uma faixa de fronteira de 160 km de largura, indo da Colômbia ao Suriname e Guianas. Abrangia 6,5mil km de extensão com uma área de 1,2 milhões de km², cerca de 15% da área do país onde vivem 1,6 milhões de pessoas. Segundo Rodrigues e Schilling (1989), um dos motivos alegados, na época, para retomada do projeto era impedir a criação do "Estado Independente dos Ianomâmis", além da abertura da Perimetral Norte e a construção de seis hidrelétricas na bacia do rio Xingu.

O projeto é formado por quatorze bases avançadas do exercito com pelotões em Tabatinga - AM (02); Boa vista - RR (05); São Gabriel da Cachoeira - AM (05); Macapá - AP (01) e Pará (01).

³⁰ Com a frase "*Venha mesmo Mr, Ludwig, agora o Brasil é um país seguro*", o presidente Castelo Branco deu inicio ao Projeto Jarí Florestal Agropecuária Ltda, um mega empreendimento cuja estrutura montada pelo norte americano fazia inveja à maioria das cidades brasileiras. No auge do projeto (1979), esse "investimento" americano na Amazônia tinha 15.400 trabalhadores e uma cidade - Monte Dourado - com 35 mil habitantes contando os beiradões. Uma frota de doze aviões, cerca de mil automóveis e 500 máquinas pesadas e tratores compunham o cenário com escolas, inclusive uma, no estilo americano, hospital, supermercado, restaurante e hotel. Contraditoriamente a colonização nesta região foi iniciada pelo "coronel" da Guarda Nacional, Jose Julio de Andrade, que deixou o sertão nordestino para buscar riqueza com o comércio na região amazônica, por meio de barracões, vendida a um grupo de portugueses, em 1948, sendo

Nesta luta incansável pela terra, podemos tomar emprestada a reflexão de Bosi (1992) sobre a ética da aventura. De certa forma, ela legitima a migração do/a brasileiro/a na busca da melhoria de vida, mas também pela maior e mais voraz exploração dos recursos que o meio oferece aos humanos. Com certeza, essa ética move homens e mulheres analfabetos, pobres e excluídos do sul, sudeste e nordeste na direção das frentes de colonização na fronteira³¹. Ao mesmo tempo, move o capital quando vislumbra nestas frentes novas possibilidades de acumulação.

Desta forma, se legitima o que Caio P. Jr. (2000) coloca como elementos fundantes da estrutura fundiária do Brasil: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Na Amazônia, isso se configura na produção e coleta de borracha e outras matérias fornecidas pela floresta. Mais tarde, foi a vez das fazendas de gado, as plantações de cana-de-açúcar e, ultimamente, a soja.

A melhoria de vida, numa escala bem menor do que a acumulação de capital, vai dando contorno a uma luta contra a expropriação e aí reside a possibilidade de unidade entre os trabalhadores/as do campo e da cidade, como afirma Grzybowski (1990).

registrada na junta comercial do Pará como Empresa de Comercio e Navegação Jarí Ltda. Mais tarde, em 1967 já em poder da Holding de Ludwig, tinha o nome de Jarí Florestal e Agropecuária Ltda. (Sautchuk. 1979).

³¹ Martins entende que a fronteira deve ser pensada dentro do binômio frente de expansão – cuja concepção percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital e tomando como referencia a presença do indígena e significando a situação do contato - e frente pioneira – que se define pela presença do capital de produção - já que as questões econômicas não são os únicos determinantes de tal processo. Martins, José de S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec. 1997.

CAPITULO II

A COLONIZAÇÃO E OS REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

“A propriedade privada nos tornou tão ignorantes e especializados que um objeto só é nosso quando o possuímos, ou seja, quando ele existe como capital ou quando é diretamente possuído, comido, vestido, habitado, etc; em suma, quando é utilizado... por isso, todos os sentidos físicos e espirituais foram substituídos pelo sentido do ter, pura alienação de todos os sentidos. O ser humano precisou ser reduzido a essa pobreza absoluta para dar à luz sua riqueza interior.”

Marx (1990)
Pensamento vivo de Marx

JUÍNA – RAINHA DA FLORESTA



Fonte: arquivo da AJOPAM. 1997.

De 1979 a 1982, Juína permanece como distrito de Aripuanã. Somente em 09 de maio de 1982, por meio da Lei Estadual Nº 4.456 (anexo 04), o distrito é elevado à categoria de cidade, motivado pelo crescente número de famílias que chegavam à região em busca de terras, que eram compradas da Codemat, assim, é criado o município com uma área de 26.351km². Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (**IPEA**: 2000) e dos índices da Organização das Nações Unidas – **ONU**, o quadro a seguir nos revela as condições de vida na região. Como toda cidade brasileira do interior da Amazônia, os maiores problemas são aqueles relacionados à agricultura e a saúde. Na questão da educação, o desafio não é mais a quantidade das vagas e, sim, a qualidade da educação que se oferece aos cidadãos.

Ao observar o quadro a seguir podemos ver os elementos que interferem diretamente na qualidade das pessoas, no caso específico, de Juína. Percebemos ainda um índice elevado de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais de idade e embora a região do município se caracterize pela exploração de madeira e pecuária, a renda per capita do trabalhador não reflete a riqueza da região.

QUADRO COMPARATIVO DOS INDICADORES DO LÓCUS DA PESQUISA EM RELAÇÃO AO ESTADO, REGIÃO NORTE E BRASIL

Dado	Juína	MT	R. Norte	Brasil³²
IDH	0,749	0,767	Entre 0,650 e 0,777	0,768
Taxa Alfabetização Adulto (15 anos ou +)	86,1	88,2	88,4	86,3 ³³
Taxa de analfabetismo (15 anos ou +)	24,77	12,4	8,9	11,4
Longevidade	73	74	70	68,1 ³⁴
Renda per capita	R\$ 284,60	R\$ 5.342,00	R\$ 3.480,00	R\$ 8.694,00 ³⁵
IDH educ.	0,799	0,741	0,722	0,885

Fonte: quadro elaborado com base no IBGE - PNAD - 2000/2004; anuário estatístico de MT - 2003 e Relatório de Desenvolvimento Humano - 2004.

Na questão da agricultura, os problemas se apresentam pela falta de política agrícola e agrária, definidas para a pequena propriedade, para a agricultura familiar. Ao contrário das políticas

³² Dados considerando o ajuste ao gênero. 2002.

³³ Média entre (Fem) 86,5 e (Masc) 86,2.

³⁴ Média entre (Fem) 72,5 e (Masc) 63,9.

³⁵ Dados do IBGE 2003.

para os agropecuaristas que a cada ano cobram e recebem a rolagem das dívidas, novas linhas de crédito. Além disso, ultimamente a desoneração da cesta básica – diminuição da alíquota de impostos sobre insumos da produção, fato que segundo o governo diminuiria o preço de determinados produtos industrializados. Por outro lado, a falta de rodovias pavimentadas no interior e a resistência dos agricultores às “novas metodologias” de plantio, adubação orgânica – que, por conseqüência, exige mais trabalho e um maior tempo de adaptação da cultura ao processo, são algumas das dificuldades apontadas pelos trabalhadores, embora reconheçam que os produtos orgânicos têm bom mercado e revertem em maior renda. Resta ainda, em muitos casos, vencer o medo do diferente e incorporar outro olhar sobre a floresta, já que muitos são migrantes dos mais diversos pontos do país.

Aqui, vale a pena ver o que Furtado³⁶ nos diz sobre a imigração de nordestinos para a Amazônia, mas que serve a todo imigrante brasileiro para esta região:

"os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelo interesse da borracha, ou pelo exemplo de poucas das pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima

³⁶ FURTADO, Celso. 1964. p. 161.

taxa de reprodução. Excluídas as conseqüências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia constitui basicamente num enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra (1964. p. 161)".

Creemos, firmemente, que tal observação não se restringe exclusivamente aos nordestinos levados à Amazônia. Os projetos de colonização de Juína, de Alta Floresta, Juruena, Colniza, Canarana entre outras no MT; assim como de Colorado D' oeste, Cabixi, Ouro Preto do Oeste em RO, onde a propaganda de atração dos colonos, agricultores ou mesmo moradores das pequenas cidades do sul e sudeste, obedeceu ao mesmo viés, embora num tempo cronológico anterior ou posterior, a depender do caso. A partir de 1976 foram descobertas jazidas de diamantes na região de Juína, através da SOPEMI - Sociedade de Pesquisas Minerais e Projeto RADAMBRASIL, que fomentou a migração de garimpeiros de outras regiões do Estado e do país.

Contraditoriamente, encontramos diferentes temporalidades numa mesma atividade, como, por exemplo, a agricultura: trabalho escravo, posseiros, agricultura familiar e as grandes fazendas, seja de gado ou de soja, cana-de-açúcar, configuradas num espaço arcaico e moderno simultaneamente que aos poucos, vai sofrendo novas investidas, de particulares do governo, já que uma região não pode ser pensada apenas como um espaço geográfico (Silva. 2004; Campos. 2001).

Assim, a CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso - foi quem iniciou o processo de ocupação da região de Juína, através do Projeto Juína, em 1977, sob a gerência do engenheiro Hilton de Campos - segundo prefeito do município. A

colonização começou a partir de 1978, quando inúmeras famílias, especialmente do centro-sul do país, migraram para essa região. A exploração de diamantes, em algumas porções dessa região, foi descontrolada e tem causado problemas ambientais, ainda não muito bem avaliados (Relatório do Fórum de Desenvolvimento da Região 12. 2002.). A mineração foi a segunda atividade da região, já que para a CODEMAT, a potencialidade natural seria a agricultura. O fato é que, de 1977, quando o projeto Juína é pensado, construído e colocado em execução, até o surgimento do garimpo, duas décadas se passaram, tempo que pode parecer curto para o sentido histórico, mas muito longo, quando se trata da concretização de sonhos: ter sua terra, melhorar de vida e construir um *"pé de meia"*, como dizem os agricultores, para garantirem aos seus descendentes uma situação melhor do que aquela que seus pais e avós tiveram. E para concretizar tal sonho, a educação é, segundo eles, uma ferramenta indispensável, *"com a educação a sua cultura se alarga, você vê o mundo com outros olhos, compreende as coisas que não são ditas"* (Antonio Sanches ex aluno da EAT).

Embora com o título de rainha, seus diamantes foram para a Arábia Saudita, por meio da bolsa de diamantes dos irmãos Bem-Davi, israelitas que construíram a bolsa de diamantes compraram algumas milhares de gemas. E, se for pra desnudar as mazelas da falta de controle do Departamento Nacional de Produção Mineral, o imposto arrecadado com a produção diamantífera do município foi irrisório, é vergonhoso verificar que menos de 1% das pedras garimpadas foi objeto do tributo no maior garimpo de produção industrial do país nos anos de 1990.

Depois do fechamento dos garimpos, os homens voltaram para suas posses e se depararam com uma família sem perspectiva. As prostitutas do garimpo, mais senhoras de sua própria vida, foram em busca de um outro eldorado, mas, como o tempo de trabalho na venda dos prazeres da carne passa sorrateiramente, logo elas

descobrem que, nesta profissão, mais do que em qualquer outra, a experiência é um fator negativo, os indivíduos do sexo masculino preferem as jovens, se for virgem, a mercadoria é mais valorizada. Até nas questões do prazer, o valor da 'mercadoria' varia conforme a raridade. Os trabalhadores, na fronteira, sobretudo, os garimpeiros, pagam pelas mercadorias, sem levar em conta as questões de mercado, já que, no 'catriado', o preço dos objetos é calculado pela quantidade de pepitas que o garimpeiro tem.

QUESTÕES SANITÁRIAS E DE SAÚDE

Mas a terra não é o único problema desses homens e mulheres que se aventuram nestas paragens. A saúde pública brasileira tem sido manchete dos jornais e TVs, a todo instante. Os casos mais complicados da medicina, surgidos em Juína e região, devem ser encaminhados a Cuiabá. Na sua maioria, os doentes vão de ambulância, por um percurso de 750 km, 350 dos quais ainda sem pavimentação asfáltica. Nas últimas duas gestões, as prefeituras da região têm constituído consórcios de saúde com o intuito de amenizar a situação, porém, os atrativos salariais não são suficientes para fixar médicos das diferentes especialidades em municípios cujas dificuldades de acesso vão desde falta de vôos em linhas aéreas regulares – e quando existe o preço é exorbitante – até problemas de intrafegabilidade no período das chuvas (dezembro a março) uma vez que as estradas ainda não são asfaltadas, como é o caso, por exemplo, de Juína, Aripuanã, Colniza, Juruena, apenas para citar esta micro região do estado (Cardoso. 1989).

Alguns dados do município de Juína nos mostram a situação de saúde do povo, numa época em que a alta tecnologia deveria resolver casos básicos, seja de saúde pública, seja de controle e profilaxia. Desse modo, exceto a dengue, doenças como malária, leishmaniose e tuberculose ainda se proliferam em regiões de

fronteira nos espaços de colonização ou mesmo em cidades onde a atividade garimpeira sobrevive.

DOENÇAS MAIS COMUNS NO MUNICÍPIO.

Doença	N. de casos 2001	N. de casos 2004
Malária	5903	556
Dengue	04	70
Hanseníase	28	70
Leishimaniose	133	175
Hepatite	24	26
Tuberculose	10	18
Aids	Sem registro	15

Fonte: Anuário Estatístico de MT. 2001/04. SVS/MS. 2003.

Pelo quadro, a maioria das doenças é as que popularmente acometem as camadas mais pobres, aquelas que só proliferam devido à falta de saneamento, alimentação precária e desconhecimento de cuidados básicos com o corpo e com o meio.

Se considerarmos toda a micro região do Aripuanã, também conhecida como Noroeste, temos uma população de, aproximadamente, 100 mil habitantes e somente 201 leitos hospitalares, sendo 88 do SUS e 113 do sistema particular.

QUESTÕES EDUCACIONAIS

Quando o assunto é educação podemos fazer duas leituras com diferentes interpretações. A primeira que tem sido desafio de todo o sistema é universalizar o acesso. Isso de certa forma tem sido garantido em Juína assim como na maioria do país. Porém, estamos às voltas com a qualidade da educação oferecida. Nesta região tanto

a Universidade Federal do Mato Grosso – **UFMT** - quanto a estadual – **UNEMAT**- não têm um 'campus' estruturado, apenas a universidade federal oferece cursos. Inicialmente, em regime de férias, como foi o caso do curso de pedagogia – de 1990 a 1994. Depois os cursos de História e Administração de Empresas. No momento, o curso de direito vem sendo oferecido na modalidade regular, porém, todos os cursos citados ofertaram somente uma turma. Outras possibilidades de curso de graduação são as que aparecem no quadro a seguir.

**DADOS RELATIVOS A FORMAÇÃO OFERECIDA PELAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO
NÍVEL GRADUAÇÃO**

CURSO	Início - fim	N. ALUNOS		INSTITUIÇÃO	TIPO
		Mat.	Concl.		
PEDAGOGIA – curso de férias	1990 - 1994	50	42	UFMT	Pub.
ADMINISTRAÇÃO modular (02 turmas)	1995 - 1999	80	67	UFMT	Pub.
HISTORIA – modular	1997 - 2002	40	36	UFMT	Pub.
PEDAGOGIA/nead ³⁷ (educ. básica)	2000 - 2004		≈ 500	UFMT	Pub.
Pedagogia/nead (séries iniciais)	2003 -	330		UFMT	Pub.
Pedagogia/nead (educ. infantil)	2005 -	117		UFMT	Pub.
DIREITO – modular	2005 -	40		UFMT	Pub.
C. CONTÁBEIS	2005 -	40		UNEMAT	Pub.
LETRAS	2005/2 -	130		IEPS	Part.
C. CONTÁBEIS	2005/2 -	100		IEPS	Part.

³⁷ Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Mato Grosso que tem implementado um programa de formação à distância, inicialmente como experimental, na cidade de Colíder e municípios vizinhos. Atualmente, o NEAD tem 07 pólos onde desenvolve o curso de Pedagogia. Cada pólo tem um número diferenciado de municípios participantes. No caso de Juína, a primeira turma era composta por candidatos dos oito municípios da região. A turma mais recente – educação infantil – tem alunos de 05 municípios.

N. SUPERIOR	2005/1 -	50	IEPS/UNOPAR 38	Part.
ADMINISTRAÇÃO	2005/1 -	100	IEPS/UNOPAR	Part.
MARKETING	2005/1 -	27	IEPS/UNOPAR	Part.
SERVIÇO SOCIAL	2005 -	40	EDUCON/ UNITINS ³⁹	P/P

Fonte: quadro elaborado com base nos dados cedidos pela Secretaria Municipal de Educação; direção do IEPS e site da UNITINS.

Outras iniciativas no têm sido efetivadas, no âmbito da educação superior por instituições privadas no intuito de qualificar profissionais. Todavia, como são comuns em todo o país, tais instituições iniciam suas atividades com cursos que não necessitam de grandes investimentos com laboratórios e podem ser autorizados pelos órgãos competentes, com um número reduzido de professores mestres e doutores. No caso específico dos cursos oferecidos pela Unitins que é uma instituição pública, em parceria com a empresa Educon, há a cobrança de uma mensalidade que chega a cem reais. Este contrato é objeto de uma investigação do Ministério Público que averigua irregularidades praticadas pelas duas entidades.

No ensino fundamental e médio, o grande desafio, como em muitas cidades brasileiras, é a qualidade da educação oferecida. Assim como a tecnologia da sustentabilidade não caminha no mesmo ritmo da produção de bens, a qualidade da educação fugiu ao controle do estado, à medida que ele se propôs a investir na

³⁸ Estes cursos são chamados de tecnólogos e têm duração de 3 anos e são desenvolvidos a distância, numa parceria entre uma instituição local e uma do estado do Paraná.

³⁹ Cursos de graduação ministrados pela EDUCON/UNITINS, sistema tele presencial a distância no qual os alunos pagam uma mensalidade em torno de R\$ 100,00. A EDUCON é uma empresa paranaense e a UNITINS é a Universidade do Estado do Tocantins. No convênio, a contrapartida da Educon é a estrutura física dos tele-centros e a Unitins tem a responsabilidade de fornecer o material apostilado e a certificação.

universalização. A essa questão da qualidade está implicada uma outra, não menos importante, a do financiamento.

Os números sobre a educação fundamental e média no município de Juína, considerando apenas o ensino público, são os seguintes:

**ATENDIMENTO/NÚMERO DE MATRICULAS/ESCOLARIZAÇÃO –
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

Grau/nível	Número escolas	Número de matriculados
Creche	07	302
Pré-escola- Alfabetização	11	823
E. Fundamental	48	8018
E. Médio	01	1267
E. Especial	01	80
E. Supletivo	01	1427

Fonte: Anuário Estatístico de MT. 2003.

No que diz respeito à educação profissional, em Juína, ela vem sendo implementada pelo posto do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – **SENAI** – e pela escola agrícola, mantida pela prefeitura, que forma técnicos de nível médio. As duas iniciativas atendem a demandas diferenciadas. O SENAI tem políticas voltadas a qualificar o trabalhador para retorno imediato nas indústrias, por isso, seus cursos são de curta duração, se comparados com o ensino médio.

Por outro lado, a escola agrícola, que, a princípio, foi idealizada para ser uma Escola Agrotécnica Federal, deficitária como o restante do sistema, não oferece um ensino capaz de qualificar e suprir a demanda regional. É bem verdade que a escola não deve ir a reboque do capitalismo para apenas oferecer técnicos às necessidades deste ou daquele momento. Assim, pensamos numa

educação que dê condições ao sujeito de uma formação mais ampla. A escola agrícola oferece vagas de 5ª a 8ª series e ensino médio, em regime de semi-internato.

Se considerarmos os dados atuais do IBGE e INEP, para construirmos um quadro explicativo acerca do tempo que cada região levaria para que 50% dos concluintes do ensino fundamental concluíssem o ensino superior, a região Norte só atingirá esse índice no ano de 2039 (Steiner. 2006).

Uma vez que a ação governamental não vem oferecendo condições para (re)construir uma política educacional que contemple a formação de qualidade, resta ao estado oferecer a "*inclusão socialmente anômala*", conforme tese de Silva Jr. (2001). Assim, iniciativas não oficiais para a educação e formação dos trabalhadores, tem como exemplo a Escola de Agricultores Técnicos. Nas cidades mais desenvolvidas, o sistema cinco 'S' (Sesi, Senai, Senac, Sebrae e Sesc) desempenha, em parte, este papel, considerando, é claro, a lógica do capital. Aqui, na fronteira, o capital ainda não sente necessidade de qualificar homens e mulheres, quer apenas explorar, ao máximo, suas forças para que a reprodução não interrompa a cadeia produtora de lucros. Depois, ou ela se deslocará para outra fronteira ou então adotará programas de capacitação de curto prazo (Antunes. 2000). Para os demais sobram iniciativas como a que a da **AJOPAM** vem desenvolvendo e que será objeto de estudo nos capítulos seguintes.

No contexto mato-grossense, há outras iniciativas que chamaríamos de popular como o Centro de Tecnologia do Trabalhador, no município de Pontes e Lacerda.

Embora a vocação do município tenha sido estipulada pelos seus idealizadores como eminentemente agrícola, a extração vegetal e a mineração reconfiguraram o cenário do município, nos anos seguintes. Depois do eldorado das pedras preciosas e da fase agrícola, foi a vez da pecuária tornar-se o produto de sustentação da

frágil economia local. Como em muitas cidades brasileiras, a renda do funcionalismo publica se constitui em importante elemento para movimentar o mercado, desse modo, o quadro abaixo apresenta as atividades ou serviços de maior importância na vida econômica do município e arrolados no anuário estatístico de 2004, nos apresentam os seguintes em números, na comparação do ranking estadual:

**MUNICÍPIO DE JUINA E SUA POSIÇÃO NOS
DIFERENTES SETORES OU ATIVIDADES**

Especificidade	Ranking no MT	Quantidade/número
Produção de feijão	6º	1.890(t)
Rebanho bovino	6º	509.494
Arrec. Trib. Fed. (IOF)	6º	22.921,87 (R\$)
Rebanho ovino	7º	4.919
Indústrias extrativas	10º	137
Produção de café	1º	14.062(t)
Produção de leite	4º	10% da produção estadual

Fonte: SEPLAN. Anuário estatístico 2004.

Dos dados coletados, alguns nos alertam para reflexões importantes. Dentre elas, o número de casos de AIDS no município, considerando sua localização geográfica fora de uma rota movimentada de rodovias que, em tese, são disseminadores de um maior número de casos. Também é verdade que há um conjunto maior de cidades que não aparecem na listagem da secretaria estadual de saúde (Seplan. 2004).

Outro dado que chama a atenção diz respeito à arrecadação de IOF, certamente ligado à movimentação do gado de corte e das indústrias extrativistas. Todavia, a contrapartida – reflorestamento – não aparece nos dados da secretaria de meio ambiente, nem do

IBAMA ou da **FEMA**. Se os homens servem para criar o gado, 'amansar' a terra, transformar a matéria prima em bens de consumo para uso interno ou para exportação, a grande questão na Amazônia ainda diz respeito ao extrativismo. Centenas de madeireiras que utilizam a força de trabalho, quase primitiva, remuneram seus trabalhadores abaixo da média, além de sonegarem impostos e não implementarem os planos de manejo que submetem ao IBAMA, MMA ou FEMA.

Para implementar essa nova proposta de relação com a natureza, a **AJOPAM** lança mão do projeto **PACA** que, na sua essência, vai reordenar os trabalhos dos agricultores em relação ao extrativismo em duas frentes: 1- recuperando as antigas áreas do garimpo ou terras abandonas, por falta de condições de acesso a certas tecnologias como máquinas e tratores, crédito, entre outros; 2- reeducação dos trabalhadores para uma nova relação com o meio ambiente. Desse modo, e para colocar em prática o projeto, a **AJOPAM** desencadeia duas tarefas: a) elaboração do projeto **PACA**, inscrição⁴⁰ das famílias, capacitação de membros dessas famílias para implementação das ações – viveiros, tanques de piscicultura e apiários (Projeto PACA. 1994).

Nesta fase, o princípio norteador das atividades era a construção de uma nova relação homem-meio, assessorados pelos técnicos da secretaria de agricultura, FEMA e Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural (EMPAER). No decorrer da implantação do **PACA**, a coordenação e os agricultores percebem que apenas as visitas dos técnicos não são suficientes para mudar de prática; seria preciso algo mais dinâmico. É aí que surge a segunda tarefa: a criação da **EAT**.

⁴⁰ A inscrição das famílias no projeto PACA foi livre. As primeiras 250 famílias inscritas garantiram sua participação no projeto. Três anos depois, com a renovação do financiamento do projeto, 150 novas famílias foram incorporadas. Além disso, outras atividades foram sendo implementadas paralelamente ou como desdobramento de todo o processo, como por exemplo, o Proambiente, aonde novas famílias iam sendo inscritas.

Com estes elementos, fica mais fácil compreender o percurso do capital e sua relação com a região. Inicialmente esse percurso se dá apenas pela exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais, sem grandes preocupações com o futuro da região ou mesmo dos que nela habitam; depois, abandonando aquilo que não rende altos lucros. Assim, já que o capital não se incomoda com a qualidade de vida das pessoas nem o estado atende de forma satisfatória às necessidades da população. Resta a ela se organizar, como tem feito os trabalhadores filiados a **AJOPAM** e outras entidades. Com certeza o maior desafio tem sido a qualificação e construção de uma proposta que possibilite *“contribuir com a formação e também aprofundar os conhecimentos sobre técnicas de produção sustentável para a agricultura familiar a fim de trazer melhorias na qualidade de vida dos agricultores”* (Fórum de Desenvolvimento Sustentável. Juína. 2002).

Do ponto de vista ambiental, os maiores problemas estão relacionados à exploração madeireira, descontrolada e sem técnicas adequadas, havendo necessidade de um maior controle por parte do Estado, de forma a garantir a manutenção dos estoques madeireiros e da biodiversidade. Os conflitos também estão relacionados à extração madeireira e minerária em áreas indígenas, além de outros recursos naturais importantes (cujo aproveitamento não está associado diretamente à madeira, como óleos, frutos, castanha, raízes, flores, cascas, etc...) para a sobrevivência desses povos.

Em 2007, entrará em vigor o projeto do governo federal, de leilões de áreas de exploração do corte de madeira, uma tentativa de amenizar a devastação e a exploração descontrolada, além de reduzir as tensões em torno da propriedade da terra nesta região, segundo seus idealizadores. Tanto os leilões quanto o Projeto Complexo do Madeira são parte integrantes do Plano Amazônico Sustentável – PAS – que vem sendo implantado desde 2003 e que, segundo alguns críticos, visa a atender o grande capital com a

construção de hidrelétricas, corredor fluvial para exportação de soja e carne, além da venda do corte de madeira de espécies nobres da floresta (Rede Brasil e Carta Maior. Nov. 2006).

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NA FRONTEIRA

Se o trabalhador, em geral, tem sofrido as mazelas do poder público em relação ao atendimento à saúde, as mulheres em especial, vivenciam a falta de atendimento especializado para exames de câncer do colo do útero, da mama, entre outros. Além das questões de saúde, aquelas relacionadas ao trabalho e à condição de trabalhadora também afetam seu cotidiano.

No caso dos trabalhadores rurais, mais exatamente das mulheres, outro fator que foi preocupação do STR dizia respeito ao fato de não elas não serem consideradas como trabalhadoras rurais. Era entendimento do Ministério da Previdência Social e da própria Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG** – que, se o marido fosse sindicalizado, a mulher estaria como se fosse um apêndice. Em 1988, a Constituição Federal dá uma interpretação diferente a essa questão, no sentido de só ter direito ao benefício aquele/a cidadão/ã que fosse filiado ao seu sindicato, independente do sexo ou classe social. Diante disso, o STR de Juína, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso - **FETAGRI** – com base nas recomendações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e atendendo às instruções da nova lei, lançam a campanha de filiação das mulheres trabalhadoras rurais. Tal fato foi objeto de mobilização em todo país uma vez que isso era reivindicação histórica do movimento sindical. Das campanhas específicas para as lutas das mulheres destaca-se: a que enfatiza a necessidade dos documentos como registro geral, carteira de trabalho e filiação ao sindicato e a que se refere a marcha mundial das mulheres popularmente chamada de “marcha das margaridas”.

No município de Juína, o número de mulheres sindicalizadas passou de 18%, em 1996, para 25%, em 1998, resultado da campanha nacional lançada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Riscarolli. 1998).



Fonte: acervo da AJOPAM. 1998.

AJOPAM – A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR E A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE NA AMAZONIA

Segundo Pinto⁴¹, há, pelo menos, três grandes projetos implantados na Amazônia que, a despeito de toda tecnologia e conhecimento científico, causa arrepios ao mais humilde camponês.

⁴¹ PINTO. Lucio Flavio. O Mito da Proteção – a Amazônia. In: o Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização. Maria A. D'Incao (org). Cortez. São Paulo. 2001.

O primeiro foi a plantação de borracha (*Hevea brasiliensis*) de Henry Ford, entre 1927 a 1945, com seus US\$ 150 milhões, dizimada pela praga do mal das folhas (*Dothydella ullei*); alguns autores afirmam que seu empreendimento possivelmente tenha fracassado por causa do contrabando de mudas para a Ásia, onde a árvore encontrou um clima mais favorável.

A segunda iniciativa foi o "Jarí Florestal e Agropecuária" do americano Daniel K. Ludwig, cuja intenção era promover uma grande plantação de arroz e de eucaliptos, já que seus assessores o haviam convencido de que comida e madeira seriam as duas grandes fomes do final do século XX.

O projeto se estendeu de 1967 a 1982 cobrindo uma área de 1,6 milhões de ha. De acordo com Sautchuk & Gusmão (1979), depois da CPI da Terras, de 1967, a Jarí afirmava ter 1 milhão e 250 mil hectares, todavia, em 1966, no Cadastro Rural a empresa tinha declarado apenas 428 mil hectares. Anos mais tarde, em 1976, um dossiê elaborado pelo coordenador do INCRA, em Belém, e publicado pelo jornal Folha de São Paulo, em 01/06/79, apontava que "*por meio de grilagem, a Jarí havia se apossado de 6 milhões de hectares na Amazônia*". Depois de décadas, a CPT continua denunciando grilagens, trabalho escravo e outras arbitrariedades no campo.

O terceiro embuste começou em 1974, quando a **SUDAM** aprovou o projeto da Companhia Vale do Rio Cristalino em Santana do Araguaia, ao aprovar um empreendimento da Volkswagen, cujo objetivo era a criação de bovinos, industrialização da carne e couro para exportação. Apesar de toda tecnologia à disposição da agropecuária, o projeto fracassou e, em 1982, foi vendido ao grupo Matsubara, do Paraná. Anos mais tarde, o governo optou por desapropriar a área para fins de assentamento da reforma agrária. (Sautchuk & Gusmão. 1979). Essa tem sido a crítica dos movimentos sociais: o governo desapropria terras onde as condições de transporte, saúde e educação são as piores possíveis, falta infra-

estrutura básica, sem a qual mulheres e homens se transformam em meros objetos, escravos do capital (Figueira. 1999).

Assim, percebe-se que, de tempos em tempos, o capital, para promover sua expansão, ou 'justificar' o lucro exorbitante, cria determinados projetos com certo cunho social-nacional. Engana-se quem pensa que isso não tem um fim planejado. Na maioria das vezes, tais projetos são a forma do avanço sobre a fronteira, pois a elite brasileira pensa a Amazônia apenas sob a ótica da geopolítica. Neste sentido, não há nada de estranho, se empresas multinacionais se arvoram sobre a floresta, com essa concepção de ocupação, anos mais tarde, teriam como 'justificar' o desmatamento como forma de respaldar o processo de colonização, mesmo que para isso façam uso, inclusive sob formas subumanas de trabalho da massa pobre do país.

Mas, um motivo para justificar esta ou aquela posição não é algo novo. Desde épocas mais remotas, muitos teóricos adotaram esta postura, seja para defender um modo de governo ou o papel de uma categoria⁴².

Por outro lado, as agências governamentais como EMPAER/EMATER, além do próprio INCRA, cuja tarefa era assessorar os trabalhadores, desempenhavam uma mera função de assistência. Não é sem motivo que eram conhecidas como "empresas de assistência técnica e extensão rural" que, raramente, cumpriam seus objetivos, seja porque as políticas agrícola e agrária não concebiam um trabalho autônomo do agricultor, sejam porque seus funcionários

⁴² Durante muito tempo, vários teóricos afirmaram que o papel de agricultores, camponeses ou posseiros era apenas lavrar a terra, plantar, cuidar para que as ervas daninhas não sufocassem a plantação e colher os frutos. Mais do que isso, afirmavam que o papel da mulher devia ser restrito à vida doméstica. Assim, temos como exemplo, Thomas More que em sua "*Utopia*", pregava a divisão dos homens em dois grupos distintos, aqueles que cuidariam das tarefas que exigiam mais trabalho racional/intelectual e aqueles que se ocupariam das coisas da terra, ou seja, do sustento dos demais, inclusive aqueles ocupados na tarefa intelectual.

não tinham qualificação para lidar com uma pedagogia popular. Isso já foi motivo de crítica inclusive de Freire (1994).

Sua linguagem e sua metodologia ficavam aquém dos trabalhadores rurais *“de toda turma só dois tinham segundo grau, então o assessor tinha que saber lidar com o pessoal, usar uma metodologia mais prática, com textos também é claro, os que tinham menos estudo cresceram mais, eu acho”* (Dorcina Oliveira coordenadora da EAT). Isso pode explicar, ao menos em parte, o insucesso de muitos projetos no meio rural nos últimos vinte anos, entre eles aqueles que foram criados com objetivo de medida paliativa a um programa amplo e organizado de reforma agrária no país. Entre eles, podemos citar: **LUMIAR**⁴³, **CASULO**⁴⁴ e **CÉDULA DA TERRA**⁴⁵, além dos programas citados no capítulo anterior.

Em meio a todo este cenário, a Escola de Agricultores Técnicos – **EAT** - surge de um debate fecundo, preocupado com o futuro de milhares de famílias e com o cenário desolado pela falta de políticas para a agricultura familiar, além dos escombros deixados pela ação dos garimpeiros no surto pela riqueza fácil, de fins dos anos 1980. O desafio era encontrar uma forma de convencer o pequeno agricultor a permanecer em sua propriedade e fazê-la produzir, de tal forma, que viabilizasse condições dignas de vida a família, *“o desafio foi grande e, com a persistência do seu trabalho, a AJOPAM se consolida como ponto de referência na Amazônia mato-grossense,*

⁴³ Projeto de assistência técnica à gestão, da produção e comercialização nos projetos de assentamento enfocando a aprendizagem coletiva em busca do desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Foi criado em 1997. **Fonte:** Mensagem ao Congresso Nacional na abertura do ano legislativo de 1999.

⁴⁴ Também criado em 1997 tinha por objetivo propiciar o retorno dos trabalhadores que viviam nas periferias das cidades e metrópoles.

⁴⁵ Projeto de incentivo as famílias de produtores rurais apoiado pelo Banco Mundial através do investimento de U\$ 150 milhões, destinados à compra de terra cuja área não fosse maiores que o modulo familiar que na Amazônia tem cerca de 60 ha.

tanto para o Ministério do Meio Ambiente – MMA – secretarias dos municípios e para as organizações da região, com reconhecimento inclusive do PNUD” (Altir Peruzzo, assessor da EAT).

A implantação do PACA e a persistência dos coordenadores da AJOPAM ofereceram condições para implantação da EAT. Desse modo, a AJOPAM vem se credenciando na organização e implementação de estratégias, cujo objetivo, além dos já apontados anteriormente, *é/era convencer o agricultor a permanecer na terra, cuidando dela e aprendendo novas técnicas, “aprender que não é só tirar dela, que aquilo que a gente fazia no Paraná nem sempre dá bons resultados aqui” (José Vieira in Riscarolli. 1998).*

Uma das questões que vínhamos observando, desde o trabalho do mestrado era como a AJOPAM inseria discussões de gênero, em relação à participação das mulheres nas atividades desenvolvidas com os trabalhadores, ou melhor, como as mulheres cobravam valorização e visibilidade de seu trabalho. Assim, ao criar a EAT, a direção da entidade adota a cota de 30% destinada às mulheres que compunham o grupo de alunos, pertencentes aos municípios da região Noroeste: ao final dos três anos, dos 40 alunos iniciantes, 35 concluíram o curso (ata de formatura. AJOPAM. 1999).

Todavia, é preciso lembrar, constantemente, que, além dos dados óbvios da geografia, do clima e dos recursos naturais, um fator relevante, ao tratar das questões amazônicas, diz respeito ao complexo contexto cultural e institucional que se desenvolveu na região, nestes cinquenta anos de ocupação, apenas focalizando o desenvolvimento econômico e o enriquecimento de grupos ou empresas que, na verdade, pouco contribuíram com o desenvolvimento, como alguns exemplos apontados neste trabalho.

Os milhões destinados a projetos como Jarí (AP), Agropecuária Cristalino (PA) e fundação Boticário (MT), por meio de incentivos fiscais, financiamento oficial do BNDES, SUDAM, mais alimentam a exploração da mão-de-obra e o mapeamento das

espécies regionais do que promovem o desenvolvimento da região. Para o povo sobraram as malárias, o descaso público e a floresta, vítima da ganância do capitalista (Campos. 2001; Garzon. 2006).

É neste período da década de 1980 que o Vaticano cria a diocese de Ji-Paraná, região episcopal⁴⁶ à qual Juína estava vinculada, até março de 1999. No trabalho da diocese de Ji-Paraná, o bispo, D. Antonio Possamai empreendeu uma linha de trabalho, baseada no que, nacionalmente, se conheceu como “teologia da libertação” e, assim, foram criadas várias pastorais sociais⁴⁷, cujo objetivo era organizar e formar agentes em toda diocese.

É claro que a Igreja não assume esta postura, sem pensar num projeto maior. Na linha da teologia da libertação, a fé e a vida devem se constituir um todo orgânico, é por isso que as romarias, grandes encontros de lideranças e formação de pessoal para trabalhar nas pastorais foi o eixo principal da diocese de Ji-Paraná. Nessa história de homens e mulheres, construída em determinadas condições, com avanços e recuos, os trabalhadores vão retroalimentando sua mística com a memória social das lutas, pois ela é libertadora (Silva. 2004).

O desejo de se firmar numa posse ou propriedade – em geral dando preferência pela segunda – reata o simbolismo do trabalhador com a terra-mãe, da família com suas raízes, o direito à

⁴⁶ No caso em questão, a diocese de Ji-Paraná abrangia a região sul de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso. Seu primeiro prelado foi D. Jose Maria, seguido de D. Antonio Possamai, responsável pela implementação das decisões de Medellín (1968) e Puebla (1979), ratificando o Concílio Vaticano II.

⁴⁷ Pastoral da saúde, da criança, da juventude, indígena, carcerária, da família, dos idosos, dos leigos, da terra (CPT), da comunicação, do dízimo, além de contratar leigos para atuarem especificamente na formação de lideranças. No caso de Juína, as primeiras leigas foram Márcia Gardim e Antonia Marcel. Estes leigos recebiam um salário da diocese para trabalhar exclusivamente na “animação” das comunidades. Participam de cursos e assessoravam as pastorais na organização, implementação e avaliação dos trabalhos da paróquia. Todos/as os leigos que ocupavam estes postos passaram pelas escolas de Teologia e Fé e Política.

luta, a luta à mística⁴⁸, “*algo que nutre e revigora a caminhada daqueles que já cansados renovam suas forças para outras batalhas, é a aura da perseverança e da força, necessárias à resistência*” (Stedile *apud* Silva. 2004).

Com as coordenadas da igreja, algumas lideranças – entre os quais, José Vieira, Altir Peruzzo, Olinda Alves, Dorcina Oliveira, Antonia Marcel, Márcia Gardim, Elói Dathsa - iniciaram um trabalho de sensibilização pelas comunidades rurais do município, animando os trabalhadores rurais para a formação de pequenas associações rurais. Resistência e ânimo caminhavam lado a lado, pois muitos trabalhadores já haviam passado por experiências nada animadoras com associações e cooperativas no Paraná e outros estados. Desse trabalho inicial, financiado pelo CESE, nascem cerca de 22 associações em diferentes linhas vicinais do município e começam a se estruturar. Um dos primeiros passos para a independência dessas associações foi o projeto Pe Ezequiel⁴⁹. De 1998 em diante, Juína é a sede do novo bispado⁵⁰, tendo, como pastor, o salesiano D. Franco

⁴⁸ ... “Força vital e misteriosa que leva homens e mulheres a acreditarem em seus sonhos, a terem esperança e acreditarem na vitória. É uma paixão que anima a militância daqueles que se entregaram à causa popular” (Stedile *Apud* Silva. 2004).

⁴⁹ Ezequiel Ramim foi um missionário italiano que residiu em Rondônia, por vários anos. Trabalhava na diocese de Ji-Paraná, nos municípios de Cacoal e parte de Mato Grosso, atualmente, município de Rondolândia. Defendia abertamente a organização dos trabalhadores rurais e a reforma agrária. Sofreu uma emboscada em 1985, quando voltava de uma reunião com trabalhadores. Sua família, na Itália, organizou uma campanha e enviou à diocese para que fosse criado um projeto em favor dos trabalhadores. Nasce aí o “projeto da máquina de arroz”, pequenas máquinas da marca B-7 Nogueira, de beneficiamento de arroz que as associações adquiriam através do pagamento em produtos (arroz, milho ou feijão) que transformado em moeda, voltava para um fundo rotativo para atender a novas demandas. A opção pela máquina de arroz se deu em virtude das grandes distâncias que os trabalhadores enfrentavam para levar o produto in natura até as cidades, para o beneficiamento. Além disso, cerca de 40 a 60% do produto ficava com o cerealista a título de despesas com o beneficiamento.

⁵⁰ Diocese criada pela bula papal “Ad plenius Consulendum”, de João Paulo II, em 23 de dezembro de 1997, sendo desmembrada das dioceses de Ji-Paraná e Diamantino, oficialmente instalada em 29 de março de 1998.

Dalavalle. Um impacto percebido, de início, pelas lideranças e agentes de pastoral, em relação ao novo bispo foi sua postura menos comprometida com as causas sociais, marca inconfundível do bispo anterior, D. Antonio Possamai. Uma de suas primeiras ações foi ignorar as organizações que seu antecessor e a comunidade haviam colocado em prática. No primeiro ano de condução da nova diocese, a insatisfação dos leigos foi o principal motivo das conversas em qualquer lugar em que se encontrasse gente. Por mais problemática que possam ser determinadas atitudes da igreja, como, em relação ao uso de preservativo, aborto, divórcio, entre outros, as atividades incentivadas por D. Antonio Possamai deram à região certa autonomia tanto nas questões pedagógicas da diocese, quanto no apoio às iniciativas dos camponeses, da pastoral da saúde, da criança, indigenista e das escolas de formação.

AS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DA DIOCESE

Durante o apostolado de D. Antonio, cerca de 10 anos, a diocese de Ji-Paraná criou as escolas de formação. Espaços nos quais os leigos recebiam formação por meio de cursos; uns, na modalidade contínua, mas sem nenhuma certificação; outros, de cunho mais elaborado e com limitação de vagas, cujo objetivo era capacitar lideranças nas paróquias. Ambos forneciam, ao final, um certificado de conclusão. Essas escolas eram as "*meninas dos olhos*" da diocese. D. Antonio Possamai entendia que apenas o culto e a oração, apesar de serem importantes na vida das pessoas, não davam conta de amenizar os problemas cotidianos, era preciso organizar o povo para que ele pudesse conduzir seu próprio destino.

Influenciada pela "Teologia da Libertação"⁵¹, a diocese cria diversas frentes de atuação, entre elas, escolas de formação da

⁵¹ Para Leonardo Boff a TL, é o empenho dos cristãos para recuperar a dimensão social e libertadora do evangelho, afirmando que, para ser

diocese de Ji-Paraná: de **Teologia** – voltada especificamente para a formação de lideranças das comunidades rurais e urbanas, cujo objetivo era oferecer melhores serviços litúrgicos à comunidade, uma vez que o número de padres era insuficiente para atender a todos.

Era um projeto modular que acontecia duas vezes por ano, em regime de internato, com duração de sete dias, cada etapa, durante três anos. A segunda escola, criada para capacitar e formar novas lideranças, foi a Escola de **Fé e Política**. Se a primeira era mais voltada para as questões da fé, a segunda tinha por objetivo formar pessoas para ocuparem cargos eletivos e ou de confiança nos governos municipais, nas entidades de classe, além de qualificar pessoas para assessorar futuros projetos e associações e, com isso, diminuir a relação de dependência paternalista com os órgãos públicos, como governo do estado e prefeituras.

Como a preocupação com o homem do campo sempre estava na mesa de discussão, ainda no final dos anos de 1990, a diocese cria outra alternativa com o objetivo de qualificar e oportunizar um espaço de estudo formal para os filhos dos agricultores: Escola Família Agrícola - RO. Estas experiências todas vão aos poucos dando organicidade às lutas dos trabalhadores e tornando os projetos individuais em conquistas coletivas.

Estas experiências de formação dos sujeitos vão, aos poucos, qualificando o discurso e tornando homens e mulheres mais habilitados para sua intervenção no cotidiano da comunidade, do município. Nas escolas, os alunos vão aprendendo uma nova forma de tratar a natureza, e com isso, melhorar seu padrão de vida e a compreensão acerca dos fatos da realidade. Isso fica claro no testemunho sobre uma aluna da **EAT**:

libertadora, a teologia deve pensar criticamente a realidade; visa também a que pessoas e instituições se libertem de concepções e práticas ligadas ao passado. In: seleção de textos militantes. Vozes. 1991.

“a Helena quando começou a escola não abria a boca, entrava muda e saia calada. Depois, na terceira etapa, ela já fez um grupo ía em tudo que é lugar, queria saber das coisas. O pessoal de Cotriguaçu gosta muito dela, é animada, responsável” (Dorcina Oliveira. coordenadora da EAT).

Com a chegada de D. Franco, essas iniciativas foram totalmente assumidas por entidades independentes da igreja, como a AJOPAM, STR, ASSOCIAÇÕES, entre outras. A própria CPT sofreu um processo de asfixiamento pelo prelado⁵² que, declaradamente, é um parceiro dos fazendeiros da região. Historicamente, os salesianos são mais conservadores que outras congregações, isso explica, em parte, o posicionamento do novo bispo e, também a nova posição da igreja: *“o trabalho, com base na teologia da libertação foi fundamental para a organização dos trabalhadores, o projeto Pe. Ezequiel, as escolas de formação... depois houve um esfriamento, os movimentos vêm perdendo fôlego, a própria CNBB, aqui o bispo é muito conservador, bem diferente de D. Antonio...”* (José Vieira. apud Riscarolli. 1998).

ENTENDENDO O PROCESSO

A colonização promovida pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – **CODEMAT**, foi realizada em terras tradicionais dos Cinta Larga, Erikbtsa e Enawenê-nawê ou Salumã. Foi projetada uma cidade e o restante da área foi dividida em três tipos de propriedade: chácaras de até 12 hectares,

⁵² Da ordem dos salesianos, D. Franco Dalavalle foi nomeado bispo em 1997 e assumiu a diocese de Juína em 29/03/1998, seu primeiro território de trabalho pastoral. Sua posse inicialmente muito esperada, foi rapidamente motivo de descrença dos militantes das pastorais sociais, à medida que seu trabalho foi sendo colocado em prática, visto que o mesmo não deu continuidade ao trabalho de pastoral que vinha sendo desenvolvido pelo seu antecessor, D. Antonio Possamai.

compondo um cinturão ao redor da futura cidade de Juína; lotes de médio porte, até 100 hectares e, por fim, lotes acima de 100 hectares. Quanto maior o número de hectares mais distante da cidade. À frente do projeto de colonização estava o engenheiro Hilton de Campos.

A Associação Juinense Organizada para Ajuda Mutua – **AJOPAM** - entidade mantenedora da Escola de Agricultores Técnicos, foi criada em 16 de junho 1991. Este projeto tem sua raiz no projeto da máquina de arroz, criado pela diocese de Ji-Paraná, em 1987. O projeto da máquina de arroz, mais conhecido como projeto Pe. Ezequiel, é um tributo ao missionário italiano que, durante alguns anos, prestou serviços religiosos na diocese de Ji-Paraná. Ezequiel foi assassinado numa emboscada, em 1985, quando voltava de uma reunião do trabalhadores rurais, conforme descrito na nota 46.

O passo inicial foi a conscientização dos trabalhadores rurais e, assim, chegar à direção do sindicato que, naquele momento, estava sob a presidência do Sr. Vicente, notadamente submisso ao prefeito Orlando Pereira (PMDB), que o trouxe de *'fora'* para presidir a entidade. Tal fato provocou nos agricultores uma certa insatisfação, pois ficou evidente que a administração pública queria manter o controle do sindicato muito próximo do gabinete do prefeito, fazendo um estilo populista de administração do sindicato, ainda muito característico do PMDB na época. Tal ingerência do prefeito despertou, em certos sócios, uma desconfiança que resultou numa chapa adversária nas eleições seguintes. Realizada a eleição no STR, *'a turma da igreja'* vence na chapa de oposição, não sem antes o candidato José Vieira⁵³ receber uma proposta de 500 ha de terras para desistir da candidatura à presidência do STR, proposta feita pelo

⁵³ José Vieira foi quem iniciou o processo de reorganização do sindicato dos trabalhadores rurais de Juína. Foi eleito presidente do sindicato em 1995. Durante seu mandato, deu início às discussões sobre a criação das associações de agricultores que, mais tarde, em 1998, resulta na constituição da central das associações sob o nome de AJOPAM. Foi o idealizador do projeto PACA, financiado pelo BID, MMA,

engenheiro Hilton de Campos, responsável direto pela implantação do projeto Juína e que, na época, estava assumindo a cadeira de prefeito, na gestão 1987-1990, tendo sido reeleito no pleito de 2005.

Após a *'tomada do poder'* no sindicato, a direção inicia um longo processo de educação e organização dos/as trabalhadores/as. Como já dissemos, a primeira tarefa foi a criação das associações nas linhas rurais para viabilizar a aquisição da máquina de arroz, por meio do projeto Pe. Ezequiel. Foram criadas, no município 22 associações.

No ano de 1991 essas pequenas associações se reúnem e fundam uma central que viabilizasse questões comuns a todos. Nasce assim, a **AJOPAM** (conforme ata no anexo 03).

Para superar os desafios que se apresentavam, a AJOPAM elabora, em 1993, um pequeno projeto de formação e recebe do Centro de Pastoral dos Migrantes – CEPAMI – dois mil dólares para realização dessa atividade que consistiu em duas visitas para estudo e fortalecimento das associações que haviam sido criadas, a partir do projeto Pe. Ezequiel, nas comunidades rurais. Tal atividade se desenvolvia num final de semana, sábado e domingo, quando os/as trabalhadores/as rurais estudavam possibilidades de projetos para a comunidade, dificuldades de execução, viabilidade econômica, número de indivíduos envolvidos e sua relação com o meio ambiente.

A relação do poder público – prefeitura - com o sindicato inicialmente, depois com a associação, desenvolve-se em momentos de parcerias ou de tensões, a depender da gestão. Na primeira gestão, o prefeito – Orlando Pereira - assumiu o estilo “a *la* Getulio – pai dos pobres”, trouxe um militante estranho aos trabalhadores locais para conduzir os trabalhos do sindicato. A prefeitura exercia aquilo que chamaríamos de “tutela no sindicato”.

Nas duas gestões seguintes – Hilton de Campos e Lceu Veronese – o poder público, mesmo tendo a secretaria de agricultura constituída e funcionando, não criou projetos que capacitassem os

agricultores tendo presente os primeiros rumores sobre educação ambiental, desenvolvimento sustentável e discussões de políticas de gênero. A relação poder público-sindicato é assim descrita: *“no tempo que a prefeitura mandava no sindicato sumiu muitos documentos, não se organizava de fato e a preocupação era somente em fornecer fichas médicas e dentárias. A única coisa que o Vicente fez foi conseguir o terreno para construir a sede”* (Zezinho entrevista de 1997 In: Riscarolli, E. *Dissertação de mestrado. UFMT. 1998.*).

Na quarta gestão municipal, o prefeito Saguas Moraes assume o governo municipal, tendo sido eleito pelo partido dos trabalhadores. À frente da secretaria de agricultura, estava o Sr. Altir Peruzzo, um dos idealizadores do projeto da **AJOPAM**, juntamente com José Vieira, Eloi, Dorcina e outros trabalhadores. É neste momento que a parceria da associação com o poder público ganha certa estabilidade, tanto na elaboração de projetos, quanto no apoio logístico para execução dos referidos projetos (Riscarolli. 1998).

No decorrer das décadas de 1980 e 1990 do século XX, as agências internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; o Fundo Monetário Internacional – FMI; Organização das Nações Unidas - ONU entre outras, já colocavam, como condição de aprovação de projetos, certa preocupação com as questões ambientais e anunciavam uma leve queda para as questões de gênero.

O que fazer neste cenário? De certa forma, discutir desenvolvimento sustentável, relações de gênero, ecologia pode parecer uma questão muito nova para alguns e, como disse Hobsbawun (2000), *“Todos nós, na medida do possível, tentamos prever o futuro. Faz parte da vida, dos negócios, nos perguntarmos sobre o que ele nos reserva. Mas a previsão do futuro deve, necessariamente, basear-se no conhecimento do passado. Os acontecimentos futuros precisam ter alguma relação com os do passado...”*.

Há algum tempo, não muito distante, pensávamos que a Amazônia era uma fonte inesgotável de recursos. Hoje, já somos mais cautelosos em fazer uma afirmativa dessa natureza. Se, de 1970 a 1995, a forma de produzir, na Amazônia, foi fruto de uma ampla transformação da produção, esta obedeceu a uma dinâmica da economia brasileira, até certo ponto, sensível às mudanças. De forma contraditória, a produção de soja e de bovinos tem avançado vertiginosamente; de um lado, causando satisfação entre os sojicultores e pecuaristas, embora as reclamações destes contra o governo federal tenham se avolumado, o que vemos é o aumento gradativo das áreas plantadas. De outro, constatamos a degradação crescente das condições de trabalho de homens e mulheres e o descaso com o meio ambiente. Além disso, a extração vegetal, de forma predatória, ainda se constitui numa prática comum. Exploração de madeira, palmito, caça e pesca predatória são coisas muito comuns onde o braço do Estado raramente chega.

Como o desenvolvimento do capitalismo jamais prescinde da ação estatal, advogar a dinamização dos mercados de terra com instrumento da redução da pobreza implica em encurtar a amplitude da regulação pública sobre as relações econômicas (Ferreira. 2005). Assim, uma das orientações básicas da questão ambiental, denominada *estatista*, se fortalece com a terceira chamada *mercadista*, para se contrapor à segunda denominada *societalista* (Brito. 2001).

Antenados com esse leque de implicações que a questão ambiental sugere e preocupados com a degradação provocada pelo garimpo, nos últimos dez anos, a **AJOPAM**, reunida em assembléia, no final de 1994, aprova a elaboração e implantação de um projeto agro-florestal alternativo denominado "Projeto Agro-florestal em Consórcio Adensado" – PACA. Para viabilizar esta atividade, a entidade envia, em 1995, dois técnicos para participarem de um

curso sobre Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais no Brasil – PDA, realizado em Cuiabá.

Um projeto de reeducação, formação e que garantisse certa estabilidade às famílias de trabalhadores, na fronteira, parecia ser a última alternativa que lhes restava, antes de lançar-se, novamente, pelas estradas empoeiradas rumo a outro projeto de colonização num outro lugar da região, na esperança de retomarem sua condição de trabalhador rural.

A CRIAÇÃO DO PROJETO AGROFLORESTAL EM CONSORCIAMENTO ADENSADO – PACA



Fonte: identificação do projeto. AJOPAM. 1997.

Pensar um projeto que tenha por objetivo qualificar sujeitos para criar condições de melhoria de renda e da própria bagagem cultural é, antes de qualquer coisa, uma decisão política. Nesse sentido, a **AJOPAM**, através de seus coordenadores, tendo clareza da importância de uma escola de formação, definiu alguns pontos

básicos como balizadores do projeto **PACA** e da Escola de Agricultores Técnicos. O trabalho não foi fácil, segundo o ex-presidente do sindicato, *“as associações começaram muito bem, depois, houve um período de esfriamento com o governo Collor e com o avanço do garimpo, o garimpo é uma ilusão, mas as pessoas demoraram a perceber”*.

Este projeto constituiu-se na iniciativa mais importante da **AJOPAM**, tanto por ser um dos mais bem sucedidos por intercambiar conhecimentos entre os agricultores, seja porque foi pensado dentro de uma perspectiva de sustentabilidade. Idealizado por Jose Vieira e Altir Peruzzo, previa a recuperação de 550 ha degradadas pelo processo de garimpagem. Seria desenvolvido por um conjunto de 200 famílias, num escala de tempo que fosse compatível com as condições da associação.

Embora os esforços tenham demonstrado grandes benefícios à comunidade juinense, tanto o **PACA** quanto a **EAT** são insuficientes, em relação a estas propostas organizadas de forma mais metódica, ou seja, percebemos que não houve preocupação em detalhar, nos projetos, a concepção de formação e de educação que a entidade ou seus diretores comungavam. De certa forma, percebe-se certo repúdio com as questões mais teóricas, seja de fundamentação da formação, seja no próprio desenvolvimento das atividades, inclusive aulas que em vários momentos os/as professores/assessores se detinham na explicação do processo de compreensão de determinadas técnicas (anexo 09).

Talvez essa rejeição da teoria possa se relacionar com uma fala de Gramsci (2001) nos Cadernos: *“grandes intelectuais dizem que se divertem trabalhando como torneiros, carpinteiros, encadernadores de livros, isso não é suficiente para que se possa dizer que sejam um exemplo de unidade entre trabalho intelectual e trabalho manual”*. Nas duas situações, transparece falta de clareza,

seja da função da teoria no processo organizativo-educativo dos trabalhadores, seja da função do intelectual.

Por certo, o Projeto PACA por não ter alocado recursos para uma função específica de trabalhador que coordenasse mais diretamente as questões pedagógicas, possa ter enfrentado certas dificuldades, como relata Dorcina, *“a gente sempre fala em ter uma pessoa pra cuidar mais dessas coisas das aulas, de fazer um boletim dos trabalhos, de organizar o currículo, um livro com as experiências ou um filme, mas sempre falta grana...”* (entrevista realizada em 2004).

Assim, o PACA foi concebido para ser desenvolvido em três anos. O processo objetivou a reeducação dos agricultores para o trabalho em área amazônica, uma vez a maioria dos trabalhadores desconhecia a composição do solo; os tratamentos culturais necessários à inclusão de novas espécies para cultivo; a organização da produção e comercialização, entre outros elementos. Assim, a associação promoveu cursos básicos sobre prevenção a queimadas, uso do solo e alternativas de manejo, produção e comercialização, cooperativismo e associativismo, processamento e armazenamento de produtos, manejo e criação de apiários, agricultura orgânica. A seleção das famílias, conforme informação na nota 40, obedeceu à seguinte escala.

Período	Número de famílias
Primeiro ano	90 famílias
Segundo ano	60 famílias
Terceiro ano	50 famílias

Fonte: projeto PACA – AJOPAM – JUINA –1999.

Como os agricultores vinham de regiões diferentes e, no novo projeto, não havia nenhuma entidade governamental para fornecer assessoria sobre a nova realidade e sobre que tipo de cultura desenvolver na região, cada um ia aplicando o que já sabiam de suas experiências no Sul, Sudeste ou Nordeste. Desta forma, arroz, milho, feijão e café eram as culturas ali introduzidas, no início da colonização. Mesmo sendo um projeto criado dentro dos escritórios oficiais do governo de MT, não foi oferecido, aos que chegavam, um conjunto de informações básicas sobre tipo de solo, tratamentos culturais, assessoria técnica, questões relacionadas ao meio ambiente. Também é verdade que as discussões relacionadas as políticas ambientais só entram na pauta dos governos na década de 1990.

Preocupados com o desconhecimento do solo e com o futuro da região, a AJOPAM insere no seu projeto a discussão sobre Amazônia, sobre cultivo espécies mais adaptáveis a região. O projeto previa o plantio de algumas milhares de mudas de espécies que fossem mais adaptadas a região. Embora com alguma resistência, os trabalhadores rurais decidiram que as espécies mais indicadas e que proporcionariam um retorno financeiro a curto prazo, já que o prazo de produção da maioria varia em torno de 3 a 5 anos, assim, as espécies escolhidas foram as que apresentamos no quadro:

**ESPÉCIES PREVISTAS PARA O PLANTIO DURANTE A
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO**

<i>Espécie/tipo</i>		<i>Quantidade</i>
Pupunha	<i>Bactris gasipaes Kunth</i>	95 000 pés
Café	<i>Coffea arábica</i>	70.000 "
Guaraná	<i>Paullinia cupana H B K</i>	64.000 "
Açaí	<i>Euterpeoleracea mart</i>	41.500 "
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	26.000 "

Seringueira <i>Hevea brasiliensis</i>	26.000 "
Castanheira <i>Bertholletia excelsa HBK</i>	23.000 "
Essências da Amazônia	8.000 "
Criação de abelhas	300 colméias

Fonte: projeto PACA – AJOPAM – JUINA – 1999.

Os recursos para viabilização deste projeto foram da ordem de U\$ 260.519,60, sendo U\$ 182.363,00 provenientes do Programa Amazônia proposto pelo G 7, em Houston, no ano de 1990, aprovado pela comissão européia, em 1991, e lançado oficialmente, em 1992, durante a ECO 92. (entrevista realizada com Jose Vieira, em 1997).

Dentro deste programa, estão os subprogramas projetos demonstrativos - PDA ao qual fazem parte os recursos iniciais da AJOPAM e U\$ 78.156,60, como contrapartida da própria instituição. O projeto foi aprovado em outubro de 1995. Sua execução se iniciou em janeiro de 1996, concluindo a primeira fase em 1998. A segunda fase começa em 1999 e termina em 2002. Os bons resultados obtidos durante a execução deram à AJOPAM um lugar de destaque na avaliação de projetos de desenvolvimento sustentável, do Ministério do Meio Ambiente - MMA⁵⁴ que, em 2004, classificou o projeto como um dos vinte projetos de maior sucesso em execução no Brasil (MMA – relatório de avaliação. 2004. Anexo 09).

Um componente importante na implantação e desenvolvimento do projeto PACA e da escola foi a relação construída com a prefeitura, já mencionado anteriormente.

⁵⁴ Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Estudos da Amazônia. Avaliação dos vinte projetos PDA. Brasília. 2004.

A ESCOLA DE AGRICULTORES TECNICOS – EAT



Fonte: etapa de formação – aula teórica. AJOPAM. 1998.

Depois que os trabalhadores conquistaram a direção do sindicato por meio de eleição, o passo seguinte foi reorganizar a entidade, realizar campanha de re-filiação. O STR iniciou um processo de formação sindical, de cadastramento de famílias para reivindicar terras para assentamentos rurais⁵⁵, entre outras atividades. Somente depois destas tarefas é que um grupo de agricultores decide criar e constituir a AJOPAM.

Constituída a entidade, o passo seguinte foi a elaboração e implementação do projeto PACA, conforme anunciado anteriormente. Ao final dos três anos, já com a renovação do projeto aprovado e

⁵⁵ Segundo informações da direção do sindicato, o MST não tem presença na região, mas como o déficit de terras existia/e, o STR negociou com a Superintendência Regional do INCRA de Cuiabá uma área a cerca de 60 km da Juina para implantação de um assentamento denominado Gleba Iracema, onde foram assentadas cerca de 300 famílias.

colhendo os primeiros frutos, os diretores das entidades – STR, AJOPAM e CPT - as famílias foram percebendo que estas ações não davam conta do conjunto de problemas que se avolumava. Eram necessárias ações mais pontuais, neste processo, para que todo um percurso não resultasse em frustração para os trabalhadores, assim como já haviam presenciado em outros momentos, nos seus estados de origem. Alguns depoimentos são pontuais:

“no Paraná a gente havia participado de cooperativas e o resultado não foi muito bom, aqui também a Cooperjuina começou bem, cresceu rápido e morreu da mesma forma, então a gente fica meio receoso” (Antonio M. Sanches ex aluno da EAT. Entrevistado em 2004).

“olha, diz o ditado que gato escaldado de água quente tem medo da fria. Quando a gente fala de sindicato, cooperativa, associação... as pessoas ficam meio desconfiadas porque já foram enganadas em outros lugares, então é preciso convencer, mostrar resultados, não é fácil” (Ademar R. Carvalho ex aluno da EAT. idem).

Convencidos os trabalhadores de que era necessário adotar outra forma de se relacionar com a terra e de produzir, aparecem os desafios sobre como encontrar uma alternativa para esta lacuna do conhecimento em relação à Amazônia que era comum à totalidade dos trabalhadores.

O desafio foi procurar, na própria Amazônia, alguma possibilidade que sugerisse alternativas viáveis. Foi assim que os técnicos da AJOPAM conheceram o projeto “Reflorestamento Em Consorciamento Adensado - RECA”⁵⁶ em Rondônia.

⁵⁶ O projeto RECA – Reflorestamento em Consorcio Adensado foi/é uma experiência piloto implantado em 1994 no estado de Rondônia. Ele serviu de modelo para que a AJOPAM implantasse o PACA em Juína.

As questões pedagógicas da escola de Juína não foram propriamente a preocupação central do projeto, nem da AJOPAM. Não havia, nos quadros da associação, nem da escola, um profissional que cuidasse de questões pedagógicas como currículo, ementário de cada conjunto de disciplinas, carga horária, sistema de avaliação dos alunos, entre outros.

O projeto da escola prevê um curso técnico, com duração de três anos, subdivididos em seis etapas de formação. Cada etapa ou módulo tem duração de sete dias, em regime de internato. (Regimento da EAT – anexo 06)

No caso em questão, estará, em análise a formação da primeira turma de alunos da Escola de Agricultores Técnicos – EAT - composta de 42 alunos dos cinco municípios que faziam parte da região Noroeste, a saber: Aripuanã, Castanheira, Cotriguaçu, Juína e Juruena. Vale ressaltar que a EAT adotou a cota de 30% para participação de mulheres na escola. Do total de 42 alunos, 35 se formaram no final do terceiro ano (1999). Depois de um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR - de Brasnorte e por questões de organização da nova Diocese de Juína que incorporou o referido município, visto que a Comissão Pastoral da Terra era uma das parceiras no desenvolvimento do projeto, este município passou a fazer parte do projeto, tendo direito de enviar alguns alunos para o curso de formação/qualificação da EAT. (Coordenação da EAT e CPT Diocesana).

Desta primeira turma, alguns pontos foram apontados pelos alunos e assessores como algo a ser superado ou repensado, já que havia uma previsão de ampliar o projeto para outros municípios da região, pontos que retomaremos mais adiante.

Esta experiência piloto da AJOPAM resultou na ampliação da oferta com uma turma de 35 alunos, em cada município da região, a saber, Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu e Juruena. A manutenção da escola, nesta nova configuração, ficou a

cargo da CPT e da Diocese, alguma parceria com prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios. (CPT - Diocese de Juina – anexo 07)

CURRÍCULO E FORMAÇÃO: desafios e perspectivas



Fonte: etapa de formação – aula de campo. AJOPAM. 1998.

Todo projeto de educação, seja oficial ou não, deve ter um mínimo de organização dos componentes da formação. E o elemento base que norteia que tipo de formação será oferecido aos sujeitos é o currículo.

Segundo Pedra (2000), *“o currículo sustenta-se em representações sociais presentes na cultura na qual teoria e prática se realizam, sendo um modo pelo qual a cultura é representada e reproduzida no cotidiano das instituições escolares”* (p. 12ss). Mesmo que se procure nos documentos da EAT, não encontraremos uma definição de currículo ou mesmo de educação. Dessa forma, podemos

nos deparar com uma proposta de formação que chamaríamos de educação popular, todavia, no 'projeto', tais questões não aparecem de forma explícita. Nas entrevistas com Dorcina Oliveira, coordenadora da escola, isso aparece com mais clareza:

“a gente procura assessores com perfil mais popular, que tenham facilidade em lidar com o pessoal simples que não tenha muita instrução, alguns são quase analfabetos, ai se a linguagem for muito difícil eles não entendem e desistem do projeto. Graças a deus temos tido sorte na escolha dos assessores. Essa escolha se dá com base no conhecimento que a gente tem das pessoas, uns são daqui, outros de Cuiabá, de Cáceres, de Rondônia. Da CPT, do Projeto Pe Ezequiel, veio gente de vários lugares e entidades” (entrevista realizada em 2004).

Certas deficiências de projetos dessa envergadura podem ser resultados de pouca experiência, de ordem pedagógica, já que tais entidades não contam com um profissional que se dedique a esta tarefa em tempo integral, qual seja, construir, em conjunto com a direção da entidade, uma proposta mais fundamentada. Como enfocado anteriormente, a intenção da entidade era criar uma função com um técnico que estudasse e fosse responsável por atividades mais específicas da formação, todavia, as questões práticas têm sido priorizadas ao longo do tempo. Essa falta não desqualifica o projeto, por certo algumas limitações permanecem.

O grande desafio da organização dos trabalhadores da região era implementar inovações tecnológicas que, ao final do processo produtivo, resultasse em melhoria da qualidade de vida e no aumento da renda familiar. Isto era um desafio, pois desde o surgimento do município, os agricultores encontravam, entre si e o consumidor final, duas situações distintas: 1- um terceiro elemento popularmente chamado de *atravessador* que, inicialmente, comprava

o produto na fonte da produção e, em seguida, mediante aplicação de uma taxa de até 70%, a depender do produto, vendia ao consumidor final; 2- ou produtor vendia sua safra ao governo pelo preço mínimo⁵⁷. Geralmente a venda era realizada na Cooperjuína (Altir Peruzzo, ex secretário de agricultura).

O currículo da EAT foi pensado para dar aos seus alunos/as uma formação tal que pudesse, ao final do curso e aplicando as técnicas e ações sugeridas pelos técnicos/professores/especialistas de cada área, aumentar o valor agregado no final de sua produção.

Cabe deixar claro então, que a formação oferecida pela AJOPAM aos seus alunos, era uma formação técnica, pois tinha como objetivo principal qualificar o trabalho para que o produto pudesse agregar valor no momento da venda, mas, concomitantemente proporcionava reflexão acerca da participação dos cidadãos no processo político, na organização dos trabalhadores, colaborando, inclusive, para sua qualificação e inserção no mundo da política via legislativo e ou executivo municipal. Para possibilitar tal formação, o currículo foi estruturado em blocos de disciplinas que facilitasse certa flexibilidade para cada etapa de estudo, uma vez que a escola dependia da disponibilidade de parceiros que atuavam como assessores para conduzir as aulas. Assim, cada etapa se organizava, prioritariamente, conforme a estrutura que apresentamos a seguir:

⁵⁷ Preço mínimo era a garantia que o governo federal oferecia aos produtores rurais para assegurar as condições mínimas de venda dos produtos. Tal iniciativa sempre foi duramente criticada pelos agricultores, uma vez que esta política vinha desacompanhada de uma política agrária e de infra-estrutura na zona rural. Essa política de preço mínimo tinha pelo menos um ponto positivo e um negativo. O positivo era a garantia de um preço mínimo para o produto, todavia o valor do cheque só era liberado depois de 10 ou 15 dias; o lado negativo aparecia quando o produtor ia vender sua safra a um terceiro que, embora pagasse a vista, na maioria dos casos o preço era menor do que o mínimo fixado pelo governo.

Estudos regionais:

Análise de conjuntura

Estrutura e história da sociedade

Êxodo rural

Políticas públicas

Relações de gênero

Agricultura na Amazônia

Tipos e manejo de solos

Culturas perenes

Culturas anuais

Enxertia

Compostagem, adubação verde

Agricultura orgânica

Horticultura – Ecologia

Fruticultura

Silvicultura

Sistemas agroflorestais

Educação ambiental

Estudos de impactos ambientais

Administração e economia agrícola

Administração rural

Zoneamento da terra

Aproveitamento e industrialização de frutas

Comercialização de produtos florestais

Associativismo e cooperativismo

Sindicalismo e política

Criações e instalações rurais

Indústria caseira

Apicultura

Minhocultura

Piscicultura

Zootecnia

Melhoramento genético

Balanceamento de rações

Alimentação alternativa para animais.

Fonte: projeto da EAT e anexo 07. AJOPAM. 1997.

Este conjunto de disciplinas não tem uma distribuição fixa ao longo dos anos, pois a escola depende da disponibilidade dos assessores para cada período de aulas e, como estão previstos possíveis contratempos, já que a disciplina em si não é a principal preocupação da secretaria da escola, mas da assessoria, pois dela depende o sucesso dos trabalhos de cada disciplina, por isso, se um assessor tem contratempos para determinada data, a coordenação, já previamente, tem uma segunda disciplina com seu respectivo assessor 'à disposição' para cobrir o imprevisto ou a ausência.

Concebendo a EAT como uma escola técnica, de formação e qualificação para o trabalho, percebemos que as premissas básicas do currículo oculto da escola, não nega a formação humanista, claro que com as devidas ressalvas por não ser uma instituição que faz parte do sistema oficial de ensino. A EAT quer ser uma proposta de resistência se contrapondo, inclusive, à formação do ensino médio e da escola agrícola da região. Mas quer construir, também, o consenso entre os trabalhadores sobre outra concepção de relação homem-natureza.

A IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA



Fonte: etapa de formação. AJOPAM. 1999.

Como o projeto foi pensado com objetivo de qualificar-formar os/as trabalhadores/as, a remuneração destinada aos agentes que fariam o papel de professores/as não despertava nenhum grande atrativo. Neste sentido, a AJOPAM sempre procurou parcerias com pessoas ligadas aos movimentos sociais e comprometidas com a organização/capacitação/formação dos/as agricultores/as. Assim, os recursos destinados ao pagamento destes profissionais cobriam apenas deslocamento, alimentação, hospedagem e material pedagógico necessário à disciplina em questão.

Para o quadro de professores, foram convidados os seguintes profissionais:

**QUADRO DOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHARAM
NO PROJETO DE FORMAÇÃO DA ESCOLA**

Professor	Formação	Área em que atuou	Entidade
Silbene Santana	Assistente Social	Associativismo e cooperativismo;	CPT - MT
Iremar Antonio Ferreira	Historiador	Estrutura e história da sociedade;	CIMI - RO
Eliseu Riscaroli ⁵⁸	Pedagogo	Relações de gênero; modos de produção e história da sociedade	UNIVAG
João Ivo Puhl	Agrônomo	Êxodo rural e políticas públicas;	UNEMAT
Gilson Nascimento	Agrônomo	Administração rural, silvicultura;	EMPAER - MT
Itacir Secco	Agrônomo	Tipos de solo, impactos ambientais, zoneamento da terra;	
José H. de Oliveira	Apicultor	Apicultura	CPT - RO
Francisco A. Sobrinho	Agrônomo	Enxertia e solos	Projeto Pe Ezequiel - RO
Marione Costa	Produtor Rural	apicultura	Projeto Pe Ezequiel - RO
Jorge D. Souza	Produtor Rural	apicultura	Projeto Pe Ezequiel - RO
Antonio Celso	Agrônomo	Culturas perenes e anuais	
Gean C. Figueira	Agrônomo	Minhocultura, agricultura orgânica	Amigos da Terra
Carlos G. Soria	Engenheiro Florestal	Adubação verde, compostagem	SAMA - Juína
Fernando F. de Moraes		Horticultura, fruticultura, silvicultura	Escola Agrícola - Juína
Altir A. Peruzzo	Técnico agrícola	Êxodo rural, sistemas agro	SAMA - Juína

⁵⁸ Foram duas assessorias no projeto: uma com o tema "Relações de gênero" na turma de Juína, no ano de 1999; a outra, nos municípios de Colniza, Juruena e Brasnorte com o tema "Modos de Produção e História da sociedade", no ano de 2001.

		florestais	
Luiz Carlos	Agrônomo	Industrialização e comercialização	Autônomo
Nelson Borges	Agrônomo	Projetos e financiamentos	NERU - UFMT

Fonte: arquivo da AJOPAM. 2002.

A escolha dos/as professores/as para colaborarem no projeto se deu em virtude de duas questões básicas: sua qualificação na área/disciplina em questão e seu compromisso com os movimentos sociais. Pedagogos, assistente social, agrônomos, engenheiros florestais, historiador, advogado e sindicalista com experiência em organização e formação foram alguns dos convidados para assessorarem a escola. (informações coletadas na AJOPAM)

No processo de formação a AJOPAM contava com apoio de algumas entidades como a Igreja Católica, Prefeitura Municipal, na gestão do partido dos trabalhadores, Fundação Estadual do Meio-Ambiente, Comissão Pastoral da Terra, entre outros. A parceria se concretizava de diferentes formas, uns, oferecendo assessoria, outros, espaço físico para a realização das atividades e outros, ainda, contribuindo com alimentos, passagens e material didático, visto que num determinado estágio do processo a verba não foi suficiente para a conclusão dos trabalhos, como inicialmente prevista, todavia a formação foi concluída, conforme estipulado no projeto.

A ESCOLHA DOS/AS ALUNOS/AS

Para fazer parte do grupo de alunos da EAT, era preciso preencher alguns requisitos: ser indicado pela comunidade rural onde o interessado residisse; ter mais de 16 anos, ser alfabetizado, comprometer-se em freqüentar todas as etapas de estudo/formação, demonstrar interesse pelas questões sociais, comprometer-se em

realizar o repasse das técnicas, metodologias e informações obtidas na EAT para a sua comunidade.

RELAÇÃO DOS ALUNOS CONCLUINTES DA EAT

Nome	Idade	Escolaridade Em 2005	Atividade atual	Município
Ademar R. de Carvalho	58	5ª série	Agricultor	Juína
André Furtado*	25	2º grau	Funcionário público	Juína
Antonio Almeida	39	4ª série	Agricultor	Juína
Antonio Carlos Moreira*	23	8ª série	Agricultor	Juína
Antonio Correia Castro	40	6ª série	Agricultor	Juína
Antonia Mesquita Coelho*	25	2º grau	Funcionário pública	Juína
Antonio Munhoz Sanches	47	2º grau	Vereador	Juína
Aristides Ribeiro Pimenta	41	8ª série	Agricultor	Juína
Cirilei Bandeira	33	2º grau	Agricultora	Juína
Delci Cladir	42	8ª série	Agricultora	Cotriguaçu
Dorcina Rosa de Oliveira*	38	Universitária	Técnica da AJOPAM	Juína
Edinalva A. Magalhães Bastos*	38	2º grau	Funcionária pública	Juína
Edivino Dias*	22	2º grau	Funcionário público	Juína
Fabio Cristóvão*	21	8ª série	Agricultor	Colniza
Francisco Francelino Vieira	37	2º grau	Agricultor	Juína
Helena de Jesus Moreira	52	7ª série	Agricultora - STR Cotriguaçu	Cotriguaçu
Ivanor Danielli*	25	2º grau	Agricultor	Brasnorte
Ivone Avelino Chimit	28	Universitária	Professora	Juína

José Amorin de Oliveira	54	1º grau	Vereador	Cotriguaçu
Julio Rosa	40	1º grau	Agricultor	Juína
Leonir Costa	26	2º grau	Construtor	Juína
Luis Gonzaga Evangelista	43	1º grau	Agricultor	Castanheira
Maria Marta Moreira*	18	2º grau	Agricultora	Juína
Mauricio Gallan Flor*	22	2º grau	Agricultor	Juína
Miguel Koop	25	1º grau	Agricultor	Juruena
Paulo da Silva	28	2º grau	Agricultor	Juína
Ricardo Voltoline*	21	2º grau	Agricultor	Juruena
Rony Peterson G. da Silva*	22	2º grau	Agricultor	Juína
Sonia Cristina	50	2º grau	Conselheiro Tutelar	Cotriguaçu
Tercilio Bagatin*	38	2º grau	Agricultor	Juína
Terezinha Browm	53	1º grau	Agricultora	Brasnorte
Valdecir Jose Carpeggiani	41	2º grau	Agricultor	Aripuanã
Vanderley de Urzedo Gonçalves	39	1º grau	Agricultor	Castanheira
Vera Lucia*	22	2º grau	Agricultora	Juína
Welis Paulo	45	1º grau	Agricultor	Juína

* alunos que retomaram os estudos, após a conclusão da formação na EAT. Assim, a indicação de escolaridade apresentada no quadro não é aquela da data de ingresso na escola.

Fonte: dados fornecidos pela coordenação da EAT. AJOPAM. 2002.

Dos trinta e cinco alunos da EAT que concluíram o curso, quatorze deles retomaram seus estudos, nos diferentes graus e com as seguintes justificativas:

“sempre quis fazer uma faculdade, fiz o vestibular mas não deu certo. Agora, apareceu esse curso de Serviço Social a distância, não era bem o que eu queria, mas...” (Dorcina R. Oliveira. Entrevistada em 2004/5).

“ahhh... o estudo é muito importante, parei um tempo porque na zona rural não tinha segundo grau. Depois, vim indicada pela comunidade pra participar da escola da AJOPAM, daí conheci meu atual marido, depois casamos, voltei pra escola e terminei o segundo grau. Fiz o concurso na prefeitura e agora sou funcionaria publica” (Vera Lucia. Entrevistada em 2005).

“eu voltei a estudar no curso da AJOPAM, na escola dos agricultor, aí a gente viu que faltava muito, então falei pro Valdemar que ia fazer o segundo grau na Alternativa⁵⁹, ele não gostou muito mas... depois, como a gente não tinha terra própria, resolvi fazer o concurso na prefeitura” (Edinalva Bastos. Entrevistada em 2005).

Este é um dos lados da questão educacional resultante da EAT: alunos retornando à escola para concluir etapas de sua educação, interrompida por diversas situações. A outra ação resultante das contradições do sistema oficial e suas lacunas foi a elaboração e execução do Projeto Rural, numa parceria entre secretaria municipal, AJOPAM, escola Alternativa e SEDUC. Assim, como os recursos disponíveis para a contratação de professores eram insuficientes a coordenação compreendia que uma questão

⁵⁹ Escola de Suplência vinculada na estrutura da Secretaria Estadual de Educação que mantém turmas regulares de suplência. O ensino fundamental (1ª a 4ª series) é cursado em tempo presencial por dois anos, assim como o período de (5ª a 8ª series); já o ensino médio (1ª a 3ª) é cursado num período de 03 semestres.

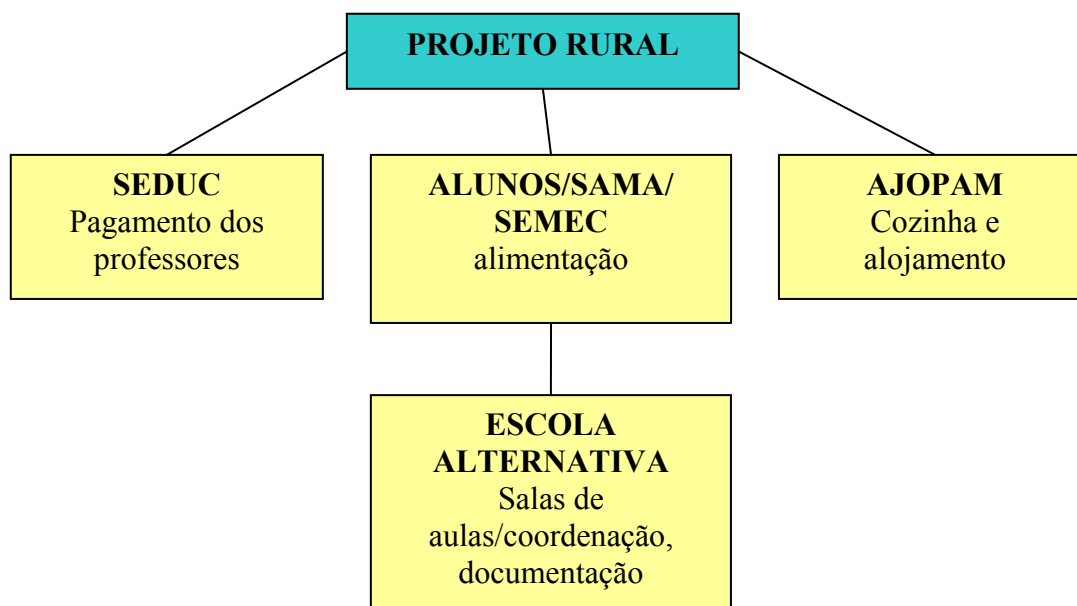
fundamental era a qualidade do curso, os/as alunos/as também tinham sua parcela de contribuição pelo desenvolvimento dos trabalhos em cada etapa de formação. Serviços como limpeza de alojamento, sanitários, e parte da alimentação era atribuição destas/as. Ao receber a convocatória para o módulo de estudos, cada aluno/a recebia também o pedido de colaboração de víveres ou outro produto disponível em sua chácara, sítio, para enriquecer o cardápio.

Todas as tarefas eram de responsabilidade dos/as alunos/as do curso, exceto a preparação da alimentação, fato que tomava certo tempo e todos compreendiam que não era recomendável ausência durante as aulas, teóricas ou práticas. Aí se admitiu o pagamento de uma cozinheira para tal atividade. Somente em uma etapa houve a presença de um homem nesta tarefa.

À medida que o curso se delineava, os assessores e a coordenação da escola foram detectando dificuldades dos alunos, algumas passíveis de serem sanadas: outras que demandariam a retomada dos estudos por parte dos alunos. Assim, a coordenação da EAT, junto com a direção da Escola Alternativa, elaboraram um projeto (PROJETO RURAL⁶⁰) que foi encaminhado à SEDUC para autorizar o funcionamento de um processo de escolarização diferenciado para jovens e adultos da zona rural. O projeto funcionou de 1999 a 2004 e atendeu a cerca de 250 alunos.

⁶⁰ Segundo Sandra Alves e Marialda Correa o projeto RURAL foi uma parceria com AJOPAM e Secretaria Municipal para atender uma demanda reprimida dos jovens a adultos da zona rural do município, fato de conhecimento público conforme atesta os dados do quadro da pagina 72, explicitando o índice de analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais. Por outro lado, a escola da AJOPAM impulsionou para que a idéia fosse concretizada e com isso cerca de 250 pessoas foram atendidas pela Escola Alternativa que compõe a rede estadual de ensino. Vale salientar que a escola Alternativa é uma escola que atende a população com defasagem idade/série onde o aluno cursa o equivalente a duas séries em um ano.

ORGANOGRAMA DE FUNÇÕES DO PROJETO RURAL



Fonte: quadro elaborado pelo autor, a partir das informações dos depoimentos de Dorcina Oliveira (AJOPAM) e Sandra Alves (Escola de Suplência Alternativa).

Com esta atribuição de competências, o projeto se desenvolveu de modo satisfatório, dando oportunidades a cerca de 200 jovens para o término de seus estudos.

Assim, compreender o processo de formação dos trabalhadores requer, em certos momentos, alguma atenção mais focalizada, pois as mulheres também estão presentes e, se a participação delas nos processos produtivos remonta às discussões de Marx (2002), as questões teóricas sobre gênero e desenvolvimento sustentável são bastante recentes, começaram a florescer nos anos de 1970. Assim, abordar o trabalho de mulheres relacionado ao desenvolvimento sustentável requer que se mencionem muitas limitações. Dentre estas, tem-se a questão da degradação do solo em virtude do desmatamento; as queimadas que, na maioria das vezes, é o único recurso para o pequeno camponês preparar sua roça; a escassez de água, devido à falta de conscientização das populações, a utilização de herbicidas nas grandes plantações que se destinam a

abastecer, principalmente, os mercados da Europa. Da necessidade de organização dessas guerreiras, surge, por volta de 1980, o movimento das quebradeiras de coco babaçu, como forma de protesto pela ocupação das terras pelos fazendeiros (Almeida. 2005).

Os impasses vividos pelas mulheres têm implicações nos contextos familiares, como bem revela Simonian (1993), em um estudo sobre a família, nas áreas de fronteira Amazônia. Nesta direção, a pouca diferença na realidade vivida, seja por cerca de 300 mil mulheres que estão envolvidas na atividade de quebrar o coco de babaçu nos estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, seja na agricultura familiar no MT, elas tinham e têm ainda dois desafios: o primeiro, a relação com a natureza e o segundo, com os fazendeiros. O primeiro por estar diretamente ligado à sua sobrevivência; o segundo, pelas condições de trabalhadoras diaristas nos cafezais, no canavial, ou nas atividades domésticas pouco reconhecidas pela parcela masculina, de cunho privado ou público.

Assim, a vida no campo ou na floresta depende de uma negociação contínua, seja entre os membros da família, seja entre os grupos de extrativistas e aqueles que querem a terra para negócio, para lucrarem ou mesmo para servir de camuflagem às práticas ilegais, como trabalho escravo. Esta última luta ganhou visibilidade nos chamados empates⁶¹. Mesmo assim, as mulheres da Amazônia brasileira estão dando um novo colorido às lutas e desnudando as inúmeras facetas da exploração que o capital impõe às mulheres – indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, camponesas, afro-descendentes, prostitutas, entre outras.

⁶¹ De acordo com Simonian (2000), empate é uma ação sócio-política que visa impedir o desmatamento da floresta, especificamente dos seringais, organizados em fins de 1970, sob a liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e de Xapuri.

De toda forma, os traços colonizadores do Tocantins, Maranhão, Pará, Goiás e Mato Grosso, mesmo apresentando características diferenciadas, têm, também, traços comuns. Independente da época de colonização, estes estados foram ocupados/colonizados para suprir a avidez dos bandeirantes pelas riquezas da região. Com eles, veio o gado e, com isso, a ocupação de grandes áreas para as fazendas foi empurrando os posseiros e indígenas para o sertão e, mais tarde, expulsando uns para as cidades e confinando outros em reservas. Aqueles que permaneceram no campo se depararam com uma segunda situação de desconforto: a chegada da modernização agrícola e a mecanização de milhares de hectares de terras na região Centro-Oeste e em alguns estados da região norte como Rondônia e Tocantins (ata N. 01/97 da aula inaugural da EAT). Além disso, nos anos de 1990, emerge, na região, a problemática ambiental, região deixa de ser 'reserva da biodiversidade' do país para ser a reserva de toda humanidade (Schweickardt. 2003).

CAPITULO III



Fonte: etapa de formação da EAT. AJOPAM. 1998.

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filosofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

Gramsci (1979)
Os intelectuais e a organização da cultura

A formação do trabalhador na fronteira

Esta passagem de Gramsci é fundamental para compreendermos o processo de construção da AJOPAM e da escola. Embora reconheça que esta seja uma forma “menos” elaborada de pensar, o autor não a descarta, ressalta a importância de passos seguintes para a formação do intelectual orgânico que, de certa forma, estava implícito nas atividades da EAT, ao analisar a formação do trabalhador, todavia tal processo é importante, inclusive, para compreender a idéia da AJOPAM como algo maior do que apenas uma mera associação e, no interior dela, pessoas como José Vieira que desenvolvia o papel de intelectual orgânico da entidade. Assim como Vieira, outros personagens como Dorcina, Eloi, Altir são o que Gramsci chamaria de *“um grupo de intelectuais que nasce no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si certos membros que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político”* (2001. p. 15).

Assim, um projeto que quer ser o elo entre os trabalhadores e a construção de uma consciência de classe que, aos poucos vai dando consistência, por meio de ações e reflexões que rompam com os moldes rígidos da escola tradicional, mas que continuem transmitindo, com veracidade, uma série de *“conhecimentos”* previamente esboçados e sistematizados por especialistas (Hurtado. 1992. p.43). Deve ter, sobretudo, uma concepção e um compromisso de classe e se dá dentro de uma perspectiva política. Assim, a educação popular não é apenas oferecer cursos para homens e mulheres esporadicamente. Essa educação foi a preocupação da escola da AJOPAM, *“fazer com que o homem do campo conheça melhor os recursos naturais e as alternativas existentes, conscientizando-o seu dever na preservação do meio ambiente, recuperação do solo, promovendo o desenvolvimento*

sustentável e formando nele uma idéia de política agrícola consciente das limitações do momento” (anexo 07).

Questões pedagógicas do projeto PACA e da Escola.

Os desafios para empreender o processo de formação, não apenas do trabalhador, mas do ser social, constitui-se na tensão entre o subjetivo e o objetivo (Silva Jr. & Gonzáles. 2001). Assim, a condição primeira é estabelecer as diretrizes éticas, pedagógicas e políticas do processo formativo. Diferentemente do que temos visto, o processo formativo que tem como eixo o ser social não pode priorizar a educação como valor econômico (Saviani, 2002). Nesse sentido, o trabalho é a condição de humanização do homem e não o fim do processo pedagógico. A formação deve ter, como objetivo central, a socialização do conhecimento sistematizado, de modo que os setores desvalidos da sociedade usem-no como instrumento para a luta contra as desigualdades e para a participação no processo de transformação social (Silva *apud* Saviani 2003).

Entendida como sujeito que produz riqueza por meio de sua prática social fomentadora de valores de uso (Silva Jr. 2001), a formação dada ao trabalhador deve priorizar uma forma de compreensão da realidade que retome a função da escola, no âmbito de formação, não apenas como espaço para o emprego (Gentili, 2002), até porque, contraditoriamente ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das engrenagens da produção, o número de postos de trabalho/emprego é cada vez menor. A lógica do processo formativo, em vez de priorizar a tecnificação em relação a vagas no mercado de trabalho e com isso acarretando problemas quanto as especialidades, deveria, antes, ocupar-se da formação de cultura geral, humanista que equilibre, de modo justo, o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (Gramsci. 2001. p. 33).

Implantar um projeto da envergadura deste que a AJOPAM se propôs não se constitui numa tarefa das mais fáceis. Inicialmente, é necessário fazer todo um processo de convencimento dos trabalhadores rurais, pois muitos já haviam participado de cooperativas em seus municípios nos seus estados (PR, SP MG, BA) de origem, não tendo bons resultados no processo, daí uma certa desconfiança em se incorporar numa nova demanda.

Para isso, foi necessário que os diretores do sindicato fizessem, durante o ano de 1986, um período de conscientização das necessidades e vantagens de se organizar os trabalhadores. Foram cerca de 50 reuniões nas comunidades rurais para preparar a criação da AJOPAM, em 1991. (conforme entrevista com José Vieira, em 1997 e vídeo de 2001).

O projeto PACA consumiu duas semanas de elaboração discussão e digitação. Num final de semana, realizou-se uma assembléia da AJOPAM para submeter o referido projeto à aprovação. É claro que em situações que demandam mais estudo e convencimento, sempre surgem os descontentes. Aqueles que no estado do Paraná haviam trabalhado com maracujá, soja, frutas cítricas, etc., não entendiam o porquê que esta cultura não poder ser incorporada ao projeto, *“Mais tarde com o desenvolvimento do projeto, fomos aprendendo que o solo, embora parecesse muito com de lá, não tinha a mesma composição, os tratos culturais exigiam novas técnicas e a gente achava que sabia de tudo (Antonio Sanches - ex aluno da EAT)”*. O trabalho de conscientização pode ter um ponto de partida, um fato inicial, dificilmente um final, uma conclusão, já que, como seres históricos, conhecedores das limitações e das condições materiais, o processo de formação conclusiva pode soar como dúbio é fato, porém, que tal processo de formação não pode ficar a mercê do espontaneísmo, apenas para lembrar Makarenko (2001) ou Gramsci (1995). Aos poucos, algumas resistências foram

sendo debeladas e outras foram surgindo, conforme o depoimento a seguir.

“achei a escola fundamental. A gente tinha uma idéia até boa mas faltava uma política. Antes a gente pensava que podia desmatar tudo, as arvores nascem em outros lugares mesmo... usava veneno pra tudo. Quando houve as aulas de manejo do solo, que foi muito boa, aprendemos que o veneno fura o bolso e a saúde” (Vera Lucia – ex aluna da EAT).

De forma geral, os trabalhadores têm muita resistência às novas metodologias de cultivo e tratamentos culturais. A experiência lhes convenceu de que, se durante muitos anos sua prática deu resultados, não é necessário mudar. A escola foi, aos poucos, mostrando as incoerências do cotidiano agrícola.

A questão de gênero na AJOPAM e na EAT.

Inicialmente, nossa hipótese sobre a inserção das questões de gênero no projeto PACA e na EAT era de que, tal categoria de discussão e suas relações, nos diferentes espaços ou grupos de trabalhadores/as, foi incorporado aos projetos mais por imposição dos organismos financiadores do que pelo convencimento dos próprios associados. É claro que os movimentos sociais vêm reivindicando tal política, desde os anos 1980, mais especificamente alguns sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores. Embora as mulheres tenham sido sempre parte integrante da força de trabalho nas lidas com o gado, nas plantações e na colheita, nas fábricas, este trabalho sempre foi visto apenas como uma ajuda e não uma atividade que rende mais valia ao final, do processo produtivo. Compreender o trabalho delas apenas como ajuda mascara o processo de emancipação dos próprios trabalhadores, uma

vez que elas não são contadas como alguém que trabalha e tem salário, descaracterizando, por exemplo, os dados dos censos quando apresenta a mulher como “do lar”. Este foi o primeiro desafio dos próprios trabalhadores: convencer-se de que sua esposa, filha, companheira é também uma trabalhadora que deve ser reconhecida socialmente.

Mesmo que esta hipótese tenha se configurado como a mais provável, aos poucos, mulheres e homens foram percebendo que a questão, dentro do movimento de organização, não era meramente de metodologia.

Ao dar organicidade às atividades do projeto, novas perspectivas foram incorporadas pelos alunos da escola:

1-Retomada dos estudos – a observação pode ser feita no quadro das páginas 104 a 106 em que, cerca de 33% dos alunos da EAT retomaram os estudos, seja para concluir o ensino fundamental ou médio;

2-Ingresso na universidade – 03 ex alunos da EAT ingressaram em cursos universitários, como pedagogia, serviço social e gestão de saúde coletiva;

3-Criação de novas turmas da EAT em outros municípios – este foi um dos principais desafios da AJOPAM e reivindicação dos municípios que compõem a região noroeste. Depois da primeira experiência e conclusão do curso realizado em Juína, a pedido dos sindicatos e das lideranças locais, a CPT e a AJOPAM projetaram o desenvolvimento do projeto de EAT com turmas específicas em cada um dos sete municípios da região (Aripuanã, Juruena, Juína, Cotriguaçu, Castanheira, Colniza, Brasnorte), exceto Rondolândia que integra a turma de Colniza. Cada nova turma é composta de 35 alunos.

4-maior reconhecimento do trabalho das mulheres e garantia da sua participação na direção das entidades – outro desafio tem sido compreender e pôr em prática novas relações, no que diz

respeito à questão de gênero. Um agravante em relação a isso foi a própria postura da igreja como entidade secular e a interpretação dada ao texto bíblico, contraditoriamente, foi esta mesma igreja que, na região Noroeste, incentivou e apoiou a organização, criação e implementação de projetos cujo objetivo era ampliar os conhecimentos dos trabalhadores, sejam eles praticantes da fé católica – em alguns casos há luteranos participando, como por exemplo, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e um dos expoentes do processo de criação e organização da AJOPAM e da própria EAT, sejam na promoção das atividades de redirecionamento e reflexão sobre sua atuação no meio em que vivem. (Conforme entrevistas realizadas em 2004).

Segundo Iremar Ferreira, assessor da EAT,

“A preocupação em envolver homens e mulheres foi fundamental, já que ambos são os sustentáculos da agricultura familiar, não se pode privilegiar o homem em detrimento das mulheres só porque imaginamo-las mais ‘frágeis’. Esse processo de convencimento também foi necessário na coordenação da AJOPAM, aos poucos fomos percebendo que elas estavam dispostas a construir uma nova relação sócio-produtiva” (entrevista concedida em 16/08/04).

Essa preocupação com a participação da mulher de forma mais direta nos movimentos sociais, para além das reivindicações de escola, creche e postos de saúde nos bairros, muito fortemente estudado nos anos de 1980/90 (Sader, 1988; Gohn, 1995 e 1997.), nas esferas de cunho de elaboração e implementação de políticas públicas, sobretudo na atuação em direções de entidade de classe, espaço público de atuação, vem ganhando força no pós 1990 (Bresciani, 1989; Fonseca, 2000; Carvalho & Pereira, 2003.). Inicialmente, nos movimentos sociais, alguns de forma muito difusa, outros, acentuadamente numerosos, em termos de participação de mulheres, como as associações de bairro, movimentos por escola e

creche; mais tarde, aparece a questão das cotas nas direções de partidos e sindicatos de esquerda. Com a crescente discussão em relação aos recursos do meio ambiente, ONG's e agências financiadoras começam a exigir que parcelas dos recursos disponibilizados para os projetos sejam alocados para atividades de formação ou qualificação; emprego e geração de renda de mulheres (Castro & Abramovay, 1997; Faria & Nobre, 1997; Brumer, 2004).

Dificuldades na implantação da AJOPAM e da EAT

Dificuldades segundo a AJOPAM:

A organização dos trabalhadores, para atingir objetivos comuns, tem se revelado numa tarefa, por vezes, árdua. Inicialmente é preciso reeducá-los no sentido de perceberem que alguns objetivos individuais precisam ser colocados à margem, quando se quer implantar algum projeto de cunho coletivo. Esta, por certo, tem sido a etapa mais difícil no processo de organização dos trabalhadores, em Juína, já que o sistema que os rodeia inunda seu cotidiano com informações e estratégias que vislumbram o indivíduo e não o grupo. Essas observações já eram feitas por Marx há mais de 150 anos, no manifesto do partido comunista.

Embora o processo educativo seja uma tarefa de longo prazo, ele depende, em grande parte, das estratégias que o movimento adota, ao propor um determinado projeto. Neste sentido, a AJOPAM tem demandado esforço, no sentido de adotar uma pedagogia que considere as defasagens de escolarização dos trabalhadores, mediante prática de formação que minimize as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, sobretudo das mulheres; a valorização social e econômica dos produtos produzidos pela AJOPAM; maior atenção em pontuar e alocar recursos nos programas de custeio, financiamento e apoio a projetos para a agricultura familiar.

Embora estas sejam questões de política pública muito importante, outras, de cunho mais localizado e técnico, estão na agenda do dia como:

- dificuldades no manejo do guaraná (*Paulinia cupana*) devido à falta de sombra e alto custo para fazer cobertura, assim se faz necessário convencer os agricultores da (re) educação sobre a questão do não desmate; do uso de inseticidas; da adoção da adubação orgânica, mesmo que isso alongue o tempo e o trabalho com tratamentos culturais na lavoura;
- dificuldades de reproduzir as mudas de castanheira devido a pouca percentagem de germinação e a pouca resistência nos primeiros meses de vida das mudas;
- dificuldade de adoção da adubação verde, uma vez que os agricultores se mostram resistentes a esta técnica, possivelmente por estarem acostumados às facilidades com o uso de herbicidas e outros agrotóxicos;
- falta de estudos e de pesquisas sobre as diferentes culturas e sua inserção nos projetos de colonização criados e implementados em diferentes micro-regiões da Amazônia;
- falta de instrumentos para realizar controle e acompanhamento dos projetos de forma mais seqüenciada e cujos dados sejam de fácil acesso e compreensão dos trabalhadores;
- distância entre a AJOPAM e determinadas propriedades (até 80 km) devido a não existência de asfaltamento, conservação das estradas vicinais dificultado, sobretudo no período de outubro a abril quando o índice pluviométrico é muito elevado e exige um maior controle para obter maior produção com qualidade viável ao mercado consumidor;
- grande número de famílias dificulta o acompanhamento mais individualizado nas diferentes etapas dos projetos uma vez que as famílias que compõem o PACA, o PRO-AMBIENTE, são oriundas de diferentes regiões do Brasil, assim, trazem, em sua bagagem cultural, outros costumes e práticas agrícolas, nem sempre adaptáveis à região amazônica.

Fonte: entrevista com Jose Vieira e Altir Peruzzo, em 1997; entrevista com Dorcina Oliveira, Vanderlei Urzedo e Vera Lucia e Antonio Sanches, em 2004.

Dificuldades apontadas pelos alunos:

Para os alunos da escola, a oportunidade de participar de tal projeto foi uma experiência sem precedentes. Muitas barreiras foram superadas para que ela se concretizasse. De início, poucos tinham idéia dos desdobramentos que, no futuro, o projeto e a escola teriam, já que o mais importante era se qualificar, enquanto grupo que pudesse ser multiplicador das técnicas aprendidas durante as etapas de estudo e aplicação. Todavia, durante o percurso de formação, outros municípios foram demonstrando interesse na implantação de uma turma da escola, desse modo, o processo de formação foi exigindo da coordenação da EAT, da CPT e dos próprios alunos, maior dinamicidade como forma de atender a uma demanda reprimida que, em tese, poderia ser assumida pelos órgãos do governo de assistência e cooperação técnica, como as secretarias de agricultura, EMPAER, entre outras. Depois de concluído o curso, começa-se a perceber, já nas novas turmas, que uma preocupação aparece nas conversas entre uma etapa e outra: o não reconhecimento da escola pela secretaria de educação, seja ela estadual ou municipal. (conforme entrevistas com: Dorcina Oliveira, Antonio M. Sanches, Edinalva Bastos, realizadas em 2004).

É bem verdade que a defasagem idade série e o desnivelamento inicial dos alunos que chegam não podem ser desconsiderados. Como um dos requisitos para ser admitido é ser alfabetizado, no grupo, encontramos pessoas com 2ª série primária até nível médio completo. De fato, isso cria uma grande dificuldade de colocar todos em pé de igualdade, se adotarmos o padrão do sistema oficial. Nisso, a observação da coordenação em relação ao tipo de metodologia utilizada nas aulas tem seu peso, “uma

metodologia que seja popular, que atenda às necessidades dos alunos”, conforme consta do regimento em anexo.

Uma outra questão que alguns alunos apresentaram, como parte de certas dificuldades diz respeito à diferença de idade entre os/as alunos/as. Na primeira turma, havia alunos com 17 anos e alunos com 65 anos. De fato, no início da conversa, se admite que essa desproporção seja uma dificuldade, depois, com o passar das etapas, eles mesmo verificam que essa troca de informações não se constituiu no principal problema, ao contrário, a experiência dos mais idosos serviu de parâmetro, inclusive, para avaliar se as técnicas dos anos 50/60 ainda tinham viabilidade na agricultura moderna, para os projetos que muitos estavam desenvolvendo.

De forma geral, limitações do/no projeto, segundo a avaliação dos alunos, podem ser categorizadas:

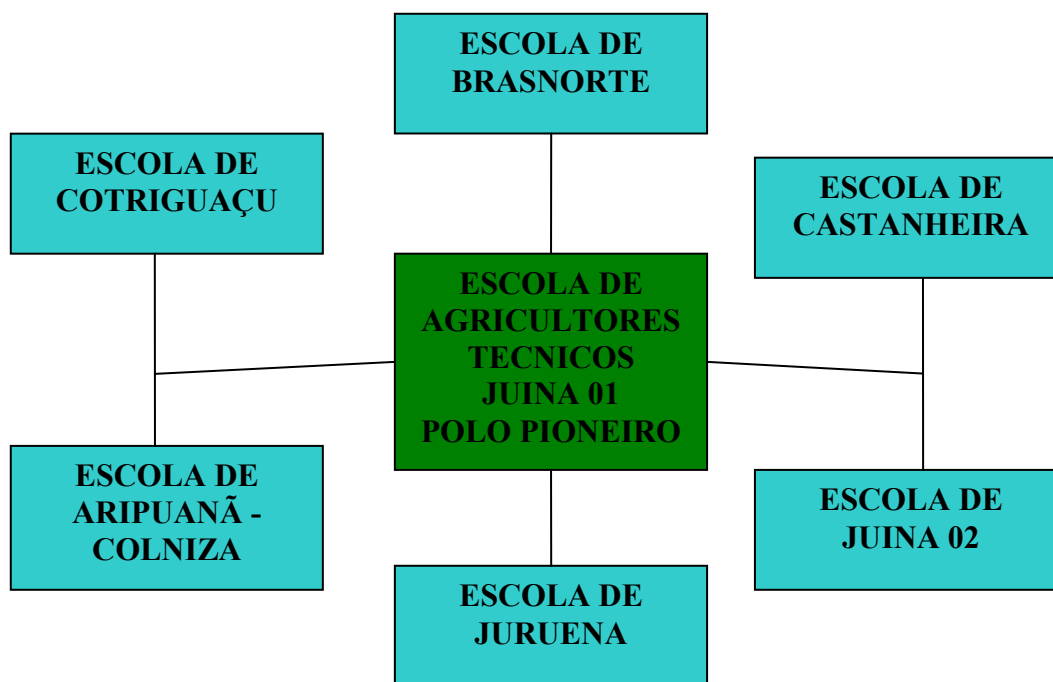
- disparidade etária que dificultaria aos assessores a escolha de uma metodologia, considerando a possibilidade de toda a turma ter um nível padrão de escolarização;
- não reconhecimento da formação oferecida pela EAT pelo órgão competente do sistema educacional;
- falta de financiamento para a formação, em outras instancias/instituições. Dos alunos da EAT, dois jovens foram selecionados para ingressarem na escola Agrotécnica Federal de Cáceres – MT, devido ao seu desempenho e às perspectivas futuras;
- mesmo sendo um requisito, a alfabetização funcional foi apontada por muitos como um limitador para a compreensão dos textos oferecidos pelos assessores, provocando certo desânimo em determinados momentos, por parte daqueles que apenas sabiam “assinar e ler o próprio nome”, todavia, o trabalho da coordenação tentou, com todas as limitações do momento, assegurar o mínimo de compreensão sobre o tema.

Fonte: dados levantados a partir das entrevistas com os ex alunos da EAT, com a coordenadora Dorcina e com o assessor Iremar. 2004.

Além disso ...

Após a implantação da EAT em Juína, do relativo sucesso que o projeto vem tendo ao longo de seu percurso, a idéia se expandiu, como já observamos anteriormente. Sendo avaliado pelo Ministério do Meio Ambiente como um dos 20 melhores projetos em desenvolvimento no Brasil, os sindicatos dos municípios da região reivindicaram a criação de turmas específicas. Assim, a CPT organizou e tem gerenciado essa nova fase.

ESTRUTURA DA FASE DOIS DA EAT – AMPLIAÇÃO



 **Pólo pioneiro, primeira fase. 1997 – 1999.**

 **Ampliação do projeto. 2001 -2003.**

Fonte: quadro elaborado a partir da entrevista com Dorcina e Edinho da CPT.

Mesmo com a ampliação do projeto e as limitações já apontadas em diferentes âmbitos, mesmo que mais restritos à atuação da AJOPAM ou da EAT, outros fatores devem ser considerados, independente de serem locais, dentre eles:

- pouca atenção à dimensão de gênero, uma vez que em 30% das famílias brasileiras, as mulheres são suas provedoras exclusivas (Abramo, 2004). Logo, os diagnósticos sobre educação, saneamento, pobreza e habitação devem mensurar tal fato e incorporá-lo nas proposições das políticas públicas;

- financiamento de pesquisas envolvendo questões de gênero, ainda que modesto por parte das agências oficiais de fomento como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Fundações das Universidades, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; e ultimamente a Secretaria de Políticas Especiais para as Mulheres da Presidência da República;

- política dúbia em relação à agricultura familiar, pois, segundo dados do IBGE (apud Alentejano. 2000. p. 7), 400 mil pequenos estabelecimentos rurais desapareceram nos 2 primeiros anos do governo FHC, assim como 1 milhão de empregos assalariados rurais. Isso dá a dimensão da crise e do absurdo de se falar de “*negocio rural*” ou “*negócio familiar rural*” como realidade dominantes no campo brasileiro.

Por fim, mesmo com a intenção de fortalecer a agricultura familiar, esta mesma política desmontou o aparato estatal de pesquisa e extensão rural, comprometendo ainda mais a operacionalização do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, criado em 1999. Todavia, a lei que define políticas para esse setor do campo só foi assinada em junho de 2006. (anexo 06)

Resta saber até quando as políticas de governo farão vistas grossas, tanto em relação à capacitação/formação técnica dos trabalhadores do campo, como em querer compará-los aos grandes

produtores rurais, além de conceber o mercado, espaço final da produção de ambos, como algo neutro e não afetado pelas relações sociais (Alentejano. 2000.).

Embora sabendo que *"a política fundiária do governo atual não tem se limitado a redistribuição e à regularização da posse da terra, como pedem os opositores, mas tem se orientado, pela primeira vez na história da república, no sentido de fazer da reforma agrária um procedimento institucional que reconhece e assegura o lugar social e institucional da agricultura familiar na sociedade e na economia"* (Martins. 2000.), as demandas têm se mostrado aquém da capacidade do governo em avançar além das medidas compensatórias, seja para a educação, para a agricultura familiar ou para a distribuição da renda.

Caberá aos movimentos sociais retomarem sua capacidade de mobilização e organização para colocar, na ordem do dia, as reais condições de produção, educação, saúde, previdência. Aliás, talvez seja a previdência a única novidade no campo, já que este recurso tem sido fonte complementar de renda de muitos trabalhadores que, após dezenas de anos de trabalho, vivem a espera do dia definido pelo INSS para receber seu *"saldo"* e, com ele, amealhar uns poucos bens ou pagar algumas contas, já que a produção familiar não consegue suprir todas as carências da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de compreender as relações sociais na Amazônia enquanto espaço de trabalho que funda o mundo dos homens, coloca a todos aqueles que querem estudá-la, para além de uma porção geográfica que desperta interesse das nações mais ricas ou mesmo de grupos dentro dela. É preciso lembrar sempre que, entre o trabalho e a totalidade social, há um complexo mediador, a reprodução social (Lessa. 2001).

Neste espaço de fronteira, talvez mais do que em qualquer outro, o poder econômico dos donos de terra se associa ao poder político e estes ao poder jurídico (Silva. 2004); trabalho e natureza figuram como mero adereço na reprodução de tais práticas. Aqui, a terra não diz respeito apenas ao espaço geográfico, mas, também simbólico, e a natureza é para o camponês um prolongamento do humano, um complemento indispensável à sua vida. Para o grande proprietário, é apenas uma fonte de exploração para aumentar sua riqueza (Fernandes & Cavalcante. 2006).

Ao realizar a luta pela terra como parte da mística, o camponês encontra elementos de fé e de ação prática que fortalece sua esperança e desejo de, pelo trabalho na terra, reorganizar sua vida, depois de várias migrações (Balduino. 2001). Assim, este homem se transforma, historicamente, por meio do trabalho e das relações que constrói.

Para compreender e superar os obstáculos de *terra de ninguém*, falta de infra-estrutura, degradação sistemática do meio ambiente, da subserviência do poder político e jurídico ao poder econômico, os trabalhadores se organizam para propor e reivindicar ações governamentais e para estudar, pois:

“na educação do homem (...) o essencial consiste em torná-los aptos a reagir adequadamente a eventos e

situações imprevisíveis, novas, que apresentar-se-ão mais tarde em suas vidas. Isto significa duas coisas: primeiro que a educação do homem – no sentido lato – na verdade não é jamais totalmente concluída. A sua vida, se se dá o caso, pode terminar numa sociedade de caráter totalmente distinto, com exigências que são completamente diversas daquela para as quais a educação em sentido estrito havia preparado (...) o motivo nos força a fazer algumas observações sobre a educação no sentido estrito é, acima de tudo, mais uma vez, elucidar o erro, hoje difundido, segundo o qual será peculiaridade biológica que faria o homem se desenvolver mais lentamente como exemplar autônomo de sua espécie (...) se hoje nas fábricas não trabalham mais crianças, como no século XIX, não é por razões biológicas, mas pelo desenvolvimento da indústria e sobretudo pela luta de classe (Luckás *apud* Silva Jr & Gonzalez. 2001).

Como diz Mészáros (2005), mais do que fornecer conhecimentos e pessoal necessário à maquinaria produtiva do sistema capitalista, percebemos que a AJOPAM-EAT adotaram como princípio basilar de seu processo educativo-organizativo aquele que tenta combinar o espírito criativo do sujeito com a capacitação necessária para fortalecer a luta em torno da defesa do meio e seu uso racional.

Por certo, o conceito que precisa ser revisado pelos diferentes grupos que vivem das atividades ligadas ao campo e à floresta é aquele que considera *área florestada* como sinônimo de área improdutivo. A cultura amazônica precisa assimilar que as florestas podem produzir e ajudar a produção agrícola. Os camponeses foram educados a destruir a terra e muitos ainda tentam viver em função da crise permanente (Brunetto. 2003). Nossa sorte é

que agora esse fato foi percebido e começamos a caminhar no sentido inverso, contra a cultura imediatista do lucro eminente.

Para o camponês, essa educação informal, de formação sindical, ecológica como a oferecida pela EAT tem grande importância, todavia, ele não descarta a outra possibilidade, pois, como disse Gramsci (1979), *“o camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode se tornar intelectual (sobretudo padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com outros senhores”*. Se ter um filho padre foi, em outras épocas, uma perspectiva para muitas famílias de camponeses, na atualidade, com a universalização do ensino, o anseio passou a ser por mais anos de estudo, vislumbrando, se possível, um título universitário, embora também tais famílias reconheçam a precariedade da qualidade da educação ofertada pelo sistema já discutida por Gentili (2001), Saviani (2002), Demo (2003), Libâneo (2005) entre outros.

É bem verdade que, nos tempos atuais, os pais já não exercem tanta influência sobre os jovens e, mesmo que haja conflitos entre gerações, a tarefa de educar os jovens continua sendo uma tarefa dos mais velhos, a grande questão é aquela posta pelo pensador sardenho: *“a escola deve lutar contra o folclore contra todas as sedimentações tradicionais de concepções de mundo adaptando-se para poder dominá-las,... a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares para criar o homem atual à sua época”*. O desafio tem se colocado para a EAT: sem perder a esperança de, no trabalho com a terra, construir este homem atual capaz de reagir frente às intempéries da vida.

A proposta da EAT, no seu projeto pedagógico, mesmo com as ressalvas feitas e as que ficaram na intenção, encontram respaldo em Mészáros (2005), ao observar: *“nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação,*

expressa na frase: *'aprendizagem é a nossa própria vida'*, pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente porque estes processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada".

Assim, poderemos compreender que certas explicações dos camponeses sobre fatos de sua vida, mesmo com fundo mítico ou religioso, recupera certos elementos da cultura já que ela é parte do currículo da escola (Neto. 2000). Todavia, a cultura hegemônica trata valores, crenças e saberes do campo, ou de maneira romântica, ou de maneira despectiva, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, daí que o modelo oficial queira impor ao campo saberes e valores urbanos como se os elementos do campo pertencessem a um passado que deve ser esquecido ou superado (Arroyo. 1995).

De toda forma, a educação, entendida como o conjunto de atividades humanas, presentes nos confrontos dos sujeitos entre si e destes com a objetividade, funciona como mediação entre indivíduos e sociedade, e o trabalho, como momento fundante da reprodução do ser social, entendido como a união entre indivíduo e sociedade.

A continuidade da luta dos trabalhadores por escola, saúde, estradas, preços e políticas para o campo é a estratégia mais próxima destes homens e mulheres que, por vários anos, ou mesmo décadas, cruzaram o país, em busca de um espaço para viver, alimentar seus sonhos, plantar sementes: de arroz, de feijão, de café, de hortaliças, mas, também, sementes de justiça para os assassinatos de trabalhadores e índios; de coibição do trabalho escravo nas fazendas do MT, PA, TO; sementes de esperança de verem seus filhos concluírem seus estudos e serem, mais do que qualquer outra coisa, cidadãos dignos de lutar pela Amazônia, pela terra, pela reforma

agrária, pelo direito de desfrutar da condição de trabalhador, mesmo que sem posse.

Então, ao reivindicar uma formação mais técnica que lhes possibilite agregar valor ao produto do seu trabalho, não é demérito, pelo contrário, é uma compreensão necessária para num passo futuro, reivindicar para si e seus filhos o direito e garantia de acesso ao capital cultural e simbólico (Bourdieu. 2002) que somente as classes mais abastadas têm usufruído, seja porque as atividades 'práticas', o trabalho manual ocupa todo o tempo dos trabalhadores; seja porque o sistema de ensino, deliberadamente, restringe este acesso às classes populares para garantir a permanência e usufruto dos regozijos da cultura erudita ou como diria Bourdieu, da 'boa cultura' àqueles que detém o poder, real ou simbólico, das coisas e ou bens culturais.

Se o percurso para garantir o acesso a estes recursos é uma formação de cunho técnico, sem abrir mão da luta por um ensino formal com certeza a AJOPAM vai fazê-lo, as vezes mais limitado a depender das condições históricas que os diferentes personagens que atuarem no ato. Cremos que a associação tem dado uma contribuição fundamental na região Noroeste de MT, não apenas pelo projeto PACA, pela EAT, mas, sobretudo pelo processo de formação humana dirigido aos trabalhadores, capacitando-os, educando-os e qualificando-os política e culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Abramo, Lais. Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. Nota Técnica. IPEA. 2004.

Alentejano, Paulo. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre. São Paulo. N. 15. 2000.

Almeida, Alfredo Wagner B. Neto; **Joaquim**, Shiraishi; **Martins**, Cyntia Carvalho. Guerra Ecológica nos Babaçuais: O Processo de devastação das Palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís. Lithograf. 2005.

Almeida, Maria I. M. de. Masculino/feminino: tensão insolúvel. Sociedade brasileira e organização da subjetividade. Rio de Janeiro. Rocco. 1996.

Albornoz, Suzana. O que é trabalho. São Paulo. Brasiliense. 2004. Coleção primeiros passos.

Americano do Brasil. Pela História de Goiás. UFG. 1980.

Antunes, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo. Cortez/EdUnicamp. 1999. 6ª ed.

Arendt, Hannah. A Condição Humana. Trad: Roberto Raposo. Rio de Janeiro. Forense universitária. 2001.

Arroyo, Miguel et al. Trabalho e Conhecimento – dilemas na educação do trabalhador. São Paulo. Cortez. 1995.

Balduino, Tomás. A ação da Igreja Católica e o Desenvolvimento Rural. Revista Estudos Avançados. V. 15 N. 43. São Paulo. 2001.

Barbosa, Ycarin M. Conflitos Sociais na fronteira amazônica – o projeto rio formoso. Campinas/Goiania. Papyrus/Elge. 1996.

Becker, Berta K. Programa Nacional de conhecimento e uso da biodiversidade amazônica. In: Seminários Temáticos para a 3ª conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência e Tecnologia. N. 20. 2005.

_____. Amazônia – geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro. Garamond. 2004.

Bosi, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo. Cia das letras. 1992.

Bourdieu, Pierre. Escritos de Educação. Org e trad: Maria Alice Nogueira & Afrânio Catani. Petrópoli. Vozes. 2002.

Brandão, Carlos R. O Afeto da terra – imaginários, sensibilidades e motivações... Campinas. EdUnicamp. 1999.

Brandão, Antonio S. P; **Rezende**, Gervásio. C; **Costa Marques**, Roberta. W. Crescimento agrícola no período 1999-2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. IPEA. Rio de Janeiro. 2005.

Brasil. Estatuto da Terra. (Org) Pinto, Antonio L. de T. & Windt, Cristina dos S. São Paulo. Saraiva. 2002. 17 ed.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil. Estudos da Amazônia: avaliação de vinte projetos PDA. Centro de informação, documentação ambiental e editoração Luís Eduardo Magalhães. Brasília. 2004.

Breton, Binka Lê. Vidas roubadas – a escravidão moderna na Amazônia brasileira. Trad. Maysa Monte Assis. São Paulo. Loyola/CPT. 2002.

Brito, Daniel C. de. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia. Revista Ambiente e Sociedade. Campinas. N. 08. 2001.

Brumer, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas. Florianópolis. 12 (1). 2004.

Brunetto, Egidio. Função socioambiental da terra: reforma agrária e meio ambiente. In: Reforma agrária e meio ambiente. Esterici & Talles do Valle (org). Instituto Socioambiental. São Paulo. 2003.

Bruschini, Cristina. & Pinto, Céli R. Tempos e lugares de gênero. São Paulo. FCC/Ed. 34. 2001.

Campos, Ginez, L. R de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo. Ediupf. 2001.

Cardoso, Jose S. Mato Grosso em foco. Cuiabá. Guiapress. 1989.

Castoriadis, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Trad: Guy Reynaud. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1982.

Castro, Mary G; **Abramovay**, Miriam. Gênero e Meio Ambiente. São Paulo. Cortez/UNICEF. 1997.

Castro, Jorge A. de. & **Duarte**, Bruno de C. Panorama da educação nos estados que compõem a Amazônia legal. (texto base). Rio de Janeiro. IPEA. 2002.

Catani, Denise B. [et al.] Docência, memória e gênero. São Paulo. Escrituras. 2003.

Carvalho, João. C. de. Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza. Edufac. 2005. Série teses.

CELAM. Conclusões da III Conferência geral do Episcopado Latino Americano. 1979.

Coelho, Maria. C. N; **Simonian**, Ligia. & **Fenzl** Norbert. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. Belém. Cejup-UFPA-NAEA. 2000.

Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo – Brasil 2005. Coordenação: Antonio Canuto; Cássia R. da Silva Luz; José Batista. Goiânia. 2006.

Conceição, Manuel da. Essa terra é nossa. Petrópolis. Vozes. 1980.

Da Matta, Roberto. Relativizando uma introdução a antropologia social. 3ª ed. Rio de Janeiro. Rocco. 1997.

Demo, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. São Paulo. Papirus. 2003.

_____ Educação e Qualidade. São Paulo. Papirus. 2003.

Denardi, Reni Antonio. Agricultura Familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre. V. 02 N. 03. 2001.

D'Incao, Maria. C. O bóia-fria: acumulação e miséria. Petrópolis. Vozes. 1983.

D'Incao, Maria A; **Álvares**, Maria L. & **Santos**, Eunice F. Mulher e modernidade na Amazônia. Presidente Venceslau. Letras a margem. 2001.

Durkheim, Emile. Da divisão social do trabalho. Trad: Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

Engels, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Trad: Leandro Konder. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1995.

Esterci, Neide & **Valle**, Raul S. T. do. Reforma Agrária e Meio Ambiente. Brasília. ISA. 2003.

Faria, Nalu; **Nobre**, Miriam. Gênero e Desigualdade. São Paulo. Cadernos sempre viva. 1997.

Fernandes, Bernardo M. & **Cavalcante**, Matusalém. Formação territorial, agro-negócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. Revista Nera. N. 08. 2006.

Ferreira, Eudson de C. Posse e propriedade Territorial – a luta pela terra em Mato Grosso. Campinas. EdUnicamp. 1986. Série Teses.

Figueira, Ricardo R. Condenados à escravidão. In: Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia. CPT/Loyola. 1999.

Fragoso, João & **Gouveia**, Maria de F. O antigo regime nos trópicos. Civilização Brasileira. 2001.

Fregapani, Gelio. Amazônia – a grande cobiça internacional. Brasília. Thesaurus. 2000.

Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1994.

Fonseca, Tânia M. G. Gênero subjetividade e trabalho. Petrópolis. Vozes. 2000.

Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro. Fondo de cultura. 1964.

Garzon, Luis Fernando N. Madeira no leilão do grande capital: quem disse que o futuro tem preço? Carta capital. Nov. 2006.

Gentili, Pablo; **Silva**, Tomaz T. Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis. Vozes. 2001. 9 ed.

Gramsci, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1979.

_____ Cadernos do cárcere. Trad: Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001. V. 04.

_____ Concepção dialética da história. Trad: Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 10 ed. 1995.

Gritti, Silvana M. Educação Rural e capitalismo. Passo fundo. UPF. 2003.

Grzybowski, Candido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis. Vozes/Fase. 1990.

Guanzioli, Carlos E. Reforma agrária e globalização da economia – o caso do Brasil. FAO/INCRA. 1998.

Hegel, George W. F. Princípios da Filosofia do Direito. Trad: Orlando Vitorino. São Paulo. Martins Fontes. 1997.

Hesíodo. Os trabalhos e os dias. Trad: Mary de C. Neves Lafer. Iluminuras. 2002.

Hirata, Helena. Nova divisão sexual do trabalho. Trad: Wanda Caldeira Brant. São Paulo. Boitempo Editorial. 2002.

Hurtado, Carlos N. Educar para transformar, transformar para educar. Trad: Romualdo Dias. Petrópolis. Vozes. 1992.

Ianni, Otavio. O mundo do trabalho. In: A reinvenção do futuro. (Org) Marcos C. Freitas. Bragança Paulista. USF/IFAN. 1999.

Kolontai, Alexandra. A Nova mulher e a moral sexual. Trad: Tatau Godinho. São Paulo. Expressão Popular. 2000.

_____ Um grande amor. Trad: Luciana M. S. Sellos. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. s/d.

Lafargue, Paul. Direito a preguiça. Trad: Otto Lamy de Correa. Claridade. 2003.

Leal, Victor N. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1997.

Lênin, Vladimir I. La emancipación de la mujer. Havana. Editora Ciências Sociales. 1977.

Levi-Strauss, Claude. Tristes trópicos. Trad: Rosa D'aguiar. São Paulo. Cia das letras. 1996.

Libâneo, José C. Pedagogia e Pedagogos, para que? São Paulo. Cortez. 2005.

Lombardi, Jose L; **Saviani**, Dermeval & **Sanfelice**, Jose L. Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas. Autores associados/Histdbr. 2002.

Makarenko, Anton. A pedagogia na revolução. Trad: Cecília da S. Luedemann. São Paulo. Expressão popular. 2002.

Mayo, Peter. Gramsci, Freire e a educação de adultos - possibilidades para uma ação Transformadora. Trad: Carlos A. S. N. Soares. Porto Alegre. Artmed. 2004.

Manacorda, Mario. A. Princípio educativo em Gramsci. Trad: William Lagos. Porto Alegre. Artes Médicas. 1990

Mato Grosso - Seplan. Anuário Estatístico de Mato Grosso - 2004. Cuiabá. Seplan. Central de Texto. 2005.

Martins, José de S. Caminhada no chão da noite - emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo. São Paulo. Hucitec. 1989.

_____ O poder do atraso - ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo. Hucitec. 1994.

_____ Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis. Vozes. 1995.

_____ Fronteira - a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec. 1997.

_____ A escravidão nos dias de hoje e as ciladas de interpretação. In: Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia. CPT/Loyola. 1999.

Martins, Paulo E. M. A reinvenção do sertão: organização social e poder na comunidade do Belo Monte (Canudos, 1893 - 1897). EAESP/FGV. (Tese Doutorado). 1999.

Marx, Karl. A origem do capital - a acumulação primitiva. Trad: Walter S. Maia. São Paulo. Global. 1989. Coleção bases.

_____. Manuscrtos econômicos e filosóficos. Trad: Alex Martins. São Paulo. Martins fontes. 2002.

Marx, Karl. **Engels**. Friedrich. Textos. São Paulo. Edições Sociais. V. 2 e 3. s/d.

Massi, Marina. Vida de mulheres – cotidiano e imaginário. Rio de Janeiro. Imago. 1992.

Melo, Orlinda C. Alfabetização e trabalhadores – o contraponto do discurso oficial. Campinas. Edunicamp. 1997.

Mendes, Armando. A invenção da Amazônia. UFPA. Belém. 1974.

Mészáros, Istvan. Educação para além do capital. Trad: Isa Tavares. São Paulo. Boitempo. 2005.

Mill, Stuart. A sujeição das mulheres. Trad: Débora Ginza. São Paulo. Escala. Coleção grandes obras do pensamento universal. 2005.

Moreira, Antonio F. (Org) Currículo – questões atuais. Campinas. Papyrus. 1997. Coleção Magistério.

Muraro, Rose M. Libertação sexual da mulher. Petrópolis. Vozes. 1971.

Nesptad, Daniel & **Almeida**, Oriana L. A Amazônia no caminho da transição agrícola mundial – é possível usar as forças do mercado para reduzir os impactos ecológicos e sociais negativos da expansão da agropecuária industrial? IPAM. Belém. 2005.

Nosella, Paolo. A escola de Gramsci. São Paulo. Cortez. 2004. 3ª ed.

_____. Os novos desafios para a educação popular no Brasil. In: A reinvenção do futuro. (Org) Marcos C. Freitas. Bragança Paulista. USF/IFAN. 1999.

Oliveira, Ariovaldo U. Violência e barbárie: a grilagem de terra no Brasil. In: conflitos no campo 2005. Goiânia. CPT. 2006.

Passos. Carlos A. K. A Amazônia na nova economia. MMA. Brasília. 2001. Relatório preliminar.

Paris, Carlos. O animal cultural – biologia e cultura na realidade humana. Trad: Marly de A. G. Vianna. São Carlos. EdUFSCar. 2002.

Pedra, José A. Currículo, conhecimento e suas representações. Campinas. Papyrus. 1997.

Pena, Maria V. J. Mulheres e Trabalhadoras – presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

Pereira, João M. M. A política agrária contemporânea do banco mundial – matrizes políticas, base intelectual, linhas de ação e atualização estratégica. Rio de Janeiro. 2005.

Perrot, Michele. Mulheres, operários excluídos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Pistrak. Fundamentos da Escola do Trabalho. Trad: Daniel Aarão dos Reis Filho. São Paulo. Expressão popular. 2001.

Platão. A República. Coleção Os Pensadores. São Paulo. Nova Cultural. 2004.

Prado Jr. Caio. A Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo. Brasiliense/Publifolha. 2000.

Puhl, João I. O tempo do grilo: posseiros na gleba São Domingos 1979 – 1983 – a luta pela terra no vale do Guaporé 1970 – 1990. (Dissertação de Mestrado em História). Cuiabá. UFMT. 2003.

Reis, Arthur C. F. A Amazônia e a integridade do Brasil. Brasília. Senado Federal. 2001.

Ribeiro, José D. Terra e garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização de Alta Floresta – MT (1978-1993). (Dissertação de Mestrado em História). Cuiabá. UFMT. 2001.

Riscarolli, Eliseu. Educação, liderança e consciência política de mulheres camponesas. Cuiabá. 1998. (dissertação de mestrado).

_____. O trabalho das quebradeiras de coco e a modernização tecnológica. UFPA/NAEA. 2005. (no prelo)

Rosaldo, Michelle Z. & **Lamphere**, Louise. A mulher, a cultura, a sociedade. Trad: Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1979.

Russell, Bertrand. Elogio ao ócio. Trad: Pedro J. Jr. Rio de Janeiro. Sextante. 2002.

Vieira, Ima. C. G; **Ferreira**, Leandro. V. & **Homma**, Alfredo K. O. SBPC Programa de C&T para recuperação de áreas alteradas no arco do desmatamento da Amazônia. Belém. 2006. (relatório final).

Saviani, Nereide. Saber escolar, currículo e didática – problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas. Autores Associados. 2003.

Sautchuk, Jaime; **Carvalho**, Horacio M; **Gusmão**, Sergio B. Projeto Jarí – a invasão americana. Ed. Brasil debates. São Paulo. 1979.

Schneider, Robert. Amazônia sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Trad: Tatiana Correa. Brasília-Banco Mundial. Belém. 2000.

Schneider, Sergio. Teoria social, agricultura familiar a pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 18 N. 51. 2003.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. N. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

Silva, Maria A. de M. A luta pela terra: experiência e memória. São Paulo. Unesp. 2004.

Silva Jr, João R. & **González**, Jorge L. C. Formação e trabalho – uma abordagem ontológica da sociedade. São Paulo. Xamã. 2001.

Simonian. Ligia T. L. Mulheres da floresta amazônica – entre o trabalho e a cultura. Belém. UFPA/NAEA. 2001.

Siqueira, Elizabeth M. História de Mato Grosso – da ancestralidade aos nossos dias. Cuiabá. Entrelinhas. 2002.

Sobrinho, Pedro V. C. Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental. São Paulo. Cortez/UFAC. 1992.

Souza-lobo, Elizabeth. A classe operaria tem dois sexos – trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Brasiliense. 1991.

Steiner, João E. Conhecimento: gargalos para um Brasil no futuro. Estudos avançados. N. 20. 2006.

Tassigny, Mônica M. Educação e Trabalho – dimensão ética e perspectiva ontológica. s/d.

Tedesco. João C. Contratualização e racionalidade familiar. In: Agricultura Familiar – realidades e perspectivas. Passo Fundo. EdIUPF. 2001.

_____ (org) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo. EdIUPF. 2001.

Teixeira, Luciana. O sentido da colonização na Amazônia mato-grossense. Mimeo. s/d.

Tozoni-Reis, M. F. de C. Educação ambiental: natureza, razão e história. Campinas. Autores associados. 2004.

Trindade Jr, Saint-Clair. C. A Amazonia e a dimensão humana de sua geografia. Mimeo. s/d.

ANEXOS

- 01 - LEI N. 4.456/82 CRIAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUINA;**
- 02 - ATA DE FUNDAÇÃO DA AJOPAM;**
- 03 - BOLETIM INFORMATIVO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE - MATERIA SOBRE AJOPAM;**
- 04 - ATA DE INSTALAÇÃO DA DIOCESE DE JUINA;**
- 05 - LEI N. 11.326/06 QUE FIXA DIRETRIZES PARA A POLITICA DE AGRICULTURA FAMILAR;**
- 06 - REGIMENTO DA ESCOLA DE AGRICULTORES TECNICOS;**
- 07 - FOLDER INFORMATIVO DA AJOPAM E DO PROJETO PACA;**
- 08 - RELATORIO DE AVALIAÇÃO DO PDA.**

ANEXO 01

Acervo do Instituto Memória do
Poder Legislativo de Mato Grosso
Sr. José Catarina Martins Brandão
Secretaria do Poder Legislativo



DEP. OSCAR RIBEIRO
D.O. 10.05.1.982

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº 4.456 DE 09 DE MAIO DE 1982.

Cria o Município de
JUÍNA, com sede na lo-
calidade do mesmo no-
me, desmembrado do
Município de Aripua-
nã.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do
Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Município de JUÍ-
NA, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do
Município de Aripuanã, passando a denominar-se cidade.

Parágrafo Único - O Município criado é cons-
tituído de dois distritos: o da sede e de Fontanillas.

Artigo 2º - O distrito de sede, Juína, cria-
do pela Lei nº 4083, de 10 de julho de 1979, modificado pe-
la Lei nº 4296, de 26 de maio de 1981, passa a ter os se-
guintes limites: começa na foz do rio Iquê no rio Jurue-
na; subindo pelo rio Iquê até o Salto Joaquim Rios, ponto
de referência do limite interestadual com o Estado de Ron-
dônia; deste ponto por uma reta à foz do igarapé Pesquei-
ro, no rio Tenente Marques; pelo qual desce, até o rio Ca-
pitão Cardoso; por este abaixo, até sua desembocadura no
rio Roosevelt; prosseguindo por este, até a foz do rio Ja-
cutinga; pelo qual sobe, até a cabeceira principal, daí
por uma linha seca até a cabeceira mestra do rio Amarelo;
descendo por este, até sua foz no rio Aripuanã; pelo qual
sobe até a desembocadura do rio Guarantã; pelo qual sobe,
até sua cabeceira principal; deste ponto por uma linha até

Acervo do Instituto Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso

Sr. Césarina Martins Brandão
Secretária do Poder Legislativo

a cabeceira do ribeirão do Encontro; pelo qual desce até o rio Vermelho; descendo pelo rio Vermelho, até encontrar a ponte da rodovia municipal de Aripuanã; daí pela referida rodovia, no sentido de Fontanillas, até encontrar o marco 47, da fazenda Sumaré; deste ponto com o rumo de 89º30'NE, numa distância de 6.700 metros, chega-se no marco 46 da referida fazenda, deste ponto por uma reta de 18.000 metros aproximadamente, com o rumo de 191º16'SE, até a margem do córrego Barroso; por este córrego abaixo, até sua barra no rio Juína-Mirim; subindo por este até sua mais alta cabeceira; deste ponto por uma linha reta, até a barra do rio Iquê, no Rio Juruena, ponto de partida.

Artigo 3º - O Distrito de Fontanillas, que tem como sede a Vila de Fontanillas, criado pela Lei nº 3764, de 29 de junho de 1976, passa a ter os seguintes limites: partindo da barra do rio Iquê, no rio Juruena, por este abaixo, até a foz do ribeirão Tucunã; por este acima, até sua mais alta cabeceira; daí por uma reta à nascente do rio Presidente Médici ou Furquim, pelo qual desce até a sua barra do rio Aripuanã; pelo rio Aripuanã acima, até a barra do rio Garantã; pelo qual sobe até a sua nascente principal; daí por uma reta, até a nascente do ribeirão do Encontro; pelo qual desce até sua foz no rio Vermelho, por este abaixo, até encontrar a ponte da rodovia municipal de Aripuanã; daí pela referida rodovia, no sentido de Fontanillas, até encontrar o marco 47 da fazenda Sumaré; deste marco, com o rumo de 89º30'NE, numa distância de 6.700 metros, chega-se ao marco 46 da referida fazenda; deste ponto por uma reta de 18.000 metros aproximadamente com o rumo de 191º16'SE, até a margem do córrego Barroso; por este córrego abaixo, até sua barra no rio Juína-Mirim; subindo por este, até sua mais alta cabeceira; deste ponto por uma linha reta até a barra do rio Iquê, no rio Juruena, ponto de partida.

Artigo 4º - Os limites do Município de Juína, englobando seus dois distritos, são os seguintes: começa na foz do rio Iquê, no rio Juruena; subindo pelo rio

Acervo do Instituto Memória do
 Poder Legislativo de Mato Grosso
 Sr. José Catarina Martins Brandão
 Secretário do Poder Legislativo

Iquê, até o Salto Joaquim Rios, ponto de referência no li-
 mite interestadual com o Estado de Rondônia; deste pon-
 to por uma reta à foz do igarapé Pesqueiro, no rio Tenente
 Marques, pelo qual desce, até o rio Capitão Cardoso; por es-
 te abaixo, até sua desembocadura no rio Roosevelt, pros-
 seguindo por este, até a foz do rio Jacutinga, pelo qual so-
 be, até sua cabeceira principal; daí por uma reta, até en-
 contrar a cabeceira mestra do rio Amarelo; descendo por es-
 te, até sua foz no rio Aripuanã, pelo qual sobe, até a de-
 sembocadura do rio Presidente Médici ou Furquim; pelo qual
 sobe até a sua mais alta cabeceira; deste ponto por uma re-
 ta até a cabeceira do rio Tucunã; por este rio abaixo, até
 sua desembocadura no rio Juruena; pelo qual sobe, até a con-
 fluência do rio Iquê, ponto de partida.

Artigo 5º - Nos termos da Lei Complementar
 nº 1, de 09.11.1969, o município de Juína será instalado no
 dia 31 de janeiro de 1983, com a posse do Prefeito, Vice-
 Prefeito e Vereadores a serem eleitos a 15 de novembro de
 1982.

Artigo 6º - Enquanto não instalado o muni-
 cípio de Juína, permanecerá sob a jurisdição política e ad-
 ministrativa da Prefeitura Municipal de Aripuanã, que man-
 terá os serviços essenciais à população residente na área
 emancipada.

Artigo 7º - Todos os anos o Governo Muni-
 cipal fará realizar ato público de caráter festivo em regozi-
 jo à emancipação político-administrativa do Município, coin-
 cidente com a data de sanção desta Lei.

Artigo 8º - Mesmo com a instalação do muni-
 cípio de Juína, continuarão sendo respeitadas as disposi-
 ções contidas na Lei nº 3860, de 26 de maio de 1977.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the word 'Juína' and several illegible signatures.

Acervo do Instituto Memória do
Poder Legislativo de Mato Grosso
Sr. Isis Catarina Martins Brandão
Secretária do Poder Legislativo

data de sua publicação, revogadas as disposições em con-
trário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 09 de maio de
1982, 161º da Independência e 94º da República.

Handwritten signatures and notes:

- Amendamentos:*
- Caricatura animal*
- Requisição*
- Yace*
- only corrections*

Registrada as
fls. 77v, 78, 78v, 79,
79v, 80 do livro
competente.
cbá-07-52-87
Reixeiro

Ata Da Assembleia Geral De Fundação da Associação Central de Trabalhadores Rurais de Guina - AJOPAM

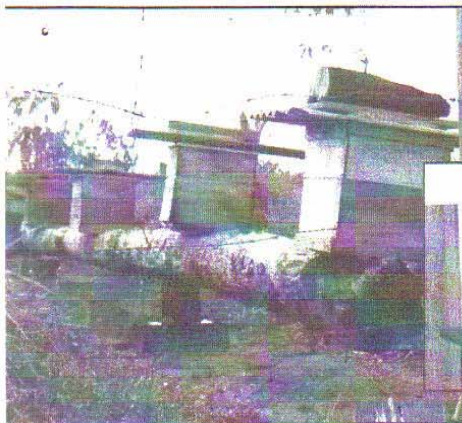
Aos dezesseis dias do mês de junho, de mil novecentos e noventa e um, no salão paroquial da Igreja matriz sagrado coração de Jesus município de Guina Estado de Mato Grosso reuniram-se em assembleia os associados de pequenas associações rurais para constituir uma Associação central de ajuda mútua, sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos. Para coordenar os trabalhos, a Assembleia escolheu, por aclamação, o senhor José Vieira que considerou a mim, Eloi Elton Dutra para ler esta Ata. Seguidamente se procedeu a leitura e discussão do Estatuto social, o qual foi feito artigo por artigo. O Estatuto foi aprovado pelo voto de todos as pessoas presentes.

No prosseguimento dos trabalhos a Assembleia procedeu a eleição dos primeiros membros da diretoria e conselho fiscal, tendo o resultado sido o seguinte: Para membros da diretoria: Presidente Antonio Leme Maganha, Secretário Eloi Elton Dutra, Tesoureiro Eugenio Vieira; para membros efetivos do conselho fiscal: João Batista, Antonio Carlos Ribeiro e Airton Felten para membros suplentes Agostinho Francisco Antunes, Antonio Munkes Sanchez e José dos Reis Vilela. Após a eleição e tomada de todos os membros, o presidente da mesa declarou definitivamente constituída a Associação central de ajuda mútua dos trabalhadores rurais de Guina com administração e sede no município de Guina Estado de Mato Grosso. Sociedade civil sem fins lucrativos

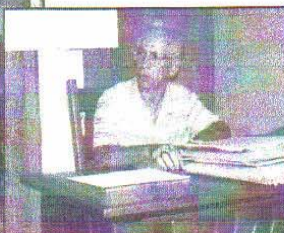
Não tendo mais nada a tratar, esta após li
e aprovada será assinada por mim secretário
os membros eleitos e demais presentes. Em Tem,
Onde se de Associação de ajuda mútua: de - de
Associação Rural Guineense organizada
na ajuda mútua (Ajopam) Secretário &
Elton Patrício, António José Magalhães, Eugénio Vieira,
Agostinho J. Antunes, Gilberto Pereira, António Mendes Sane
José dos Reis Vilela, José Vieira Nivaldo Vazquez, Wilson
Gostrenski, Natário Moraes de Sousa, João Baptista Alberto
José Filipeiro, António Batista da Silva, João Rodrigues dos Santos
osivaldo Correia Baptista, Ailton Ricardo Felten, Vitali
Christ, Jeronímio de Paula, ————— + ————— + —————

ENTREVISTA

Bons resultados em Juína (MT)



A produção de mel (ao lado) é uma das formas de aumentar a renda familiar.



Fotos: Ricardo Russo

A Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (Central Ajopam) desenvolve, em Juína (MT), o Projeto Agroflorestal em Consórcio Adensado (Paca), instalado em uma área de 500 hectares para cultivo de café, pupunha, guaraná, urucum, seringueira, castanheira e essências florestais. Na região, onde existiram garimpos de diamante, a agricultura tradicional era praticada com a derrubada da floresta e uso intensivo da terra. Quando o solo perdia a fertilidade, uma nova área era desmatada e o ciclo de destruição recomeçava.

O gerente de projetos da Ajopam, José Vieira (foto menor), apontou as principais dificuldades encontradas para mudar este quadro e os avanços obtidos com o trabalho coletivo:

"A Central Ajopam foi criada em 1991 e reúne 22 entidades que estão discutindo a viabilidade da agricultura alternativa para o município e a região, já que estamos na Amazônia e precisamos trabalhar a preservação e a educação ambiental, além da produção familiar. Um dos resultados destas discussões é o Paca, que recebe recursos do PDA.

Este apoio permite que os agricultores envolvidos possam se organizar, realizar trabalhos coletivos e encarar com seriedade os compromissos assumidos. Com as atividades da

Ajopam, cresceu o nível de consciência dos agricultores e surge uma ansiedade na busca de novos caminhos.

O PDA tem contribuído para o sucesso do Paca e com os recursos repassados adquirimos sementes, embalagens, equipamentos, entre outros materiais para nosso trabalho. Além disto, já estamos trabalhando em conjunto com a Prefeitura Municipal de Juína.

A cada dia, cresce a credibilidade e a adesão dos que não acreditavam: em três anos, já temos 240 famílias inscritas e muitas outras querem ser incluídas no Paca. Como isto não é possível, estão surgindo plantios idênticos, feitos por conta própria.

Também existem dificuldades e uma das principais é a falta de informações mais completas sobre as culturas e o modelo de agricultura viabilizado pelo Paca. Outro problema é o período que as famílias precisam esperar (de três a quatro anos) antes do retorno financeiro, o que é muito tempo para quem vive uma situação financeira difícil.

O Paca tem contribuído para a criação de uma nova mentalidade sobre a utilização dos nossos recursos naturais, e esta mudança está acontecendo nas pessoas envolvidas direta e indiretamente no projeto."

EXPEDIENTE: Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), Gustavo Krause; Secretário de Coordenação da Amazônia (SCA), José Seixas Lourenço; Diretor de Programas e Projetos, Wanderlei Messias da Costa; Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), Luis Carlos Joels; Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), Rinaldo C. Mancin. Apoio: República Federal da Alemanha (KfW), União Européia, Rain Forest Trust Fund (RTF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Projeto BRA/93/044), Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GTZ), e Banco do Brasil. Jornalista responsável: Raimunda Monteiro (Reg. Profissional 917/DRT/PA). Produção editorial e gráfica: Bonelli Com. Ambiental e Ecoturismo Ltda.



AGENDA

PDA

Feira da Produção

A Feira da Produção Familiar Amazônica (1a. Fepam) realizada na Praça da República, em Belém (PA), de 5 a 7 deste mês, contou com o apoio do PDA. A Fepam é uma promoção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e



Amapá (Fetagri), com apoio da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri), Prefeitura Municipal de Belém, e Fórum de Organizações da Amazônia Oriental (Faor), além de outras entidades que atuam na região amazônica.

Brasil em Munique

O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) estará representado pelo PDA na Semana Brasil-Tropic/Amazônia em Munique 98, que acontece na Alemanha, de 19 a 30 deste mês. Para divulgar inúmeros projetos e oportunidades de negócios existentes na Amazônia, o PDA e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) estão organizando a participação de produtores no evento, colocando à disposição do público os produtos da região.



Para divulgar inúmeros projetos e oportunidades de negócios existentes na Amazônia, o PDA e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) estão organizando a participação de produtores no evento, colocando à disposição do público os produtos da região.

ExpoAmazônia 98

A 1a. Feira de Ecoprodutos, Tecnologias Brandas e Desenvolvimento Sustentável (ExpoAmazônia 98), promovida pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), será realizada de 25 a 29 de julho, em São Paulo. O PDA vai contribuir para a



participação dos pequenos produtores

ATA DE INSTALAÇÃO DA DIOCESE DE JUÍNA E TOMADA DE POSSE DO PRIMEIRO BISPO DOM FRANCO DALLA VALLE

15.038.011/0001-38
Juina Cartório de Registro de Imóveis e Offícios Ltda.
Juina Centro - Cap 78320-000

Aos vinte e nove dias do mês de março de hum mil, novecentos e noventa e oito, às nove horas, em solenidade realizada no átrio da Catedral Sagrado Coração de Jesus, presidida pelo Sr. Núncio Apostólico do Brasil, Dom Alfio Rapisarda, com a presença de Arcebispos e Bispos de Mato Grosso, e de outros Estados, de presbíteros e religiosos, de agentes de Pastoral e do povo em geral, o supracitado Núncio solicitou que se procedesse a leitura da Bula Papal “Ad plenius consulendum” da criação da DIOCESE DE JUÍNA e da bula “Quoniam oportet” de nomeação de DOM FRANCO DALLA VALLE como 1º Bispo Diocesano datada de 23 de dezembro de 1997, bem como a leitura do Decreto de Execução do Exmº. Sr. Núncio Dom Alfio Rapisarda.

Assim, erecta pelo Papa e, por seu delegado “ad hoc” como tal declarada e confirmada, isto é, CANONICAMENTE INSTALADA está a DIOCESE DE JUÍNA, sufragânea da Sé Metropolitana de Cuiabá/MT, munida de todas as prerrogativas, que por sua natureza, são-lhe inerentes.

I - A Diocese de Juína, como as demais do Brasil, canonicamente erecta e instalada, goza “*ipsò facto*” de PERSONALIDADE JURÍDICA, como tal reconhecida pela Legislação Brasileira, independente de Registro Civil, em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890; tem seu ESTATUTO corporificado no Código de Direito Canônico, nos termos do citado Decreto, artigo 3º; goza de IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, que lhe é assegurada pela alínea “b” do Inciso VI do Art. 150, da Constituição Federal de 1988.

II - A Diocese de Juína se rege em sua organização conforme os cânones 368 a 572 e outros do Código de Direito Canônico. Cabe ao Bispo determinar as respectivas jurisdições. Em termos jurídicos, as Paróquias se consideram FILIAIS da DIOCESE.

III - Em suas relações patrimoniais, a Diocese de Juína assina, DIOCESE DE JUÍNA ou MITRA DIOCESANA DE JUÍNA e se rege pelas leis do Direito Canônico.

IV - O Governo da Diocese de Juína é entregue ao Bispo Diocesano, escolhido e empossado segundo as leis canônicas. No exercício de suas funções, goza ele de plenos poderes para a prática de atos jurídicos, de acordo com o Direito Canônico e as Leis Brasileiras, representando a Diocese de Juína em juízo e fora dele.

V - Em caso de vacância, assumirá o Governo da Diocese aquele que for escolhido conforme o Código de Direito Canônico, com os direitos e deveres por ele demarcados.

15.038.011/0001-38

VI - O PATRIMÔNIO DA DIOCESE DE JUÍNA é constituído por bens imóveis, móveis e rendas diversas, provenientes de doações e contribuições particulares e públicas, e rendas derivadas do próprio patrimônio. Essas rendas serão aplicadas em benefício da Diocese e, eventualmente, de outras fora dela, mas sempre em território brasileiro.

VII - Sendo que a Diocese de Juína se erige em território proveniente de desmembramento do território das circunscrições das Dioceses de Ji-Paraná e de Diamantino, os bens imóveis desta, existentes no território acima citado, passarão a pertencer à DIOCESE DE JUÍNA ou a MITRA DIOCESANA DE JUÍNA, com averbação desse fato à margem das transcrições correspondentes, no Registro de Imóveis.

VIII - A Diocese de Juína é integrada pelos atuais municípios: Juína; Castanheira; Juruena; Corríguaçu, Aripuanã e Brasnorte, cujos limites são os que os referidos municípios têm agora, de acordo com a legislação civil.

IX - A Diocese de Juína só poderá ser extinta pela legítima autoridade eclesiástica. Nesse caso os bens que constituem o seu patrimônio passarão a integrar o da pessoa jurídica que a substituir, de acordo com o Direito Canônico.

X - A Diocese de Juína tem sede e foro nesta cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

Juína/MT, 29 de março de 1998.

Alfio Rapisarda
Dom Alfio Rapisarda
Núncio Apostólico do Brasil

Bonifácio Piccini
Dom Bonifácio Piccini
Arcebispo de, Cuiabá/MT

Antônio Possamai
Dom Antônio Possamai
Bispo de Ji-Paraná

Agostinho Kist
Dom Agostinho Kist
Bispo de Diamantino

Franco Dalla Valle
Dom Franco Dalla Valle
Bispo de Juína/MT

Paulo De Conto
Dom Paulo De Conto
Pres. Do Regional Oeste 2

Demais Autoridades Eclesiásticas, Cíveis e Militares presentes.

*Manoel G...
Francisco...
S. Lourdes Christ...
Mariana...*

registro Sob n.º 131
LIVRO 02-A
Juína 31 de 03 de 1998
OFICIAL

PROTOCOLO N.º 2382
LIVRO 001-A
APRESENTADO EM 3 DE 03 DE 1998
OFICIAL - Pessoas Jurídicas
registro



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.7.2006

ESCOLA DE FORMAÇÃO DA CPT

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA

OBJETIVO.

Proporcionar através do Curso na Área Agrícola a permanência dos Agricultores na própria Terra, trabalhando e produzindo em regime familiar e diversificando, fazer com que o homem do campo tome conhecimento dos recursos naturais e alternativos existentes na sua propriedade e conscientizá-los do seu dever na preservação do meio ambiente e a recuperação e melhoria do solo, tornando-o mais produtivo.

- OBJETIVO ESPECIFICO

Formar agricultores em duas (02) Etapas pôr ano com duração de três (03) anos, possibilitando aos mesmos formação Técnicas para orientar os demais agricultores ligados as pequenas Associações, Sindicatos e Pastorais.

Garantir Técnicas Alternativas na Formação de Agricultores.

Ver uma metodologia onde o agricultor desperte seu lado crítico na vida política e sócio-econômica, e sua importancia nas organizações.

Garantir através de sistemas agroflorestais o desenvolvimento auto sustentável, aumentando a produtividade vegetal e animal

Elaborar ao término do curso uma Gartilha com os agricultores sobre as experiências práticas desenvolvidas durante os três (03) anos.

DESTINATÁRIOS

Podem participar da **Escola de Formação** pessoas agricultoras que morem em chácaras ou sítios, desenvolvendo a Agricultura; que sejam pessoas engajadas em pequenas Associações nas linhas e associados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Que sejam pessoas indicadas pelas pequenas Associações; comunidades ou entidades

Sejam pessoas que assumam o compromisso de repassar o estudo para a comunidade;

Sejam pessoas que gostam de trabalhar na terra;

Para cada turma são oferecida 50 (cinquenta) vagas a região, que será distribuídas da seguinte forma:

Município de Juina	50 vagas
Município de Castanheiro	50 vagas
Município de Juruena	50 vagas
Município de Aripuanã	50 vagas
Município de Cotriguaçu	50 vagas
Município de Colniza	50 vagas

- Exigências Da Escola de Formação

Para que os alunos possam ser matriculados e prosseguir participando de todas as etapas eles devem:

Participar em tempo integral de todas as Etapas;

Não poderá desistir da Escola;

Desempenhar em suas comunidades o repasse do conteúdo aprendido na Etapa;

Atender a proibição de proselitismo partidário e menosprezo de colegas;

Será obrigatório a presença de no mínimo 15 (quinze) mulheres agricultora ao todo;

Apresentar relatório de repasse a comunidade para a Coordenação da Escola com assinatura dos presentes no repasse.

- ESTRUTURA DO CURSO

O Curso terá duração de 03 anos;

Os 03 anos serão divididos em 06 Etapas;

Cada Etapa terá a duração de 06 dias completos;

No caso alguém perder uma Etapa, poderá repor a mesma quando houver nova turma (caso de urgência);

No final de cada curso será feita a avaliação dos cursistas pela Equipe de Coordenação da Escola e será conferido Certificado de conclusão a quem teve bom aproveitamento;

No intervalo de cada Etapa os cursistas deverão fazer o repasse do conteúdo estudado durante a Etapa;

Para melhor aproveitamento os alunos terão um(a) Coordenador(a) que os acompanha em seus estudos.

PROCESSO PEDAGÓGICO

Todo o processo pedagógico será de abertura, participação e diálogo entre os assessores, alunos e coordenação para que se atinjam os objetivos, sociais econômico e políticos propostos;

A metodologia participativa levará, a pôr em comum os conhecimentos, pesquisa, trabalhos práticos, participação em encontros, cursos, congressos, movimentos populares e associações que levam a formação da verdadeira **CONSCIÊNCIA POLÍTICA AGRÍCOLA**.

Os professores e assessores farão, na medida do possível, uma apostila sobre o assunto a ser dado no curso, usando um linguajar simples e compreensivo, para o bom aproveitamento de todos.

- PROFESSORES/ASSESSORES

Serão convidados os professores/assessores, profissionais de posições bem claras e definidas em relação a Política Agrícola e Sócio Econômica.

MANUTENÇÃO DA ESCOLA

- As despesas com professores/assessores e material didático serão pagas pelo caixa da escola
- Cada atividade no histórico do Curso de Formação, será assessorada por pessoas contratada para tal fim.
- Material didático, ferramentas, utensílios, serviços de terceiros, gastos administrativos e outras despesas será pela Escola. Com parcerias da comunidade participantes.
- As despesas com alojamento, transporte e alimentação será como contrapartida da comunidade.

CURRÍCULO E GRADE HORÁRIA

ESTUDOS REGIONAIS

* Análise de Conjuntura _____	12 Horas Aulas
* Estrutura _____	12 Horas Aulas
* Êxodo Rural (causas) _____	12 Horas Aulas
* Políticas Públicas _____	12 Horas Aulas

AGRICULTURA

* Solo _____	07 Horas Aulas
* Tipos de Solo/Manejo do Solo _____	07 Horas Aulas
* Culturas Perenes _____	10 Horas Aulas
* Enxertia _____	06 Horas Aulas
* Culturas Anuais _____	09 Horas Aulas
* Composto/Adubação Verde _____	10 Horas Aulas

- * Agricultura Orgânica _____ 10 Horas Aulas
- * Minhocultura _____ 12 Horas Aulas

OLERICULTURA

- * Horticultura _____ 12 Horas Aulas
- * Fruticultura _____ 12 Horas Aulas
- * Silvicultura _____ 12 Horas Aulas

ECOLOGIA

- * Sistemas Agroflorestais _____ 12 Horas Aulas
- * Educação Ambiental _____ 12 Horas Aulas
- * Estudos de Impactos Ambientais _____ 08 Horas Aulas

ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA AGRÍCOLAS

- * Administração Rural _____ 16 Horas Aulas
- * Aproveitamento e Industrialização de Frutas _____ 10 Horas Aulas
- * Comercialização dos Produtos Florestais _____ 08 Horas Aulas
- * Associativismo e Cooperativismo _____ 16 Horas Aulas

TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

- * Industrias Caseiras/Pequeno e Meio Porte _____ 08 Horas Aulas
- * Piscicultura _____ 12 Horas Aulas

ZOOTECNIA

- * Balanceamento da Ração _____ 06 Horas Aulas
- * Tipos de Alimentação Alternativa _____ 08 Horas Aulas
- * Apicultura _____ 12 Horas Aulas
- * Piscicultura _____ 12 Horas Aulas

Juina/MT, Agosto 1.999

ANEXO 07

Gráfica Gerdan (06)3566-3735 - Juína - MT

PNUD
UN

Governo de
Mato Grosso

GEF

AJOPAM
ASSOCIAÇÃO RURAL JUINENSE
ORGANIZADA PARA AJUDA MÚTUA

Fone 3566-1568
Av. João Trevisanuto, s/n - Mód. 04
Cx. P. 99 - CEP 78320-000 - Juína-MT
ajopam@juina-fox.com.br

AJOPAM

**ASSOCIAÇÃO RURAL JUINENSE
ORGANIZADA PARA AJUDA MÚTUA**

Histórico

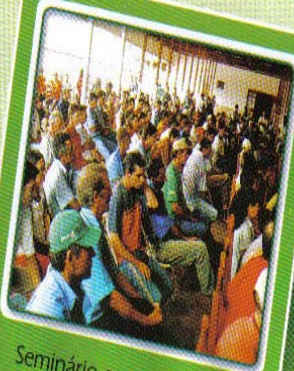
Após a fundação, o 1º passo foi à aquisição de uma máquina para beneficiamento de café que possibilitou aos produtores colocar seu produto já beneficiado no mercado; aumentando seus lucros em 10 a 20%. Posteriormente veio o PACA - Projeto Agroflorestal em Consórcio Adensado, dando os primeiros passos na implantação de SAF's (Sistemas Agroflorestais) em Juina. Hoje são vários programas e projetos em que a AJOPAM participa, sendo a responsável pela implementação junto aos produtores do município:

Projeto para Conservação da Biodiversidade do Noroeste - BRA/OO/G31/GEF/PNUD/SEMA - Através de uma carta de acordo a AJOPAM está atuando na capacitação, visando à implantação e acompanhamento de sistemas agroflorestais em 100 unidades familiares do entorno da área indígena Cinta Larga - Juina.

PROAMBIENTE - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar - Parceria com o MMA, MDA e PNUD; projeto que auxilia no planejamento e na preparação das propriedades com vistas à prestação e remuneração por serviços ambientais.

Projeto de Consolidação - PDA - Parceria com MMA visando expandir e consolidar as áreas de SAF's existentes, ampliar a cultura da pupunha para produção de palmito e concluir a construção da indústria para o beneficiamento do mesmo.

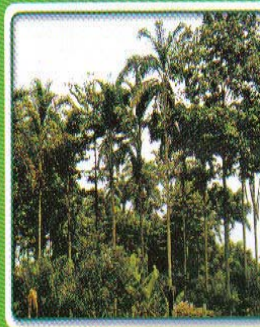
Programa da ATEs - Parceria com o INCRA, para assessoria técnica



Seminário com produtores



Guaraná



SAF's

social e ambiental junto às famílias do Projeto de Assentamento Iracema I, II e III no distrito de Filadélfia.

Projeto de Fortalecimento e Expansão da Atividade Apícola - Parceria com o SEBRAE e a SAMMA, além da ONG Amigos da Terra, objetivando aumentar a produção e a qualidade, além da obtenção do SIF, visando ampliar os espaços de comercialização para a produção de mel e demais produtos inerentes a atividade.

Projeto de Compra Antecipada Especial da Agricultura familiar - CAEAF - Parceria com a CONAB e o Programa Fome Zero onde são adquiridos produtos de consumo constante e repassados à 13 entidades assistenciais e educacionais do município que incluem a alimentação em suas atividades.

Hoje são mais de 500 famílias diretamente envolvidas nos diversos programas, que juntas buscam inverter o processo predatório de ocupação local e viabilizar um novo modelo de desenvolvimento calcado em bases sustentáveis.

Com isso a AJOPAM tem servido de exemplo e inspiração à outras organizações da região de todo o estado.

Onde Atuamos

Produção

Através de cooperação técnica, orientação, viabilização de insumos e outras ações que visam a produção sustentável da agricultura familiar. Mel, palmito e semente de pupunha, cupuaçu, guaraná, café, rapadura, açúcar

É possível produzir,
gerar renda e qualidade de vida sem

mascavo dentre outros integram a gama de produtos que temos.

Beneficiamento

Pequenos empreendimentos coletivos ou familiares instalados e outros em fase de implantação oferecem qualidade e segurança a quem produz e quem compra. A casa do mel já em funcionamento, caminha para a obtenção do SIF (Inspeção Federal) e a indústria do palmito de pupunha está próxima da conclusão.

Comercialização e Marketing

Além de dispor de um espaço próprio para a comercialização, busca-se constantemente fazer a divulgação em outros locais, participando de feiras e outros eventos dentro e fora do Estado de Mato Grosso.

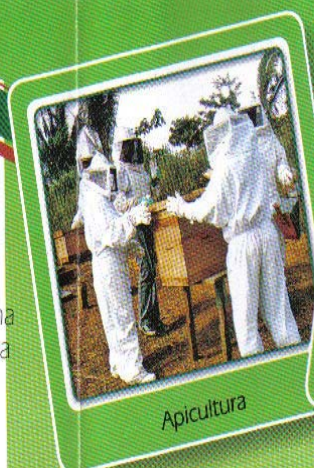
Capacitação

Está fortemente voltada para a produção agroecológica e a gestão ambiental na agricultura familiar. Tendo o conjunto das famílias como o centro de decisões, procura-se envolver, homens, mulheres e jovens no processo, seja como agentes comunitários multiplicadores, seja na atuação junto à própria unidade produtiva familiar. As técnicas descobertas a partir de experiência de produção sustentável na Amazônia, a valorização das áreas de reserva legal e a preservação das matas ciliares; representam o carro chefe de todo o trabalho que busca integrar produção com preservação ambiental.

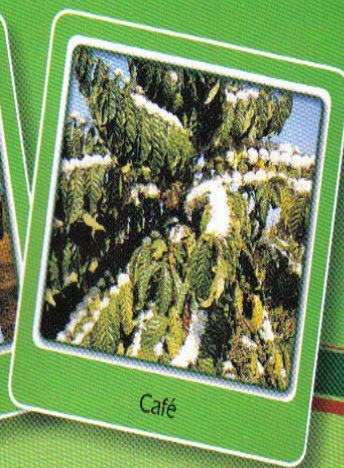
Avanços

Econômicos

- Aumento da renda familiar.
- Valorização dos produtos, garantindo preços mais justos.
- Viabilização de alternativas de comercialização.
- Melhor distribuição da renda dos agricultores nos diversos períodos do ano.



Apicultura



Café

Sociais

- Aumento da consciência e participação dos agricultores nos processos de decisão.
- Melhoria no nível de organização dos produtores.
- Maior participação de jovens e mulheres.
- Desaceleração no processo de concentração de terras e do êxodo rural.
- Ampliação do conhecimento e otimização da mão de obra utilizada no processo de produção, beneficiamento e comercialização.
- Alimentação de melhor qualidade às famílias dos agricultores.

Ambientais

- Diminuição do uso de agrotóxico, fogo e desmatamento entre os agricultores envolvidos nos programas.
- Recuperação de capoeiras e outras áreas degradadas com cultivos e manejo de espécies regionais, com potencial econômico através de técnicas de produção sustentável.
- Estímulo à inserção de sistema Agroflorestais e questões ambientais diversas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária.



Floresta Tropical

n destruir.

O que temos (Estrutura Física)

1 Sede própria com escritório, espaço para corpo técnico e feira permanente de produtos.

2 Centro de formação, com sala de palestra dormitórios e cozinha.

3 Casa do mel com processo de embalagem, rotulação e produção de sachê.

4 Indústria para beneficiamento de palmito de pupunha, com capacidade para 3.500 vidros dias (em fase de acabamento).

5 Um carro utilitário e três motos para o acompanhamento técnico junto aos produtores.

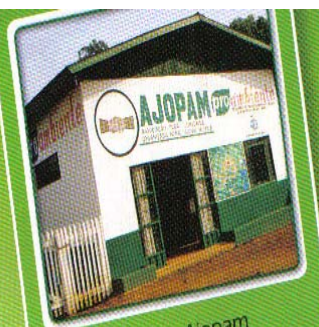
Nossos Produtos

- Mel de abelha
- Própolis
- Café
- Açúcar mascavo
- Semente de pupunha
- Castanha do Brasil
- Produção agroecológica de verduras e legumes, etc.
- Mel de jataí
- Guaraná em pó
- Rapadura
- Polpa de cupuaçu
- Palmito de pupunha



Quem Somos

A AJOPAM – Associação Rural Juinense Organizada Para Ajuda Mútua é uma associação sem fins lucrativos, integrada por pequenos produtores do município de Juína MT. Foi criada em 1.991 a partir de um grupo de 22 pequenas associações de produtores rurais, formadas em função da atuação da CPT local e do Projeto Padre Ezequiel da Diocese de Ji-paraná - RO.



Sede da Ajopam

Objetivo Geral

Promover a consolidação de uma estrutura social organizada, fundada na participação direta das famílias associadas, na busca do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida, estimulando a permanência do agricultor familiar no campo.

Objetivos Específicos

1 Fortalecer e capacitar as associações e agricultores filiados, através de cursos, seminários, intercâmbios e acompanhamento técnico.

2 Atuar no beneficiamento e comercialização da produção familiar, principalmente aquela produzida de forma sustentável pelos associados ou famílias que participam dos projetos da AJOPAM.

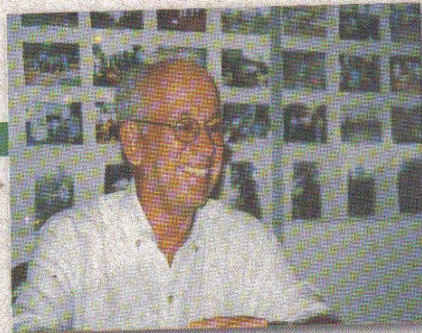
3 Buscar alternativas de produção sustentável para agricultura familiar local, com ênfase à diversificação e ao plantio de culturas perenes.

Alguém sonhou, muitos acreditaram e o sonho tornou-se realidade.



Mato Grosso

Projeto Agroflorestal e Consórcio Adensado (Paca)



É executado pela Associação Rural Juinen-
se Organizada para a Ajuda Mútua (Ajo-
pam) em Juína, Mato Grosso.

A primeira fase iniciou-se em abril de
1996, sendo refinanciado em abril de
1999 e concluído em outubro de 2002.
No caso desse projeto, a sinergia com a
prefeitura, o Prodeagro e a Pastoral da Saú-
de foram importantes.

A experiência foi pensada como alterna-
tiva de desenvolvimento sustentável que,
em primeiro lugar, quebrasse o ciclo de
desmatamento, exploração de culturas
anuais e formação de pasto. Em segundo
lugar, visava à diversificação da produção
e à incorporação de atividades econômi-
cas no período da entressafra do café; e,
por último, pretendia reduzir a depen-
dência dos agricultores em relação aos
atacadistas, gerando novas alternativas
de renda. Os sistemas agroflorestais foram

identificados como uma alternativa que
atendia a essas necessidades.

Um componente importante desse projeto,
ainda na sua primeira fase, foi a proposta
ter sido assumida pelo candidato a prefei-
to que, reeleito, passou o mandato ao vice
para candidatar-se a deputado estadual. O
vice-prefeito foi um dos idealizadores do
projeto PDA. Dessa forma, o projeto tem
uma relação estreita com a política local,
o que contribui para o seu êxito e aumen-
ta o seu potencial de disseminação junto
aos prefeitos municipais da região.

Embora tenha problemas relacionados
ao isolamento geográfico e aos desafios
próprios da agricultura familiar, o projeto
consegue gerar benefícios concretos para
os envolvidos, como a recuperação de
áreas alteradas, e tem servido de exemplo
para outras localidades.